

[2002]

ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DE CAMPONESES EM SÃO FELIZ DO XINGÚ

Estratégias, Identidades e Associações



ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DE CAMPONESES EM
SÃO FELIX DO XINGU-PA

Estratégias Identidades e
Associações.

CLAUDIA KAHWAGE

Belém

Agosto 2002

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO AGROPECUÁRIO
NÚCLEO DE ESTUDOS INTEGRADOS SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA –
AMAZÔNIA ORIENTAL

**CURSO DE MESTRADO EM AGRICULTURAS FAMILIARES E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

CLAUDIA KAHWAGE

**ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DE CAMPONESES
EM SÃO FELIX DO XINGU-PA**

Estratégias, Identidades e Associações.

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal do Pará e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental, como requisito para obtenção do título de Mestre, sob a orientação da Dra. PASCALE DE ROBERT e co- orientação Prof. Ms. ANTÔNIO MARIA DE SOUZA SANTOS.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO AGROPECUÁRIO
NÚCLEO DE ESTUDOS INTEGRADOS SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA –
AMAZÔNIA ORIENTAL

**CURSO DE MESTRADO EM AGRICULTURAS FAMILIARES E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

MESTRANDA: CLAUDIA KAHWAGE
ORIENTADOR: Dra. PASCALE DE ROBERT
CO-ORIENTADOR: Ms. ANTÔNIO MARIA DE SOUZA SANTOS

TÍTULO: “ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DE CAMPONESES SÃO FELIX DO
XINGU, PARÁ- ESTRATÉGIAS IDENTIDADES E ASSOCIAÇÕES”

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal do Pará e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Data da defesa : _10_/_09_____/_2002_____

Conceito: _____

BANCA EXAMINADORA:

Prof.(a)Dr(a) PASCALE DE ROBERT (orientador)

Prof.(a)Dr(a).RODRIGO PEIXOTO (examinador externo)

Prof.(a).Dr(a). GUTEMBERG GUERRA(examinador da casa)

Prof.(a) Dr.(a)_____ (examinador suplente)

*Á minha mãe Maria, por sua força e
coragem.
Em memória da minha Vô Etelvina
Perciliana Lobão Carneiro.*

Nunca supe porque todos la chamaban de "Filosofía"
Me decía que yo soy el sol y ella la luna, que yo soy el cubo e ella la esfera, que yo soy el oro y ella la plata.

Entonces de todo mi cuerpo salían Ilamas y de todos los poros de su cuerpo Iluvia.

Nos abrazábamos y mis Ilamas se mezclaban con su Iluvia y se formaban infinitos arco-iris a nuestro alrededor.

Y fue entonces cuando ella me enseñó que yo soy el fuego y ella el agua.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente meus familiares Maria, João e Cássia Kahwage, pelo amor e apoio que vêm acompanhando e amparando minha existência. Agradeço ao meu amado filho Daniel, que ele consiga vislumbrar no futuro a importância deste trabalho

Agradeço a todas as pessoas com que estive em São Felix do Xingu que me deram a incrível sensação de ser bem acolhida . Em particular ao Raimundo, Damião e Joaquim que tiveram a paciência de me ensinar a ver o mundo da perspectiva política.

Agradeço a Pascale de Robert pela compreensão que sempre vem acompanhando sua orientação. Agradeço ao professor Antônio Maria de Souza Santos pelo apoio e amizade que vem nos acompanhando todos esses anos.

Agradeço as pessoas que tornaram possível esse trabalho Jean François Tourrand e René Pocard-Chapuis coordenadores do Projeto “Uso da terra, dinâmica e construção do espaço na Amazônia brasileira: análise comparativa e metodologia de monitoramento em áreas de fronteira”

Agradeço a coordenação do NEAF, aos amigos de turma e todos os felizes contatos que pude fazer neste lugar.: Regina, Nazaré, Carmem, Marluce, Romier, Toninho, Douglas, Eliane, Rosana, Manuel, Mauro, Ribamar, Raimundinho, Naldo, Marizete e Marina.

Agradeço pelo imenso apoio dos amigos, velhos e novos, que são sempre estrelas que iluminam o caminho, serei eternamente grata pelo apoio e amor que pude sentir de todos. Francisco Glory, pela oração de cada dia; Leila Páscoa pela comida de cada dia; Matthias Fratinni pelos E-mails de cada dia; Poti Castro, Rosinaldo Sousa, Maria Joana, Sebastian Drude, Rozilda Henrique, Katia Passos, Dourte, Frank, Márcia Lopez, Marcos, Eduardo, Louis Forline, Manuel Jost, Tatiana, Adelaide, Renata Valente, Valéria Homem, Rosemary Oliveira, Beto, pelo apoio e amizade de cada dia.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	III
ÍNDICE DE GRÁFICOS, FIGURAS E TABELAS.....	X
ÍNDICE DE FOTOGRAFIAS.....	XI
ABREVIATURAS UTILIZADAS.....	XII
INTRODUÇÃO	15
PROCEDIMENTOS DA PESQUISA	19
CAPÍTULO 1	22
UMA SOCIEDADE EM FORMAÇÃO	22
1.1 - DOS RIOS ÀS ESTRADAS: UM NOVO POVOAMENTO	24
1.2 - A NOVA COMBINAÇÃO DAS ATIVIDADES PRODUTIVAS: PECUÁRIA, TERRA E MADEIRA	27
1.2.2 - O COMÉRCIO FUNDIÁRIO	32
1.2.3 - A extração de Madeira.....	36
1.3 - DEMOGRAFIA E REDES SOCIAIS	39
1.4 - O “DESENVOLVIMENTO” NA VIDA DA POPULAÇÃO.....	48
1.5 - POLÍTICA E ECONOMIA, AS BASES PARA A MUDANÇA.....	50
1.5.1 - Os políticos.....	51
1.5.2 - A Igreja Católica.....	58
1.5.3 - Sindicato dos Trabalhadores Rurais.....	60
CAPÍTULO 2.....	62
UM TERRITÓRIO DIVERSIFICADO	62
UMA ESTRUTURA DE CONFLITO	62
2.1 - A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO: VIAS DE COMUNICAÇÃO E UNIDADES ADMINISTRATIVAS.....	63
2.2 - AS TERRAS DO INCRA.....	69
2.2.1 Tancredo Neves e Vila Nereu.....	70
2.2.2 - São Raimundo – Taboca, Linha do Carvão, Pium, Vila São José.....	71
2.2.3 - Sudoeste e Lindoeste	72
2.2.4 - São Sebastião.....	72
2.3 - AS TERRAS DO ITERPA	73
2.4 - A CIDADE.....	75
2.5 - O “CLIMA” EM SÃO FELIX DO XINGU: VIOLÊNCIA E ILEGALIDADE	77
2.6 - ALGUNS PARADOXOS DA CIDADE	84
CAPÍTULO 3	87
ASSOCIAÇÕES EM SÃO FELIX DO XINGU.....	87
3.1 - O INÍCIO DA ORGANIZAÇÃO: UMA ALIANÇA ENTRE IGREJA E ESTADO.....	88
3.2 - TRAJETÓRIA DAS LIDERANÇAS.....	91
3.3 - FORMAÇÃO DAS LIDERANÇAS.....	95
3.4 - SINDICATOS E ASSOCIAÇÕES: A LUTA PELA REPRESENTATIVIDADE.....	99
3.5 - MULTIPLICAÇÃO DO NÚMERO DE ASSOCIAÇÕES.....	103
3.5.1 - Emergência de lideranças diversificadas.....	105
3.6 - FRAGMENTAÇÃO DO MOVIMENTO POLÍTICO CAMPONÊS.....	106
3.6.1 - Associações Fechadas e Abertas.....	107
3.6.1 - Novos espaços de atuação: Conselhos Municipais e Comunidade Ativa	116
3.8 - AGRICULTURA OU PECUÁRIA FAMILIAR?	118
CAPÍTULO 4.....	122

ASSOCIAÇÕES NA LOCALIDADE	122
4.1 - TERRA TITULADA: COLÔNIA LINHARES DE PAIVA	123
4.2 - A VILA XADAZINHO	127
4.3 - TERRENOS POLÍTICOS: LIGAÇÕES DA LOCALIDADE COM A CIDADE.	129
4.4 - ALIANÇA DO XINGÚ E CAIXA AGRÍCOLA: UMA ALIANÇA DE PARENTES E SÓCIOS	134
4.4.1 - <i>Cargos e papéis dos dirigentes</i>	137
4.4.2 - <i>Aceitação de sócios</i>	139
4.3 - CRÉDITOS E PROJETOS DA ASSOCIAÇÃO	143
4.5 - GENTE GRANDE E GENTE PEQUENA: UM SISTEMA DE CLASSIFICAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO	146
4.5.1 - <i>Fraquinhos, fracos, mais-ou-menos e fortes: classificação econômica local</i>	147
4.6 - ESTRATÉGIAS CAMPONESAS: MULTIESPACIALIDADE E MULTIATIVIDADE	154
4.6.1 - <i>Circuito da empreita</i>	154
4.6.2 - <i>Extração e coleta de produtos florestais</i>	158
4.6.3 - <i>Circuito do gado</i>	158
4.7 - MOBILIDADE SOCIAL NO ÂMBITO DA ASSOCIAÇÃO	161
DISCUSSÃO	162
ESTRATÉGIA E IDENTIDADE: OS CAMINHOS DA DESCOORDENAÇÃO	162
BIBLIOGRAFIA	169

ÍNDICE DE GRÁFICOS, FIGURAS E TABELAS

Figura 1 Organograma das áreas administrativas do município de SFX. _____	66
Figura 2: Mapa da cidade de São Felix do Xingu _____	75
Figura 4: Esquema de Parentesco da Família do senhor Ary alojada na Colônia Linhares de Paiva. _____	137
Figura 5: Área familiar feita através do crédito _____	145
Gráfico 1: Crescimento populacional em SFX. _____	43
Gráfico 2 Crescimento da População Urbana e Rural. _____	44
Gráfico 3: Número de Associações de Agricultores criadas em SFX _____	104
Gráfico 4: Uso das área das propriedades de Associados _____	119
Tabela 1: Lugares de procedências dos migrantes (São Felix do Xingu) _____	27
Tabela 2 Tabela dos distritos existentes em SFX _____	63
Tabela 3 : Situação fundiária do município _____	69
Tabela 4: Informações da CPT sobre o trabalho escravo no Brasil _____	78
Tabela 5: Esquema das diferenças entre associações abertas e fechadas. _____	110
Tabela 6: Atividades e preços de empreitas _____	157

ÍNDICE DE FOTOGRAFIAS

Fotos 1, 2, 3, 4, 5 _____	Página 29.
Fotos, 6, 7, 8, 9 e 10 _____	Página 36.
Fotos 11e 12 _____	Página 42
Fotos 13, 14, 15, 16 e 17 _____	Página 61.
Fotos 18, 19, 20 e 21 _____	Página 65.
Fotos 23 e 24 _____	Página 80.

ABREVIATURAS UTILIZADAS

ARENA- Aliança Renovadora Nacional

BASA- Banco da Amazônia

CACUXI- Caixa Agrícola dos Colonos do Xingu

CAPPRU- Cooperativa Alternativa dos Pequenos Produtores Rurais e Urbanos.

CEB'S- Comunidades Eclesiais de Base

CONTAG- Confederação dos Trabalhadores da Agricultura

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

FETAGRI - Federação dos Trabalhadores Agrícolas.

FNO - Fundo Constitucional de Financiamentos

IBAMA - Instituto Brasileiro Do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

INCRA- Instituto de Colonização e Reforma Agrária

ITERPA- Instituto de Terras do Pará.

CPT- Comissão Pastoral da Terra

PMDB- partido do Movimento Democrático Brasileiro

PT- Partidos dos Trabalhadores

PTB- Partido Trabalhista Brasileiro

SAGRI- Secretaria da Agricultura

SFX- São Felix do Xingu

RESUMO

Neste trabalho abordamos o tema da organização política de camponeses no município de São Felix do Xingu localizado no Sul do Estado do Pará. Inicialmente demos ênfase à descrição primeira do cenário social e econômico da fronteira em expansão no qual estão imersos estes camponeses e também procuramos descrever os processos históricos de constituição do movimento político dos camponeses no município, incluindo o processo de formação de lideranças que deu ensejo a conquistas importantes da categoria como a concessão do crédito facilitado aos pequenos agricultores da Amazônia. Esta conquista refletiu diretamente na coordenação da organização política desses camponeses, pois houve crescimento significativo do número de Associações de Agricultores no município. Este fato possibilitou a inovação nas estratégias políticas no âmbito do movimento dos camponeses relacionadas também a uma reflexão e atuação por parte das lideranças camponesas sobre a situação de identidades e eficácia de representatividades da categoria no sentido de conquistas de interesses.

ABSTRACT

In this work we address the issue of political organization of farmers in the municipality of São Felix do Xingu located in the southern state of Pará. Initially we emphasize in the description of the social scene and booming economic frontier in which the peasants are immersed and also try to describe historical processes of formation of the political movement of the peasants in the city that gave rise to important achievements of the category as the granting of easy credit to small farmers in the Amazon. This achievement reflected directly in coordinating the political organization of these peasants, because there was significant growth in the number of farmers' Associations in the municipality. This fact has enabled innovation in the political strategies within the movement of peasants also related to reflection and action on the part of the leaders on the situation of peasant identities representativeness and effectiveness of the category towards achievements of interests.

INTRODUÇÃO

Conflitos fundiários violentos, mortes, corrupções, atentados aos direitos humanos, desmatamento desenfreado, são algumas das situações que colocam atualmente o município de São Felix do Xingu numa posição de relativo destaque no panorama da mídia nacional e internacional (cf. Anexo 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9). As inúmeras publicações em noticiários e jornais podem traduzir um pouco a atmosfera deste cenário de fronteira recente situado na região amazônica, Estado do Pará.

A fronteira amazônica já foi estudada a partir de várias perspectivas analíticas (cf. FAULHAUBER, 2001, MARTINS 1996, 1975), no entanto, “o que há de mais relevante para caracterizar e definir esta fronteira é justamente esta situação de conflito social” (MARTINS, 1996) marcadamente presente na região deste estudo. Portanto, é impossível tentar fazer uma boa análise de qualquer acontecimento nesta área sem levar em consideração esta situação. Como um espaço não completamente estruturado, uma área de liminaridade (HANNERZ, 1997), não há dúvida que a fronteira é potencialmente uma fonte de novas realidades (BECKER, 1998).

As populações camponesas¹ que se deslocaram de suas regiões de origem para ocupar a região do município de São Felix do Xingu possuem um importante papel na dinâmica de construção deste território e na criação dessas “novas realidades”, e são estas as principais afetadas pela situação de conflito que caracteriza a área.

As lideranças camponesas de São Felix do Xingu participaram ativamente de reivindicações políticas em âmbito Estadual, os chamados *Gritos da Terra* promovidos por várias entidades representativas deste segmento. A mobilização política destes camponeses culminou em uma das maiores conquistas de direitos aos pequenos agricultores da Amazônia: a concessão pelo Estado de crédito facilitado para apoiar as atividades produtivas destes agricultores. O fato do acesso ao crédito estes pequenos agricultores induziu transformações nas atividades econômicas do município e do Estado do Pará como um todo.

¹O termo populações camponesas é entendido aqui como conjunto de famílias que possuem unidades de produção que tem sua capacidade de trabalho determinada pela força de trabalho familiar e suas necessidades de ganhos associados aos requerimentos produtivos da família (cf. COSTA, 2000, HEREDIA e Garcia Jr, 1974).

As reivindicações políticas do movimento camponês começaram por justa causa a cobrar do Estado melhores serviços que pudessem garantir a permanência destes grupos na terra (educação, assistência técnica, estradas, etc.), uma vez que pela década de 80 os serviços oferecidos pelo Estado para os camponeses eram quase inexistentes (MUCHAGATA, 2002).

O acesso ao crédito pelos pequenos agricultores induziu mudanças importantes no quadro das representatividades organizacionais local. Uma delas foi o expressivo aumento do número das Associações de agricultores no município de São Felix do Xingú (cf. gráfico 3, Capítulo 3) e provavelmente em todo Estado do Pará (TURA, 2000, MUCHAGATA, 2002). Este crescimento do número de Associações de agricultores pode significar uma fase expressiva na organização política e econômica destes camponeses e conseqüentemente pode significar a afirmação da construção de “novas realidades políticas” no cenário desta fronteira regional.

Por um lado existem autores que observam que nesse processo de luta pelo direito a ter direitos, o campesinato na Amazônia pôde conquistar o seu reconhecimento como agente do desenvolvimento regional, consagrando essas mobilizações como uma experiência de democratização das políticas públicas e conquista da cidadania para este segmento social (TURA, 2000, PACHECO, s/d). Por outro lado há também autores que apontam certa dificuldade dos camponeses em se organizarem política e economicamente depois que passam a usufruir os “direitos” e conquistas, pois retornam a reproduzir as antigas relações sociais, antidemocráticas que dão mais força aos representantes dos poderes locais (D’INCAO, 2000, 1995; PESSOA, 1999). Esta situação dificulta a implementação do processo de desenvolvimento econômico da categoria, estagna a própria coordenação política do movimento social camponês como um todo, e retrocede o processo de conquista da cidadania.

Para este trabalho de pesquisa admitimos a hipótese de que existe, portanto, a possibilidade de uma dificuldade de continuação da coordenação da organização política e econômica do campesinato em regiões de fronteira, uma vez que os sujeitos do movimento político participaram em uma primeira instância de uma experiência organizacional qualificada como democrática e num segundo momento não conseguem organizar e coordenar o coletivo local, que passa em insistir a reproduzir as relações antidemocráticas inibidoras do processo de emancipação da categoria. O que acontece neste caso? Quais são os principais fatores que levam os indivíduos a retrocederem nas conquistas? A organização dos camponeses em Associações em São Felix do Xingu realmente abre caminho para o implemento de relações democráticas no seio da sociedade que se forma num cenário de tamanhas contradições e violências?

Este trabalho se constitui na tentativa de “descrição densa” (GEERZT, 1976) do processo de mudanças sociais, políticas e econômicas na região de São Felix do Xingu, visando recontar esta história a partir da trajetória das organizações políticas de camponeses no município, e dedica-se a responder estas perguntas precedentes. Para isso procura-se resgatar três unidades de construções analíticas representadas por três pontos centrais que são a base da teoria abrangente dos movimentos sociais (STEINMET, 1994; TARROW, 1991; TOURAINE, 1977): a *formação do ator*, a *coordenação social* e a *estratégia política* no movimento (da organização de grupos). A *formação do ator* diz respeito ao surgimento de fundadores ou organizadores, isto é, *do ator social* que organiza e orienta um movimento social, esta “análise fundamenta-se inteiramente nas relações sociais, não nos atores, de modo que a identidade do ator não poder ser definida independentemente do verdadeiro conflito com o adversário e do reconhecimento dos termos da luta” (TOURAINE, 1977). Considera-se, portanto, a identidade dos atores do movimento, que se forma no interior da estrutura de conflitos de uma determinada sociedade. O problema da *coordenação social* se relaciona com a constituição do movimento social como tal, ou com as dificuldades de organizar aquela massa descentralizada ou coletividade de pessoas de modo não hierárquico; e o problema da *estratégia política* está ligado à orientação para as mudanças sociais que podem ser realizadas a partir desta ordenação do coletivo (MUNCK, 1997, WARREN-SCHERRER, 1993).

Com base nestas perspectivas procuramos organizar o trabalho em quatro partes. No primeiro capítulo procura-se dar enfoque para as transformações econômicas, sociais, políticas e demográficas que ocorreram ao longo do processo de penetração da frente pioneira no município de São Felix do Xingú. Também neste capítulo é feita a caracterização dos contornos específicos da frente de expansão da sociedade nacional que viera se instalar e entrar em choque com a penetração simultânea da frente pioneira². Este choque faz produzir uma nova situação para esta sociedade em formação, abrindo espaço para criação de determinada “estrutura de conflito”.

O segundo capítulo tem a intenção de revelar esta estrutura de conflitos através da explicitação das diferentes configurações territoriais presentes no município e da descrição das situações atuais, onde as contradições e desigualdades sociais são emergentes neste espaço.

² Os termos “frente de expansão” e “frente pioneira” “não são propriamente conceitos, mas apenas designações através das quais os pesquisadores na verdade reconhecem que estão em face dos diferentes modos como os civilizados se expandem territorialmente” (MARTINS, 1996). A frente pioneira surge como resultado direto da necessidade de reprodução da sociedade capitalista (MARTINS, 1975). As relações sociais na frente de expansão são predominantemente relações *não capitalistas* de produção da reprodução *capitalista* do capital (MARTINS, 1996).

O terceiro capítulo trata da descrição do processo de consolidação e de organização política dos camponeses no município. Num primeiro momento descrevemos a formação de atores estratégicos e suas posteriores bases de manobras no cenário político institucional do município. Num segundo momento, passamos a descrever as transformações ocorridas na forma e na qualidade das ações da organização política dos camponeses, após as conquistas conseguidas pelo movimento global dos agricultores do Estado.

O quarto capítulo trata de descrever a forma de atuação de duas importantes associações de agricultores no âmbito da localidade. Procura-se principalmente descrever as relações sócio-econômicas locais, para buscar compreender a natureza da organização, e coordenação política dos camponeses neste espaço.

É através desta seqüência de descrições dos processos que se pretende traduzir o universo de relações políticas e sociais dos camponeses no município. Procuramos expressar a emergência de variadas identidades que cobrem o campo do universo camponês, bem como tentar jogar luz ao jogo de manipulação dessas identidades por parte dos grupos, no sentido de garantir a realização dos seus interesses.

Ao final, espera-se elucidar alguns fatores que são entraves para o trabalho de efetiva organização e coordenação das organizações camponesas no município, contribuindo, através desta análise, para a orientação de um movimento social que realmente aspire mudança na qualidade de vida da população que ali se instala.

Procedimentos da pesquisa

A qualidade da etnografia a ser apresentada aqui, bem como os conteúdos das análises que a constitui são moldadas a partir das condições sociais em que a pesquisa foi confrontada. A importância das explicitações das condições sociais da pesquisa “funda-se na consideração de que as técnicas de pesquisa são técnicas de sociabilidade, socialmente qualificáveis, e que tal percepção se torna metodologicamente fundamental à construção das interpretações a serem oferecidas” (NEVES, 1981). Acredita-se ainda que a escolha, premeditada ou não, tendenciosa ou não dos sujeitos que ofereceram os conteúdos discursivos, e, portanto, culturais, para serem objeto de análise desta pesquisa, foi de fundamental importância para moldar e construir o texto que é apresentado aqui.

O principal material com o qual se trabalhou para a construção da base analítica deste trabalho foram os inúmeros diálogos informais feitos com alguns líderes políticos que atuam no município. Estes discursos deixaram transparecer o universo das representações políticas desses atores. Esta escolha de um tipo de informante-base se deu por reconhecermos que são atores estratégicos e pessoas que tentam coordenar o movimento social na região. O nível de aproximação que tive com estes indivíduos só se fez possível graças à confiança que depositaram em mim, por eu ter sido apresentada a eles através de uma carta escrita por uma amiga engenheira agrônoma e funcionária da SAGRI, que havia trabalhado há muito tempo atrás no município e começado a ajudar na organização dos agricultores. Acredito que se não tivesse tido este contato, o conteúdo do trabalho seria diferente.

Durante a realização do trabalho, procurou-se combinar, mais ou menos livremente, certas orientações pertinentes ao trabalho de antropólogo e outras mais próprias ao trabalho de sociólogo. Do trabalho do antropólogo recorremos a “observação participante” que contou com vários níveis de observação; do trabalho do sociólogo procuramos, em pequena escala, encontrar e manipular alguns dados quantitativos.

A pesquisa de campo contou com duas viagens de um mês à região. Numa primeira, de reconhecimento da área, tive a oportunidade de viajar por várias localidades do município, conversando com inúmeras pessoas que encontrava no caminho. Pude participar de casamentos e festas religiosas, pois andei três dias circulando com o padre da cidade, que faz sempre o itinerário das inúmeras localidades. De outro modo, também segui a rota das pessoas, pegando, algumas vezes, os ônibus circulares e, várias vezes, caronas nos caminhões que trafegam com moradores e fazem conexões com a zona rural. De modo geral, posso

caracterizar esta “observação participante” como fundada no movimento amplo de ir e vir das pessoas, com as quais pude conversar neste curto espaço de tempo que pude ter vivências no município.

Nesta primeira viagem, também concentrei a atenção na coleta dos dados quantitativos, sobre as organizações e instituições oficiais, e dados gerais, sobre a estrutura física, demográfica, econômica etc. do município. Fiz visitas e entrevistas gravadas e não dirigidas com funcionários das várias secretarias municipais e órgãos estatais, como INCRA e EMATER. Pude também fazer entrevistas não dirigidas e coletas de histórias de vida de moradores situados na parte mais antiga do município. Nesta ocasião, pude fazer o primeiro contato com os informantes-chaves, fazendo entrevistas gravadas não dirigidas em seus próprios estabelecimentos. Foram ao todo, nesta primeira aproximação nove líderes camponeses, que pude contatar em suas localidades (Colônia Tancredo Neves, Colônia Linhares de Paiva, Taboca e Lindoeste).

O segundo trabalho de campo foi feito entre os meses de outubro e novembro de 2001; a perspectiva da “observação participante” nesta estada foi diferenciada. Procurei principalmente acompanhar as atividades de alguns líderes políticos que fazem parte da diretoria de duas associações importantes na história da organização políticas dos camponeses no município: a CACUXI (como é chamada) e ALIANÇA DO XINGU.

A intenção primeira nesta viagem seria concentrar minha estada na Colônia Linhares de Paiva, lugar de atuação de ambas as Associações e observar a dinâmica das relações sociais no espaço físico e social destas instituições. No entanto, as reuniões dos sócios são feitas ordinariamente uma vez por ano e extraordinariamente quando qualquer problema acontece, com isso pude perceber que o espaço da Associação é um espaço figurado, pois não existe uma sede própria, em nenhum setor da colônia, para que os sócios possam se reunir, de modo que, não existindo um espaço concreto de reunião, não pude participar e observar, mais diretamente, a dinâmica das relações sociais e políticas.

Desse modo, priorizei acompanhar o trabalho dos diretores que se deslocavam constantemente para a cidade, a fim de resolverem os assuntos das Associações. Fiquei, na primeira semana de campo, instalada no setor Remancinho, hospedada na casa de um diretor; pude percorrer alguns estabelecimentos e aplicar questionários sobre sistema produtivo às dez famílias que moravam na área aproveitando também para fazer entrevistas não dirigidas e gravadas.

Nas outras últimas semanas de trabalho fiquei alojada nos setor Xadazinho, na casa de outro diretor, da Associação ALIANÇA DO XINGU e pude aplicar mais 10 (dez)

questionários às famílias que tinham propriedades adjacentes. Neste ínterim sempre procurava seguir o deslocamento periódico dos líderes para cidade. Às vezes dormíamos na cidade, em casa de parentes, ou eu mesma eu decidia dormir em casas de outras pessoas, para dar prosseguimento entrevistas informais. No dia seguinte, voltávamos para localidade, distante 35 km da área urbana. A perspectiva da observação participante se coloca também ao nível de um movimento, mas um movimento de um grupo concentrado, um grupo político que se desloca constantemente da localidade à cidade.

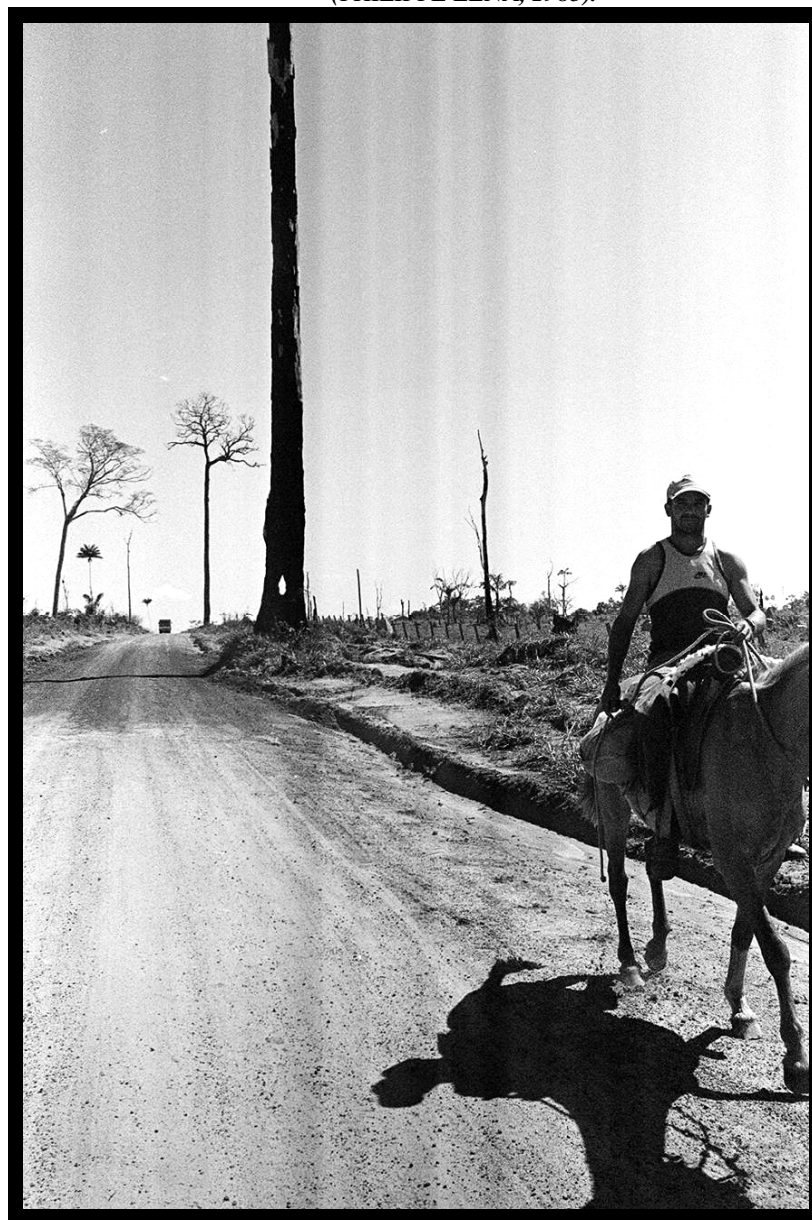
Além do trabalho de campo, o acesso a informações de jornais e revistas e a diversos sites na internet foram também importantes, como fontes de dados quantitativos e qualitativos que serviram de apoio para construir a etnografia aqui apresentada.

O que se pode ler aqui provém, em grande parte, destas representações que estas pessoas ligadas com o movimento social na região possuem sobre o universo político ao qual fazem parte e com o mundo em geral. Eu acredito que eles são **verdadeiros mestres da arte da política**, como podem dizer. O saber que adquiriram através de suas vivências no movimento social foi essencial para moldar suas visões de mundo, como veremos adiante. Cheguei também a pensar realmente que estava diante de verdadeiros cientistas políticos camponeses. O *pensamento selvagem* exposto por Levi Strauss () tinha se rendido ao pensamento racional, já que estes direcionavam suas ações, guiados pelas interpretações que tinham do cenário político ao qual estavam submetidos.

CAPITULO 1

UMA SOCIEDADE EM FORMAÇÃO

“A fronteira é assim em oposição à sociedade codificada e enquadrada, o lugar da liberdade, do acaso (e da chance) o momento de uma possibilidade de redistribuição de cartas” (PHILIPPE LENÁ, 1985).



1

Grande parte da Amazônia Oriental está atualmente vivenciando um período de pós-fronteira, ou seja, é o período posterior à fronteira, marcado pelos denominados *grandes projetos* das décadas de 1970 e 1980 (HÉBETTE 1991; LENÁ & OLIVEIRA, 1992; MARTINS: 1991, 1997).

A atual ocupação da Amazônia não vem unicamente em bases semelhantes às décadas anteriores. A década de 90 é marcada como a da estabilização da pós-fronteira abrindo caminho para um desenvolvimento regional. Tal estabilização é a afirmação dos construtos sociais, culturais e políticos. É ao mesmo tempo o período da conclusão das grandes obras construídas, e da consolidação das forças políticas existentes, é também, o *locus* da criação de formas de pensar e agir na região pelos diferentes protagonistas sociais oriundos da situação de fronteira.

No entanto, a situação da região onde se situa o município de São Felix do Xingu, Sudoeste do Estado do Pará, se diferencia dessas outras áreas da Amazônia Oriental que se encontram atualmente neste momento de estabilização, por ser uma área de fronteira recente, mesmo que circundada por áreas de fronteiras estabilizadas. A chegada da frente de expansão nesta região se deu somente em 1980 com a abertura da estrada PA-279, quando as outras frentes de expansão precedentes já estavam em pleno andamento. Este fato faz com que São Felix do Xingú possua características básicas observadas em outras áreas de fronteira na Amazônia e características singulares que são reflexo da ligação com a conjuntura das regiões circulares.

São Felix do Xingu nasceu intrincado numa forte economia extrativista, de forma que os atores que vieram ocupar a região executam lógicas que concebem as riquezas locais como pura mercadoria. Foi através da exploração dessas riquezas que São Felix do Xingú conseguiu, hoje, possuir um índice demográfico que vem sendo crescente, mesmo que oscilante (cf. gráfico 1) e ter suas particularidades urbanas. Essa história pautada no extrativismo configura-se imbuída na memória coletiva local, pois a história de vida de qualquer pessoa que se encontre em São Felix do Xingú está ligada diretamente com o trabalho e manipulação de algumas dessas riquezas naturais, seja ela vegetal, animal ou mineral.

1.1 - Dos rios às estradas: um novo povoamento

A ocupação da região por populações não indígenas acontece lentamente a partir dos séculos XVII e XVIII, apoiada por missionários jesuítas, e dinamizou-se no final do século XIX, em razão da exploração de alguns produtos da floresta, especialmente a borracha³. Ao longo do tempo, a economia local se assentou em vários ciclos extrativistas: borracha, (*Bertholetia excelsa*), peles de animais, minérios (cassiterita e ouro), folhas de jaborandi (*Pilocarpus jaborandis*) e madeira⁴. A mão-de-obra não indígena disponível foi aliciada principalmente nos campos da região nordeste do país, tanto nos primeiros ciclos de exploração, quanto nos ciclos precedentes. Na década de 60, quando a ação governamental se volta para a integração dos grandes espaços “vazios” nacionais, via ocupação e fixação do homem na terra, a Amazônia se torna alvo das atenções. Nestas políticas destaca-se a subvenção de empresas mineradoras e agropecuárias (nacionais ou internacionais), a construção de hidroelétricas, a instalação de uma infra-estrutura básica (estradas, pontes, centros urbanos, etc.) e a implementação de inúmeras colônias agrícolas.

Em São Felix do Xingu, o isolamento imposto pela precária comunicação viária com outras localidades, retardou os reflexos desta política até os anos 80 quando é, então, finalizada a estrada PA-279 que ligaria o Rio Xingu a cidade de Marabá e Brasília. A rodovia possibilitou a intensificação de migrações espontâneas de famílias que estavam se deslocando da fronteira anterior, bem como famílias provindas diretamente de suas regiões de origem, em sua maioria dos Estados que margeiam o município.

A situação das cidades mais próximas a São Felix do Xingu, situadas a beira da estrada foi diferenciada, pois os migrantes começaram às instalações nestas áreas na década de 70, incentivados pelo plano de colonização do governo militar. Estas famílias que vinham em busca de terra, preferiam se instalar nestas cidades, pois neste período era ainda o fim da rodovia. A cidade de São Felix do Xingú, por esta época, só contava com uma população de ribeirinhos que viviam atrelados a uma economia extrativista.

³ A extração da borracha brasileira sofreu dois grandes ciclos: o primeiro entre 1900 e 1920, quando ainda não existiam as plantações asiáticas, e depois entre 1940 e 1960, quando em função da 2ª grande guerra, o comércio da borracha, com os países asiáticos foi bloqueado e a produção brasileira ganhou novamente importância nos mercados internacionais.

⁴ Estes ciclos devem ser entendidos na sua simultaneidade. Em muitos momentos, várias destas atividades coexistiram sendo que uma ou outra se destacou.

A situação provocada pela chegada da frente de expansão na cidade provocou um gradual acesso autônomo dos novos produtores ao mercado. A estrada trouxe, então, a possibilidade da viabilidade da instalação de uma agricultura comercial, já que o campesinato instalado até então não tinha influência alguma no mercado.

Uma das características importantes da frente de expansão atual em São Felix do Xingu é que ela está sujeita a influência destes pólos e frentes de expansão diversos, que se formaram anteriormente. VELHO (1972) também observou fato semelhante na cidade de Marabá nos anos 1970. Este autor comenta que Marabá seria um “verdadeiro ponto de contato entre a Amazônia, Nordeste e Brasil Central”. No entanto a situação no município de São Felix do Xingu torna-se complexa, pois, os tipos sociais, bem como, suas trajetórias, são diferenciados daqueles das frentes de expansão precedentes.

São Felix do Xingu é primeiramente o lugar onde os grandes empreendedores da pecuária nas regiões circunvizinhas resolvem expandir seus rebanhos, já consolidados com ajuda dos financiamentos e facilidades provenientes na ajuda governamental na década de 70. Contemporaneamente, é o lugar para onde se direcionou grande parte do campesinato formado por famílias que foram “expulsas”, ou não conseguiram se fixar na frente de expansão desses municípios mais antigos. Vieram tentar a sorte nestes lugares mais distantes, onde a terra era mais barata e abundante; configurando um movimento ruminante que expeliu uma massa populacional marginalizada para as áreas mais longínquas do Pará.⁵

Diferente também de outras frentes, em São Felix do Xingu chegam migrantes provenientes dessas áreas de fronteiras circunvizinhas, que não tinham uma trajetória econômica desequilibrada e seguem para o Oeste em busca de continuar seus empreendimentos. Reynal, Muchagata, Toppal e Hebette (1995), ao discutirem a dinâmica de evolução dos sistemas de produção agrícola de famílias da frente de expansão da Amazônia em geral, observaram que a mudança de localidade realizada pelas famílias também é uma estratégia comum de acumulação. De forma que também o campesinato que avança para São Felix do Xingu não é formado apenas por famílias que vieram se deslocando, sem patrimônio, da frente de expansão anterior. Muitas se deslocam projetando a oportunidade de aumento de patrimônio, fenômeno citado pelos referidos autores. Em alguns casos, a partida das famílias não corresponde a situações de pura sobrevivência, mas em escolhas racionais para dar aos estabelecimentos agrícolas, melhores condições de sucesso.

Também chegaram famílias providas de outros Estados do país que procuram aumentar seus patrimônios, a fim de continuar seus projetos familiares. Um tipo de família

veio sem posses, apenas com dinheiro para comprar a terra e construir e gerir seu sistema de produção, a partir de sua força de trabalho familiar, ou vendendo sua força de trabalho, como meio de captação de capital para sua manutenção inicial.

Outro tipo de família veio com posses econômicas, já com intuito de transferir seus rebanhos para o município, uma vez que, em sua região, a possibilidade de expansão é escassa, pois o preço da terra é alto, o que não compensa o investimento. Neste caso, estas famílias compram a força de trabalho cedida por famílias adjacentes, para auxiliar suas implantações no local, bem como, auxiliar na gestão destes sistemas produtivos. Supõem-se, então, que esta frente de expansão também atrai um substrato de uma classe camponesa emergente, com configurações de classe média. Um exemplo está na migração de uma família provinda do interior de Goiânia, onde o casal só havia tido filhas mulheres. O projeto da família era assegurar os estudos das filhas em sua cidade de origem, já que nenhuma queria continuar com a atividade de criação de rebanho. O casal resolveu mudar para cidade São Felix do Xingu e transferindo seu rebanho de 200 cabeças de gado para região. O preço da terra em São Felix do Xingu possibilitou que o casal vendesse sua propriedade anterior e ainda economizasse dinheiro para garantir a compra de mais gado. O sucesso do empreendimento garantiria a manutenção das filhas na faculdade, no futuro. Uma delas tinha o intuito de estudar medicina na cidade de Havana (Cuba), cujo investimento monetário se fazia da ordem de U\$ 7.000,00 dólares anuais.

O censo de 1996 informa sobre os lugares de procedências dos atuais moradores: 65.5 % dos 5.774 migrantes que chegaram até 1991 eram provenientes da região Norte, sendo que 73.8% dos migrantes provenientes do norte eram paraenses, 22.3% vinham do estado do Tocantins e os demais vinham de outros estados do Nordeste (cf. tabela 1). De outro lado, é muito provável que a população provinda da região Norte, e particularmente de outras localidades do Pará, esteja há tempos em trajetórias de migrações em zona de fronteira à procura de melhores condições de vida.

⁵ Mais de 70% das famílias entrevistadas no local da pesquisa já havia feito mais de uma migração. Sendo que todos tinham passado por

Tabela 1: Lugares de procedências dos migrantes (São Felix do Xingu)

Norte	65.5 %	Pará	73.8%
		Tocantins	22.3%
		Outros Est.	3.9%
Nordeste	16.5%		
Centro-Oeste	13.5%		
Sudeste	3.3 %		
Sul	1.2%		

Fonte: IBGE 1996.

A instalação da fronteira em São Felix do Xingú atraiu uma diversidade de tipos empreendedores que vieram se instalar na terra e utilizá-la como meio de produção. Dentre eles os tipos campesinos também se sobressaem como empreendedores, que têm, atualmente, a pecuária como forte alternativa viável para seus sistemas produtivos. A agricultura, no caso, fica como alternativa comercial, pois a precariedade das vias de transporte dificulta sua real consolidação na região.

1.2 - A nova combinação das atividades produtivas: pecuária, terra e madeira.

1.2.1 - O avanço da Pecuária

Em geral, a ação da empresa agropecuária na Amazônia contribuiu para mudar definitivamente o foco produtivo e as relações de produção nas áreas onde é instalada, acarretando um processo de transformação social, que reconfigura a estrutura econômica e social da região (COSTA, 2001). Para quem pode investir, a pecuária na Amazônia é viável economicamente, pois permite diminuir o custo da força de trabalho de forma constante - o que gera uma desmobilização da força de trabalho abundante (IANNI, 1976) - assim como se configura como atividade ideal para mascarar a exploração fundiária.

GARCIA JR. (1989) relata que a implantação da pecuária no Nordeste surge em função da crise agrária que se abatia sobre o sistema de *plantation*, pois, com as mudanças de ordem trabalhistas acarretadas pela modernização do setor, os senhores de engenhos deixavam de acumular mais-valia, retirada da exploração exacerbada da força de trabalho dos camponeses, que eram à base do funcionamento do sistema.

As lutas dos movimentos sociais da época, na região, estudadas por GARCIA (ibidem), começaram a surtir efeito e houve uma reformulação das leis trabalhistas, que deu exponência a categoria *trabalhador rural*. O sistema tradicional de dependência e sujeição foi desestruturado, e, a partir deste ensejo, os trabalhadores se tornaram *libertos* na condição de agricultores (GARCIA JR, 1989).

A vantagem do baixo investimento em mão de obra, conseqüentemente do baixo gasto com processos trabalhistas, acarretou a expansão da pecuária nesta região. Os trabalhadores conseguiram que seus direitos fossem reconhecidos, mas esta mudança acompanha-se de um processo de proletarização e a crise agrária da época ganhou um novo componente que foi a luta de classes.

Em São Felix do Xingú, a implantação da pecuária foi influenciada direta e indiretamente pela política de incentivos do governo e tomou forma de grande empresa agropecuária, instalando um processo de desenvolvimento capitalista. Em virtude da abertura tardia da estrada, a frente de expansão da pecuária em São Felix do Xingú é mais recente e apresenta formas um pouco diferentes das observadas em zonas de pecuária consolidadas.

Os pecuaristas que se beneficiaram dos financiamentos anteriores nas regiões circunvizinhas acabaram por expandir seus rebanhos para São Felix do Xingú, tendo oportunidades também para novos financiamentos. O acúmulo de capital e esta expansão coordenada para somatórias de investimentos não fazem desaparecer todas as mazelas que o fenômeno da pecuarização carrega em si, apesar do grande volume da capital circulante nesta situação.

A qualidade da instalação do rebanho em São Felix do Xingu potencializa ainda mais o antagonismo da luta de classe, observado na época da implantação da pecuária no Nordeste do país, há quase 50 anos. A pecuária no município, em função da escassez de mão-de-obra (potencializada pela média de idade da população⁶) e abundância de terra, parece mobilizar

⁶ Hebette (1996) se refere a população da Amazônia como um todo como uma população jovem “um percentual médio de 42,5% de crianças e jovens até 14 anos completos; é o maior índice das Grandes Regiões, inclusive do Nordeste (41,3%); ele se situa, e muito, acima da média nacional (36%) e, em particular, do índice de São Paulo (31,9%). No outro extremo etário, a Região Norte apresenta a menor taxa de população acima de 60 anos: 4,6% contra os 8% da média nacional. A diferença nas taxas é ainda mais marcada se for considerada a população

indiretamente escasso capital para o campesinato instalado, por ventura, em seus arredores, acarretando processo de mobilidade⁷ (proletarização e ou ascensão social) destes camponeses. A pecuária, então, passou a ser a atividade produtiva que mais se expandiu na região, atualmente passando a ser uma das atividades econômicas mais expressivas ao lado, ou até mesmo à frente, da exploração madeireira. As marcas dessas atividades econômicas estão impressas nas paisagens (pastos) e também em todos os locais da cidade do São Felix do Xingu: lojas de sementes para pasto, de compra e venda de gado, de materiais para manejo animal, configurando uma feição eminentemente agrária para o local.

A instalação e a expansão da pecuária na região mobiliza direta e indiretamente uma população que se instala à volta das grandes fazendas, cada vez mais freqüentes no local, para propiciar a manutenção das atividades produtivas. É através da exploração da força de trabalho do camponês que a empresa ganha, conseguindo lucros substanciais através da venda dos seus produtos e mantendo gastos mínimos no momento de pagar a mão-de-obra.

A pecuária articula também grande parte do sistema informal de emprego da região, de forma que é freqüente a mobilização e o deslocamento de força de trabalho temporária, com homens (e, com menos freqüência, mulheres) que vêm de regiões adjacentes, principalmente do Estado do Tocantins, para a realização de tarefas específicas (limpeza de pasto, construção de cercas etc.). Por outro lado, também a pecuária, atualmente, mesmo com o lucro desta empresa produtiva, é atividade que vem mobilizando mão-de-obra escrava como pode ser lido regularmente na imprensa do estado e mesmo na imprensa internacional (O Liberal 12/02/02, 02/08/02 etc...)

Vendendo a sua força de trabalho ao empreendimento da pecuária, o camponês obtém renda extra na propriedade dos grandes fazendeiros para satisfazer suas necessidades e manter ou melhorar o seu próprio sistema produtivo. Desta forma, ele aumenta seu tempo e penosidade de trabalho, se expondo a situações de risco, o que em vários casos acarreta a fragilidade de seu próprio sistema produtivo e perda de sua produtividade.

A pecuária também está ligada intimamente a outra atividade que pode dar grandes lucros: o comércio fundiário. Desta forma, a pecuária em São Felix do Xingu aparece acionar outros setores e segmentos da economia do município: setor urbano (venda de sementes, adubos, cerca etc.) campesinato e comércio fundiário; figurando uma estrutura de articulação interessante, do ponto de vista das relações sociais e econômicas.

rural, pois, nos diversos Estados, com exceção de Roraima, o percentual de jovens até 14 anos varia entre 42,07 e 50,89". Este fato influi grandemente na gerencia dos sistemas produtivos das famílias.

⁷ A referência aqui é para mobilidade social que é definida como um movimento significativo na posição econômica social e política de um indivíduo ou de um estrato (IBGE, 1981)

Esta vocação para pecuária que a região apresenta não implica em dizer que absolutamente todos os atores que vieram se instalar na região tinham como motivação, consciente e automática, a implantação de um rebanho bovino, logo que conseguissem se instalar em suas propriedades.

Em primeira ordem, os *fazendeiros* são as figuras que chegam em São Felix do Xingú, já na década de 80, com intuito imediato de implantar o rebanho. De outro lado, estavam os tipos de famílias camponesas que tinham o objetivo de levar adiante um projeto agrícola. A partir das adversidades⁸ das relações econômicas locais, as propriedades dos camponeses vão aos poucos se pecuarizando⁹, uma vez que eles não conseguiram manter ativado, em seus sistemas de produção, a combinação de agricultura para o mercado e pecuária.

A criação de bovinos também transforma drasticamente a paisagem da região, que era antes composta quase que integralmente por floresta já explorada, com pequenas aberturas dos pioneiros que chegaram antes da estrada. Hoje, as áreas de florestas não são imediatamente visíveis nas áreas habitadas, se restringindo, quando muito, aos topos das serras, que são freqüentes na região. A modificação radical e contínua da paisagem de florestas para pastagem faz mimetizar o ecossistema de campos e cerrados como os que se podem ver nas regiões centrais do Brasil, invocando que existe uma tentativa de adaptar e recriar o ambiente no qual grande parte da população que se instala por ali, viveu no passado.

⁸ Falta de incentivo a agricultura pela impossibilidade de escoamento dos produtos.

⁹ Este processo que pode ser definido como tendência de uma região em adotar a pecuária como principal componente do sistema de produção (Veiga et al. 1996)



1



2



3



4



5

Nas Fotos 1, 2, 3, 4, 5 é possível ver a área rural de São Felix do Xingú com sua paisagem já completamente pecuarizada, desta forma sempre é possível ver e registrar o gado circulando pelas vicinaias e tendo uma proximidade forte com as pessoas.

1.2.2 - O Comércio fundiário

Na década de oitenta, paralelo ao início da implantação do rebanho bovino, começa a exploração comercial da terra, pois as terras ditas “livres” ainda eram abundantes. Os conflitos armados por motivos fundiários começam a acontecer com frequência na região. Os migrantes que iam chegando tinham vários modos de conseguir um estabelecimento agrícola e um deles seria a posse da terra. Este tipo de ocupação era sempre acompanhado por conflitos violentos, seja entre grileiros (especuladores) e posseiros, ou, entre fazendeiros e posseiros, posseiros e latifundiários.

O caminho da migração e posterior instalação na terra, normalmente perfazia a seguinte rota, de acordo com os depoimentos que pude ouvir. Inicialmente vinham os homens, chefes, ou não de família tentar achar uma terra para moradia. Quando conseguiam a terra, em grande parte dos casos relatados, sempre entravam em conflitos com as figuras já mencionadas para conseguir sua instalação, depois a família inteira migrava para a região. A partir daí, outros grupos de parentes de suas localidades vinham para “espionar a terra” e decidir, ou não, se iam fazer o deslocamento. Quem não conseguia o que estava almejando depois de se instalar no local também podia abandonar a terra, sem maiores sacrifícios voltar para sua região de origem, pois o deslocamento não era tão custoso, pela proximidade de São Felix do Xingu com as regiões de origem da maioria dos migrantes.

Outro modo de conseguir a terra era pela compra direta dos direitos de moradias. Neste caso, provavelmente a terra já tinha sido adquirida por alguém que havia enfrentado a situação anterior. A família deve ter tido posses para efetuar a compra e anteriormente os chefes de família já tinham vindo para “espionar a terra”, voltado para sua localidade de origem, buscado a família para ocupar a terra já negociada.

A especulação de terra já se fazia grande em 1985. As grilagens eram frequentes e até hoje a estrutura fundiária do município é bastante problemática, existindo apenas uma área do município (Colônia Linhares de Paiva), como área de título definitivo.

O comércio de terra propiciou o enriquecimento de várias pessoas, que acabaram por acumular riquezas por se fixar na região. Esta atividade de grilagem ainda é desenvolvida, passando as negociações com a terra a sempre serem complexas, pois a terra vira moeda de giro na mão de muitas pessoas que a possuem. A situação de desordem na normatização dos processos fundiários no município facilita os trâmites econômicos que são executados com a terra. Na época da última pesquisa de campo, o cartório da cidade estava fechado sobre ordem

judicial, acusado de ter efetuado diversas fraudes fundiárias ao longo do processo de ocupação da região.

A especulação fundiária é muito forte na área e é um dos fatores que ainda atrai pessoas ao local, já que este negócio se configura como um verdadeiro banco da terra. O preço da terra aumenta com o passar dos anos, bem como aumenta à medida que se vai construindo benfeitorias na local.

A demanda e a oferta de área para estabelecimento de fazendas é grande e não é incomum se ver carros circulando pelas estradas a procura de vendedores de terra. Um site na Internet (www.fazonline.com.br/asp/escolha_local.asp/2002) anuncia fazendas para venda e São Felix do Xingu é o município do Pará que possui o maior número de fazendas à venda. Como podemos rasteiramente vislumbrar em algumas informações do site, o capital monetário que está presente nestas transações é altíssimo (cf. tabela anexa), e a superfície das fazendas a venda estão entre as maiores do Estado do Pará (propriedades de mais de 15.000 hectares). Portanto, o comércio da terra é uma atividade especulativa que incita uma dinâmica econômica e social no município. Foi comentado por um agricultor que sua ambição ao vir se estabelecer na cidade era conseguir terra para produção e se capitalizar para investir na criação de gado. Esta pessoa teria comprado uma área no município distante de três horas da cidade por R\$ 13.000,00 (treze mil reais). Com apenas um ano e meio na cidade, já teria tido ofertas para compra de seu terreno na ordem de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais).

Os conflitos fundiários entre índios e população local são também relacionados com a especulação da terra no município. A Terra Indígena Kayapó ultrapassa a margem direita do Rio Xingu, fazendo divisa com terras devolutas do Estado do Pará. Esta área se encontra ocupada por posseiros e fazendeiros, e os conflitos são constantes. Estes limites impostos pela demarcação legal das terras são sempre motivos de conflitos fundiários. Os camponeses se sentem injustiçados com o fato dos índios possuírem “privilégios” (proteção jurídica especial) e terem “grandes extensões” de terras, enquanto eles se encontram confinados a pequenos lotes com pouca ou nenhuma assistência. Especuladores e fazendeiros, de sua parte, propagam este discurso como forma de aumentar a pressão e impulsionar as fronteiras.

A Terra Indígena Apyterewa, ao norte do município, tem sofrido constantes invasões de pessoas que se dizem agricultores sem terras. Estas pessoas têm sido incitadas por madeireiros locais, que há muito visam o patrimônio florestal dos índios Parakanã¹⁰ (LOPEZ, 2001). Os mesmos índios Parakanã, desde 1994 vivem uma outra história de “invasão”, desta vez envolvendo a ação do Órgão Federal competente pela implementação da Reforma Agrária

¹⁰ Jornal O Liberal, Belém, 26 de agosto de 2001.

no País - INCRA. Segundo o relato dos próprios agricultores “assentados”, o INCRA deslocou mais ou menos 240 (duzentos e quarenta) famílias para uma área localizada dentro da terra indígena. Apyterewa. De um lado os índios e a FUNAI exigem a saída dos agricultores, de outro, estes se recusam a abandonar o local, estando dispostos a partir para o conflito direto.

1.2.3 - A extração de Madeira.

O comércio de madeira também começa a se intensificar com a abertura da estrada e é também um atrativo para que certos tipos de empreendedores venham se instalar na região. As serrarias passam a funcionar e a oferecer empregos que são outro fator atrativo para populações que permanecem sem muitas opções empregatícias em suas regiões de origem. De modo que esta atividade, tanto hoje em dia como num passado recente, é ainda um grande fator de atração de pessoas a fronteira nova como São Felix do Xingu, principalmente nas épocas em que é necessária muita mão-de-obra para dar conta de processar o volume de madeira que provêm das áreas agora cada vez mais longínquas.

O campesinato também se articula com a exploração madeireira, já que os operários das empresas são, em grande parte, populações locais que se dedicam momentaneamente a trabalhar no setor madeireiro, ou são camponeses que exercem dupla atividade.

O relacionamento da empresa madeireira com o comércio de terra em pleno andamento não se faz necessário, já que os madeireiros da área não precisam veementemente da propriedade da terra para dar continuidade e forma a este tipo de exploração¹¹.

As mudanças socioeconômicas e demográficas trazidas pela construção da estrada PA-279 transformaram São Felix do Xingú, de uma pacata cidade ribeirinha, em uma das mais movimentadas cidades de fronteira no Sudeste do Pará. O fluxo de migrantes aumentou o tamanho da cidade, bem como estabeleceu mudanças na composição social da população. No começo da década de 90 os pesquisadores Marianne Schimink e Charles Wood publicam um livro onde narram as evoluções ocorridas desde de sua primeira viagem a São Felix do Xingú (1976) e seu último trabalho de campo, em 1986. O movimento dos carros e a luz elétrica

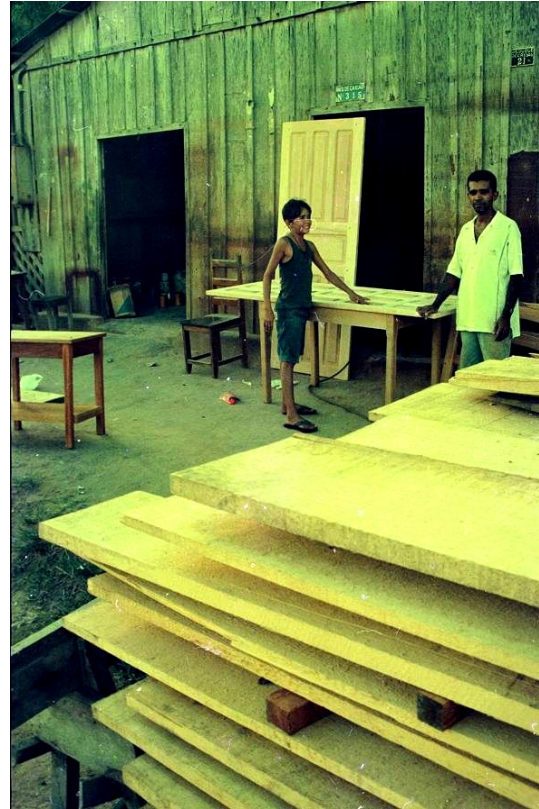
¹¹ Hoje se pode falar que nem a pecuária, representada pela figura dos *fazendeiros* necessita de se conectar com a atividade de comércio de terra. No campo pode-se ouvir referências a categoria “fazendeiro-sem-fazenda” que

trouxeram mudanças irreversíveis para a população, e para os autores, a chegada da estrada significava que São Felix do Xingú estava, deste aquele momento, conectado com o Brasil e com o resto do Mundo (SCMINK & WOOD, 1992). Hoje, o ritmo dessa conexão foi acelerado e São Felix do Xingú passa por novo período de mudanças sociais influenciadas pelo novo cenário tecnológico que por sua vez se enlaçada ainda com uma era tradicional que subsiste com muita força neste cenário. As linhas de celulares, conexões com satélites, redes de internet, antenas parabólicas entremeadas com trabalho escravo, falta de total saneamento etc., trazem as marca da conjunção da “modernidade” / tradicionalismo, que persiste com uma força e que trás outra característica dessa nova frente de expansão: ela está mais do que nunca conectada ao mundo.

especula diretamente sobre o “capital boi”. O “fazendeiro-sem-fazenda” é uma categoria social que vem sendo muito citada atualmente.



6



7



8



As fotos 6, 7, 8, 9 e 10 dizem respeito a situação da forte exploração madeireira que é realizada na região do município de São do Xingú. É constante o movimento nas estradas de caminhões transportam madeira para serem processadas nas diversas e inúmeras serrarias localizadas nas imediações da cidade.

1.3 - Demografia e redes sociais

A região de São Felix do Xingu possui uma situação geopolítica específica e talvez privilegiada do ponto de vista da possibilidade de interconexão com outros estados do país e outros municípios do Estado do Pará. Diferentemente de outras áreas da fronteira na Amazônia, São Felix do Xingú tem seus limites territoriais margeados pelos Estados de Mato-Grosso e Tocantins, bem como uma proximidade muito grande com o Estado de Goiás. Esta localização influencia grandemente a dinâmica demográfica do município, desenvolvida através do tempo, desde que foram facilitadas as vias de transporte. A localização da zona urbana do município, à beira dos Rios Xingu e Fresco, representa também uma situação privilegiada do ponto de vista destas ligações espaciais, pois os rios foram, e ainda são uma via alternativa para o acesso e comunicação com alguns municípios do Estado do Pará.

Esta proximidade com as diferentes regiões e diferentes mercados, arma, portanto maiores possibilidades de redes econômicas e sociais. São Felix do Xingu pode ser considerado como um “espaço de fluxos” (HANNELS *apud* CASTELLS, 1989), onde os limites intra regionais e intra estaduais são expandidos e o espaço das relações sociais e econômicas é alargado, pois os atores, nas suas mobilidades, desconsideram os limites predispostos oficialmente e podem até aproveitá-los. As redes intra-regionais, intra-municipais e intra estaduais, são acionadas constantemente, num ir e vir de pessoas e coisas que marcam as comunicações e define a dinâmica demográfica. As linhas de transporte não possuem conexão direta com Belém ou cidades da Amazônia chamada tradicional. Pode-se ir direto de São Felix do Xingú a Goiânia, a Palmas etc. Nos letreiros das empresas de ônibus, podemos ver que o movimento de transporte em São Felix do Xingú conecta mais facilmente o Sul do Pará com cidades do Centro-Oeste e Sudeste.

As especificidades demográficas de São Felix do Xingú são influenciadas pelas conjunturas socioeconômicas e histórias das regiões que envolvem o município. O Estado do Tocantins, por exemplo, é menos favorecido economicamente do que o Estado de Goiás, mas, no entanto, ainda apresenta terras para a instalação de camponeses, o que já não é mais o caso em Goiás. De forma que os migrantes provindos de Tocantins são geralmente itinerantes, no sentido em que estão em São Felix do Xingú para fazer trabalho temporário e mandam dinheiro constantemente para suas famílias que ainda continuam fixadas naquele estado. A oferta de maiores possibilidades de trabalho, provindas da empresa pecuária e madeireira, forja, em muito, este tipo de migração temporária (facilita a conservação de laços com a

região de origem). O que se pode reter aqui é que a posição estratégica de São Felix do Xingú estimula a entrada e saída de pessoas no município, assim como é propícia para a criação de redes econômicas sociais intra regionais.

De 1970 a 1980, a situação demográfica no município foi estável (cf. gráfico 1). Neste período, as embarcações e os aviões eram os meios de transporte que iam trazendo os poucos migrantes que se arriscavam a chegar a São Felix do Xingú, antes da finalização da estrada. A comunicação com os Estados de Tocantins, Mato-Grosso e Goiás ainda não existia, bem como, a ligação do município com as outras cidades do Sul do Pará era difusa. Nesta mesma época a população contava com 2.332 (dois mil trezentos e trinta e dois) habitantes que ocupavam os 84. 607 km² de área territorial do município, e habitavam principalmente as beiras do rio.

A população começou a crescer com a finalização da estrada em meados da década de oitenta. Em 1983, a população total já havia duplicado o número de habitantes, passando de 2.334 a 5.239 pessoas. Do início da finalização da estrada na década 80, até 1996, a população cresceu em forma exponencial alcançando seu ápice em 1996, com uma população total de 40.983 (quarenta mil novecentos e oitenta e três) habitantes. Sendo 33% (9.599) dela urbana e 67% (31.384) rural.

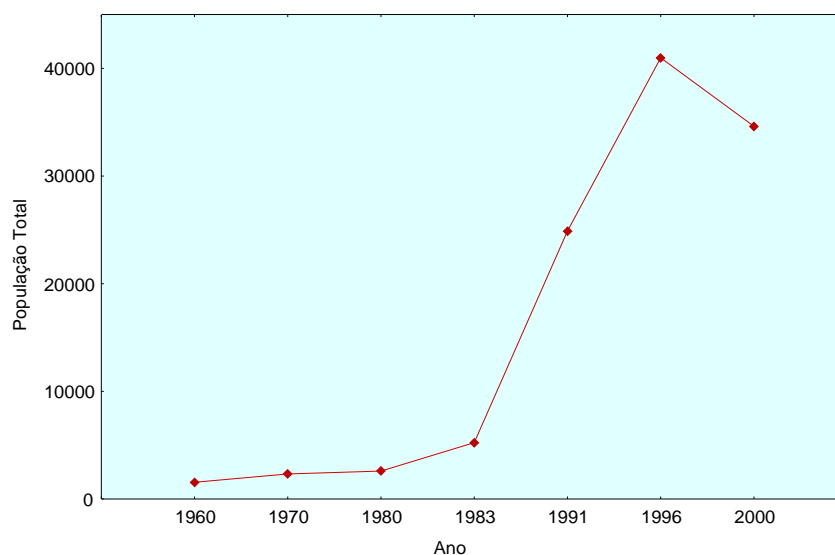
Este crescimento significativo da população neste período se fez em função de todo o conjunto de atividades e oportunidades econômicas que a localidade podia oferecer para os migrantes. O comércio fundiário, bem como a possibilidade de conseguir “terras livres” para instalação foi o principal fator de atração de migrantes, junto com as possibilidades que a região pode propiciar: terra, ofertas de empregos informais e formais, possibilidades de acumular capital e promover algum tipo de ascensão econômica/social. “Caçar melhora” é um termo muito usado para expressar a motivação dos migrantes: sentimento de descontentamento em relação ao lugar do qual provém e esperança de conseguir algo novo, diferente e melhor no lugar que almejam se instalar.

O período compreendido entre os anos 1994 e 1995 foi um tempo de manifestações políticas e de negociações entre pequenos e médios agricultores do Pará e agências do governo. As manifestação e negociações feitas nestas épocas surtiram efeito e o acesso ao crédito facilitado para pequenos e médios produtores- FNO - foi conseguido pela primeira vez na história do Brasil (TURA, 2000).

No município de São Felix do Xingu, este fato anunciou uma presença maior das agências que iriam se encarregar de mediar às negociações e burocracias para que os camponeses pudessem financiar seus projetos produtivos.

Os escritórios do INCRA e da EMATER¹² foram instalados em 1996 e efetivam a materialização da ação do poder do Estado no município de São Felix do Xingú. Somente a ventilação da notícia sobre instalação dessas agências no município foi fator de atração de famílias que acreditam que o amparo do Estado poderia lhes propiciar vantagens. Muitas famílias chegaram na cidade antecipando a presença das agencias do governo. Portanto, parte do campesinato que foi atraído pela aura das instituições oficiais se instalou em diversos novos assentamentos que fazem parte do projeto de Reforma Agrária ditado pelo INCRA.

Gráfico 1: Crescimento populacional em São Felix do Xingú.

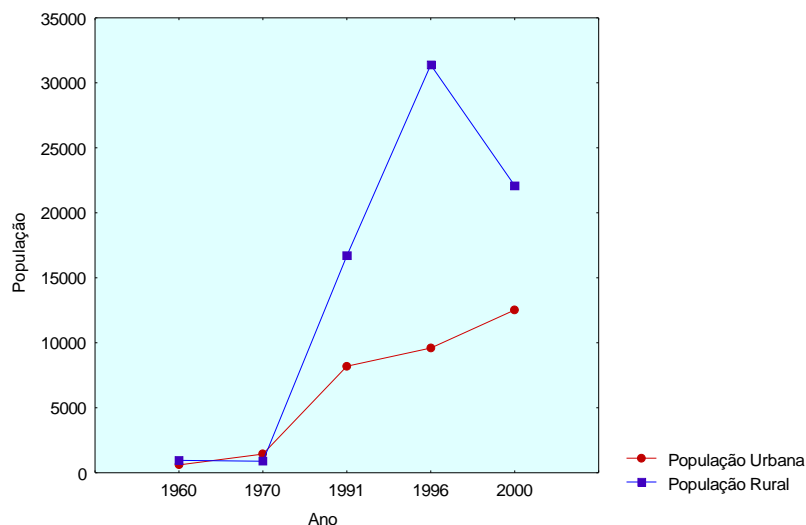


Dados IBGE.

Entre 1996 e 2000, a população total do município diminuiu um pouco, passando para 34.621 habitantes. A população rural (22.031 pessoas, o que corresponde a 63.8 % da população total) mostrou um maior decréscimo, enquanto à população urbana continua a crescer (12.530 pessoas, ou seja, mais de uma terça parte da população total) (Gráfico 2).

¹² O INCRA é órgão responsável pela reforma agrária no país e que gerencia uma série de créditos destinados as famílias que são assentadas na região. A EMATER, em parceria com a Secretaria de Agricultura, é o órgão responsável pelo elaboração e gerenciamento dos projetos agrícolas a serem aprovados para o financiamento.

Gráfico 2 Crescimento da População Urbana e Rural.



Este deslocamento efetuado pelas famílias entre zonas rurais e urbanas é provocado em parte pela qualidade dos projetos de assentamento de família feitos pelo INCRA na região. Estes se configuram como um planejamento não muito satisfatório, pois não proporciona veementemente a instalação das famílias na área. Muitas famílias foram assentadas em locais demasiadamente longe do centro urbano, portanto sem acesso a serviços básicos de educação e saúde, distantes de todo tipo de comércio e situados às vezes em locais de incidência endêmica de doença. Sob estas condições, muitas famílias preferem vender estas áreas longínquas onde foram assentadas.

A exposição contínua dos membros da família a estas doenças (principalmente malária) é quase sempre o fator principal que motiva o deslocamento.

Assim o caso de uma família que todos os membros estavam acometidos de malária voltando da cidade de São Felix do Xingú para o assentamento na área chamada da Taboca. Tinham ido todos se tratar no hospital da cidade. Estariam voltando porque não tinham mais dinheiro para comprar medicamentos e completar o tratamento. As crianças já haviam pego várias vezes a doença e os pais estavam sem condições financeiras de continuar os tratamentos interrompidos, numa situação preocupante, pois não havia condições de venda dos seus produtos agrícolas, uma vez que em situação de doença ininterrupta, o chefe da família, fica impossibilitado de trabalhar a terra, fato o que conseqüentemente diminui a produtividade do seu estabelecimento agrícola, que passa malmente a garantir produtos para a economia doméstica.



11

12



Fotos 11 e 12: Família de migrantes residente em assentamento do INCRA. Tinham ido a cidade realizar tratamento médico para combater malária que acometeu todos os membros da família. A menina da foto 11 tem nove anos e segundo sua mãe já tinha pego 05 vezes malária.. Estavam retornando às suas moradias mesmo não tendo concluído o tratamento pois não tinham mais recursos financeiro para compra de medicamento e permanência na cidade.

Provavelmente, o único dinheiro que podem, então, utilizar provêm dos créditos que são liberados para construção de habitação e outros, que com certeza são gastos com os tratamentos médicos. Na maioria desses casos, as redes de relações sociais ativadas para possibilitar a sobrevivência são as do parentesco, sendo comum uma família se deslocar por um tempo para casa de parentes, situada em lugar distante. Pelo enfrentamento repetido de uma situação como esta, as famílias vendem o direito de ocupação da terra para outra pessoa, podendo de um lado se deslocar para outro lugar onde a terra é mais barata e assim economizar certa quantia de capital, subtraindo o preço da propriedade anterior com a atual mais barata e garantindo um tipo de poupança. De outro modo, após a venda da terra de assentamento, as famílias podem se descolar para a cidade, onde é possível exercer trabalhos assalariados (empresas madeireiras, empregadas domésticas, etc.) e tentar constituir uma poupança que servirá para o próximo projeto.

Por ocasião da entrevista a um cartógrafo¹³ em São Felix do Xingú, pude saber de algumas transações feitas com terras de assentamento. Um senhor tinha recebido seu financiamento do INCRA para se instalar na terra com um total de R\$ 3.900, 00 (R\$ 1.400,00 outras despesas R\$ 2.500 crédito habitação). Na ocasião estava vendendo o lote por R\$ 8.000,00 reais, com a intenção de voltar para a cidade e trabalhar numa serraria, ganhando um salário mínimo. A situação urbana atual de São Felix do Xingú lhe agradava muito, pois no assentamento não existia possibilidade de emprego, era área longínqua, não tinha escola para seus filhos, numa somatória de fatos que justificavam seu deslocamento para a cidade.

O avanço da pecuária nas áreas dos colonos também incentiva o deslocamento de pessoas para zonas urbanas ou à volta para suas regiões de origem. Isso poderia explicar em parte a diminuição da população nos distritos (áreas rurais) nos últimos anos e o aumento relativo da população urbana.

O município de São Felix do Xingú, mesmo sendo jovem, já não apresentaria tantos atrativos como antes para os migrantes. Mesmo assim, é preciso insistir sobre o fato o movimento entre cidades e campos podem não ser definitivos, já que são muitas as famílias que detém propriedades urbanas e rurais e podem, quando a situação for propícia, voltar a executar o projeto de viver na zona rural.

¹³ Existem dois cartógrafos em SFX , sendo suas residências sempre muito movimentadas e são cenários propícios para coleta de informações.

O fluxo social que se estabelece entre o urbano e o rural em São Felix do Xingú é precioso, mostrando a importância de novas reflexões sobre estratégias do campesinato na Amazônia.

1. 4 - O “desenvolvimento” na vida da população

A estrada, então, abriu a comunicação com o mundo exterior e trouxe alguns aparatos da modernidade para a cidade. Trouxe consigo também novos atores e atividades econômicas, através do que se costuma chamar “o desenvolvimento”. As pessoas que viviam em meio ao isolamento que lhes conferia um modo de vida singular, passaram rapidamente a ter contato com novas estruturas e a modificar gradualmente seu modo de vida em um período de tempo curto, num englobamento crescente e fugaz processo de mudança. Esta mudança no ritmo do tempo não é um fenômeno incomum na Amazônia.

O processo de ocupação da região é marcado por este tipo de mesclagem ou substituição gradual de tempos. Ianni (1978) observou na década de 70 que o município de Conceição do Araguaia passou pelo mesmo processo que foi observado por Schmink e Wood (1992) em São Felix do Xingú. A “febre da pecuária” observada em Conceição do Araguaia, também alcançou São Felix do Xingú uma década mais tarde, e com ela veio todo o quadro clínico que tal febre provoca. Ianni (1978) relata que a pecuária configura e molda uma nova forma de organização das forças produtivas e das relações de produção, o que dá curso a uma nova fase de desenvolvimento do capitalismo, ocorrendo uma nova articulação da economia e sociedades locais com a economia e sociedade nacional.

A pecuária, bem como a exploração da madeira, foram atividades econômicas que mudaram a estrutura social de São Felix do Xingú, assim como, moldaram novas relações de produção e forças produtivas. No entanto, foram atividades que não se consolidaram em terreno vazio. Em Conceição do Araguaia (IANNI, 1978) e Marabá (VELHO, 1972) estas empresas moldaram uma nova estrutura de classes sociais, que é função da justaposição e de um desenvolvimento da sociedade preexistente. De forma que foi este tipo de modo de produção que consagrou a mudança pautada no arranjo de categorias sociais, que ao se relacionarem, dão vazão a uma estrutura social onde a desigualdade econômica é fator que move as relações.

Este campesinato que se instalara em São Felix do Xingú antes construção da estrada se pautava numa economia de subsistência com escasso ou nulo comércio de excedentes. Era o campesinato *sitante* (Ianni 1982), instalado numa imensidade de terra onde o direito a propriedade da terra não se fazia como uma necessidade básica para sua reprodução. Nas áreas periféricas ou centrais da cidade de São Felix do Xingú, os interessados na terra ainda

pagavam o direito de morar. O processo legal de normalização da propriedade não era efetuado. As áreas rurais eram consideradas “sem dono” e podiam ser passíveis de posse.

A estrada abriu caminho para novas formas de apropriação do espaço. A abertura e o contato efetivo com a sociedade envolvente, bem como o suposto controle do Estado, fazem vigorar outros tipos de normas que não eram existentes anteriormente.

Neste tempo atual, o “documento” (documento escrito) é a forma de legitimar e impor a ação. Os títulos de terra são supostamente requeridos e alguns camponeses sitiados perdem poder frente a um tipo de autoridade que é legitimada pela documentação formal. D. Mariza, uma moradora antiga da cidade, foi praticamente expulsa de sua terra, pois sua propriedade não tinha “papel”. Um fazendeiro se dizia dono de sua área, pois tinha o suposto título da propriedade.

O “documento” entra neste cenário como uma nova categoria de referência. Esta categoria passa a ser fundamental no novo universo que se instala pela “proximidade da sociedade envolvente” e passa a fazer constantemente parte do vocabulário local, como expressa o depoimento.

... “Todos respeitavam, cê entende como é que é? Porque lá (o local onde vivia) ainda hoje ainda se chama do Pajaú. O homem tomou de nós, mas eu não tenho isto como aceito não”.

Porque não pegou documento nenhum. Não tem porque eles tomou. Minha filha, eles tomaram a casa do pessoal tudinho, de nós “se vocês fossem casados eu ia ajudar vocês, mas infelizmente não é, queria arrumar emprego pra nós” (D. Mariza, moradora da cidade de SFX)

A gramática e semântica apresentada pelos novos atores que vinham chegando, não era domínio das populações locais, que acabavam sem alternativas frente ao poder dos que se diziam certos, dentro da lei.

A lei do Estado e a oficialidade passam a invadir este universo de uma forma real e próxima, pois antes o oficial era sempre longínquo, sem presença materializada. Frente a imposições de um sistema de normas e valores desconhecidos pelos moradores, eles acabaram cedendo por falta de conhecimento. No caso de D. Mariza e outros perderam a terra de posse na qual viveram boa parte de suas vidas.

“Ele chegou e disse” ou aceitava o que eles queriam dar... por isso que eu disse que foi tomado... Ou aceitava o que eles oferecessem, ou então eles levavam pra ITERPE em Belém, pra levar eles levava de avião, agora pra voltar ele não sabia que ainda tava por aqui “(D. Mariza, moradora da cidade de SFX).

Com a abertura da estrada, outro tipo de categoria de camponês foi emergindo e ocupando o espaço de São Felix do Xingú. Os *colonos* juntamente com uma leva de *posseiros*, chegaram com mais intensidade, bem como houve a formação das chamadas colônias.

“Colono é quando ele tem terrinha pequena e depois ele vai crescendo, vai crescendo, vai comprando sua terra e vai crescendo, crescendo e já não faz parte do colono” (Depoimento de um agricultor na Colônia Tancredo Neves SFX, Nov, 2001).

As “colônias” da região tiveram histórias de formação diferenciadas. De um lado os processos de conflito fundiário deram margem para que houvesse o câmbio de identidades sociais. Pessoas que eram identificadas como *posseiros*, com o desenvolver dos acontecimentos até a conquista do direito de moradia da terra, passaram a se identificar como *colonos*, bem como fundaram zonas espaciais denominadas e classificadas como Colônias.

São estas populações que mantêm relações com as figuras locais que coordenam as atividades econômicas da região. São elas também que, frente às mudanças ocorridas com a construção da estrada, passam a se confrontar com um novo sistema de valores. Aos poucos, elas vão escolhendo novas alternativas de organização social para conseguirem ou, pelo menos, tentar competir na busca de garantir a realização dos seus próprios interesses.

1.5 - Política e economia, as bases para a mudança.

As atividades econômicas da região, antes da construção da estrada, eram controladas por poucas figuras detentoras dos meios de transporte que possibilitavam o escoamento da produção e venda de produtos de mercados externos à localidade, por via fluvial. As populações que ali se encontravam eram meras arrecadoras desses produtos florestais e os trocavam diretamente, na maioria dos casos, por bens de consumo, caracterizando o típico sistema de aviamento comum na Amazônia da época. Esta situação armou o caminho para que as figuras que detinham o monopólio dos meios de transporte e acesso ao mercado acumulassem um prestígio e que se detivessem o poder para controlar e dominar, tanto a ação política dos grupos locais, quanto o próprio sistema político que vigorava na época.

O controle dos grupos locais era feito através da manutenção das relações de dependência e dominação (GEFFRAY, 1996) asseguradas pelas peculiaridades do sistema econômico que garantia o isolamento desses grupos em áreas longínquas da cidade, mais perto das áreas de florestas onde estão normalmente os produtos florestais. O declínio dessas atividades extrativas provocou indiretamente um incipiente processo de urbanização. O deslocamento da população das áreas de floresta para a cidade foi estimulado pelos poderes locais que almejavam criar um município que necessitava de um núcleo urbano com uma população razoável. O município de São Felix do Xingú foi criado em 1961 e separado oficialmente do micro-região de Altamira.

O sistema de aviamento começou a declinar também e o serviço público tornou-se a nova fonte da patronage (SCHMINK e WOOD, 1992). Os poderes locais que se abasteciam da economia em declínio, mudaram o foco de atuação econômica e translocaram seus espaços de poderes para os postos da prefeitura instalada no local. Na competição para as vagas no serviço público existia bastante corrupção, dado que os governantes da época estavam na posição de recompensar a “fidelidade” das famílias e amigos com empregos municipais, acesso a terra e equipamentos (*ibidem*).

O primeiro prefeito eleito e empossado em 1982 era filiado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), partido de suposta oposição. Não era um estranho, mas um *aviador* residente há muito tempo na cidade. Ele financiou sua campanha com os lucros que tinha feito na cidade de Rio Branco no Acre, nas áreas de mineração de ouro. Similarmente, nas eleições locais de 1988, o candidato principal para prefeito, que tinha uma grande experiência de administração em São Felix do Xingú e Tucumã, era herdeiro de um barão da borracha, o Coronel Tancredo Jorge, fundador da cidade.

1.5.1 - Os políticos.

O exercício do poder político na cidade sempre foi praticado por pessoas ligadas à posse e administração das atividades econômicas locais. Quem tem poder na economia, tem poder na forma de atuação política. O próprio aparecimento da cidade está relacionado aos grandes compradores de seringa que, para incentivar a produção decidiram reunir, em 1914,

os seringueiros e caucheiros junto com suas famílias, em torno do *Barracão* onde estavam centralizadas as atividades da empresa, local onde hoje é situada a cidade.

Logo que São Felix do Xingú passou a ser município, o primeiro prefeito indicado em 1967 foi um administrador de um regatão que não permaneceu muito tempo no cargo, pois era acusado de gastar o dinheiro público em contas particulares. Na época, o Governador do Estado esteve em visita à cidade e o prefeito estava ausente. Versões mais detalhadas falam que ele estava bêbado, por isso não compareceu para receber o governador que, deste modo, nomeou o vice-prefeito que passou a assumir a prefeitura por dois mandatos.

Após o encerramento deste mandato, houve eleição e quem assumiu também foi um comprador de seringa. Este pareceu ser um tipo de liderança que marcou mais a memória das pessoas. Este prefeito conseguiu se eleger, pois era conhecido por sua atividade de recolhimento da borracha nas imediações de São Felix do Xingú. O *padrão*, desta forma, virou líder político e abandonou a atividade econômica principal para se dedicar inteiramente à sua nova carreira conforme nos declarou um entrevistado “*Quando ele tomou a vaga do outro, pegou mandato e largou a seringa*”. Fato de ter assumido a prefeitura garantiria de vez sua estabilidade e sustento econômico. Exerceu apenas um mandato. É forte a lembrança que as pessoas têm da ligação que este prefeito tinha com o poder central e figuras políticas do Estado.¹⁴ Sendo curioso o fato que muitas pessoas fazem alusão com precisão do número de vezes que houveram visitas pessoais à ele, como que isso fosse um evento importante a ser citado aos que não conhecem a história do município.

Em relação a suas atitudes políticas, existe um tipo de referência que vincula sua imagem ao “*homem que não queria trazer o progresso a São Felix do Xingú*”, “*atrasou o desenvolvimento*”, pois ele era contra a abertura de estradas no município. Dizem que ele sempre se referia ao perigo que significava a abertura das estradas para o povo de São Felix do Xingú. Um agricultor ainda lembra do seu discurso:

“... eu conheço o mundo e eu não quero abrir a estrada aqui pra Tucumã. É muita gente de olho grande! É melhor a gente ficar aqui numa ilha como a gente tá, só tá a gente, não tem grileiro!” (Morador da parte antiga da cidade, julho, 2000).

Talvez ele soubesse que a abertura da estrada não só representaria a perigo para população, como abriria passagem para a migração crescente, bem como, para um tempo em

¹⁴ Dentro da memória social, todos comentam que pela ocasião de uma doença grave que ocorreu com este prefeito, ele teve a “ilustre visita” do governador do Estado da época, Jader Barbalho, que “fez questão de

que suas ações tradicionais perderiam legitimidade frente às pessoas do local, ameaçando o seu próprio poder. Sem estrada, o comércio de mercadorias ficava a mercê dos atravessadores controlados por ele, bem como o monopólio do controle dos escritórios público estaria resguardado da mão dos futuros opositores. Esta estrada significaria, decididamente, a transformação radical das relações sociais que tanto o auxiliavam a permanecer no poder e conservar seu prestígio. Coincidentemente ou não, sua própria morte está vinculada pela memória social ao momento de seu desprestígio político e sua decadência econômica. As pessoas falam que ele morreu de “desgosto”, pois foi caluniado e humilhado publicamente por figuras que representavam uma nova ordem social, “novas” figuras do político que iam assumindo o poder local, depois da abertura da estrada.

O então vice-prefeito compactuava em parte com as idéias políticas do prefeito. Era promotor no município, bem como exercia também atividade paralela de seringueiro, como contam os entrevistados: *“ele era promotor de justiça e mexia também com seringa, como o finado prefeito Zé Maria”*. Sua candidatura como prefeito para eleições de 1982 não foi bem vista pelo prefeito em mandato, que acabou por não apoiar sua campanha, levando a uma ruptura das facções políticas, já que cada um era de um partido diferente. Este conflito entre estas duas figuras políticas gerou um episódio dramático que acabou de vez com a carreira do prefeito Zé Maria, bem com sua própria vida como referenciam os que presenciaram o fato. Por ocasião da sua administração e influenciado por prestações de favores pessoais, o prefeito e vice-prefeito financiaram a candidatura de um comerciante de São Felix do Xingú, bem como foram avalistas de seus empréstimos junto a um Banco. No entanto, este não honrou com sua dívida que foi acumulando juros. O Banco entrou com ação junto ao juiz encarregado pelo município que também, pressionado pelo promotor, acabou por processar e prender somente o prefeito. Falam às pessoas que somente este prefeito foi “humilhado” publicamente pelo juiz, que o prendeu levando-o algemado por não pagar a dívida da qual era avalista. Depois deste fato, o prefeito não mais circulou pela esfera política do local e adoeceu de malária num garimpo da sua propriedade, o que o levou a falecer logo em seguida: *“o prefeito ficou desgostoso da vida, por isso ele morreu”*. Seu vice-prefeito assumira o governo do município.

Na memória coletiva, este evento fica marcado por uma solenidade pública que se configura como um ato simbólico de desprestígio da liderança local, representante do poder econômico tradicional que imprimia um ritmo econômico “lento”, atrasando às mudanças que

comparecer no enterro dele”. Este fato é comentado com frequência pelas pessoas que querem insistir sobre a importância do prefeito.

o momento histórico pedia e que todos queriam: estrada, “progresso” e “desenvolvimento”. Após o desaparecimento da figura do poder tradicional, a estrada pode então chegar até a cidade de São Felix do Xingu.

De fato, podemos considerar que ambas as lideranças, prefeito e vice-prefeito, saíram de circulação da arena política. Os prefeitos que assumiram posteriormente eram figuras ligadas à atividade da pecuária, atividade esta que necessita terminantemente da construção de estradas para comercializar seus produtos. Desta forma a estrada abre caminho para “todos” e traz a prosperidade esperada pelos moradores do local. O político que vincula seu mandato com este símbolo, de abertura e de prosperidade, acaba por se fixar na administração, como nos informou um agricultor:

“Queria que o político desse uma mão aqui pra gente A situação tinha melhorado depois da estrada, saúde, educação, parte financeira, porque você sabe, teve uma estrada teve tudo, vem outras coisas” (Seu Armando, morador do distrito da Taboca SFX, julho. 2000).

Os governantes que reinavam no tempo sem estrada foram desmembrados dos seus cargos de poder através de atos públicos que ritualizaram a passagem de uma forma de governar para uma nova forma, que levaria a mudanças globais da realidade local. GEERTZ (1997) referencia que uma das dimensões do carisma e conseqüentemente da acumulação de prestígio que legitima o poder simbólico dos governantes está na relação que estes mantêm com os centros ativos da ordem social¹⁵. Em São Felix do Xingú, a conexão com os centros do poder é feita por figuras que dominam o circuito econômico local, já que é a economia primordialmente, neste caso, que liga o local com os centros administrativos maiores (configurações e alianças similares podem se reconhecer é claro, em toda a Amazônia). Mesmo algumas lideranças atuais de esquerda apresentam esta característica¹⁶.

Esta ligação dos líderes políticos com as atividades produtivas locais engrandece o carisma da figura pública, além de que facilita o acesso a tipos de bens, que em primeira ordem não entraram no circuito de trocas políticas (acumulação econômica do governante) e em segunda ordem bens que entram diretamente na esfera política.

O prestígio do governante é sempre maior quanto maior for sua capacidade de distribuição de bens, transferíveis por ele da esfera central do poder para a localidade. Como

¹⁵ “Tais centros, que não tem qualquer relação com a geometria e muito pouco com a geografia, são essenciais, locais onde se concentram atividades importantes; consistem em um ponto ou pontos de uma sociedade, onde as idéias dominantes fundem-se com as instituições dominantes para dar lugar a uma arena onde acontecem os eventos que influenciam a vida dos membros desta sociedade de uma maneira fundamental” (GEERTZ, 1997:184).

observado por BEZERRA (1999), no município do Rio de Janeiro, “as obtenções de recursos e benefícios para as localidades que representam, são consideradas pelas lideranças locais como umas das atribuições essenciais parlamentares”. O quesito “verbas federais” e recursos públicos também são mola mestra das representações políticas em São Felix do Xingú, tanto porque há uma enorme demanda por parte da população, que compreende que a atividade política está quase sempre somente relacionada à captação desses recursos. Existe um termo local que traduz essa atividade do governante nas suas relações com arenas centrais do poder: o “político” é aquele que faz “politicagem”. Se ele está “politicando” então ele está tentando convencer alguém de sua capacidade de conseguir os recursos públicos, ou ele está viajando para algum lugar supostamente negociando para garantir esses recursos públicos¹⁷.

Além disso, os “bens” obtidos pela conexão com os centros do poder são bens simbólicos/materiais, mas especificamente esta conexão pode dar acesso ao aprendizado de linguagens que não são faladas na esfera de atuação do governante, como por exemplo, a linguagem formal e/ou a linguagem escrita, podem ser fator de vantagem para aquele que almeja o poder, já que este tipo de linguagem enquanto bem, é recurso escasso neste local. Para Godelier (1982) “a força mais forte de um poder de dominação não é com certeza a força violenta, mas o consentimento dos dominados na sua dominação”. O controle do aprendizado de linguagens específicas por certos grupos é um fator que propicia formas de dominação necessárias para manutenção do poder. O acesso aos centros de decisão (Belém, por exemplo), já por si só indica o controle destas linguagens não usuais na localidade. No caso em estudo, este é um fator preponderante para dar acesso ao poder e conseqüentemente a manipulação dos recursos econômicos enviados pelos centros decisórios.

As eleições de 1982 foram marcadas por um fato inusitado que acabou por ser um golpe eleitoral para garantir a vitória do candidato. Ele conseguiu, via contatos pessoais, que o ITERPA (Instituto de Terras do Pará) demarcasse e titulasse a área da atual “Colônia Linhares de Paiva”, que é hoje a única área de títulos definitivos do município de São Felix do Xingú. Em 14 de novembro, este prefeito distribuiu pessoalmente todos os títulos desta área, assim conquistando a lealdade das pessoas que se beneficiaram com os títulos. Em 15 de novembro, dia das eleições oficiais, sua vitória foi massiva. Neste caso, a manipulação de símbolos públicos, como a terra, os títulos (documentos) foram fatores importantes para garantir que a reciprocidade da troca - votos por recursos públicos - fosse bem sucedida. Além

¹⁶ O candidato do partido dos trabalhadores a prefeitura no ano de 2000 foi antigo dono de garimpo da região.

¹⁷ Os governantes que conseguem manipular as formas simbólicas mais usuais e compreensíveis são aqueles que detêm o poder ao seu alcance, como GEERTZ (ibdem) se refere: “sempre existe uma elite governante e um conjunto de formas simbólicas que expressam o fato de que ela realmente governa”.

do que, marcou oficialmente a conexão que esta figura política teria com os centros maiores do poder. Analisar a situação do ponto de vista mecânico - as pessoas trocam votos por títulos, ou por recursos (não importando sua natureza) - é desconsiderar o aspecto simbólico que efetiva o acesso ao poder.

Do fim deste mandato para cá, os governantes oficiais que assumiram a administração do município são ligados com a atividade da pecuária. São fazendeiros que exerciam essas ligações, diretas ou não com o centro de poder. Eles portando manipularam os símbolos públicos e acabam por garantir que seus interesses fossem reproduzidos.

As elites governantes do município são agrárias em sua forma, mas guardam conteúdo de grandes empresas capitalistas. De mais a mais, estes fazendeiros são empresários que trabalham mesclando as relações patrão/cliente com assalariado/capitalista.

Os símbolos manipuláveis hoje são de várias ordens. O “desenvolvimento” passa a ser compreendido como a conexão com estruturas modernas, o advento das formas do capital. O termo “desenvolvimento” abriga uma gramática de símbolos compreensíveis e almejado pelas pessoas que estão ali. Aos poucos esta nova gramática vai invadindo a vida e cotidiano das pessoas. Desde a concepção que a estrada trás coisas boas para a cidade, os recursos são a matéria simbólica manipulada pelas elites. A “obra” pública é uma palavra chave que tem uma efetiva força perante o suposto eleitorado. No caso de São Felix do Xingú, a estrada é a obra primordial, já que os grupos instalados no local são grupos que querem ter a possibilidade de viver da agricultura, ou que tem na agricultura/pecuária a única forma para a produção capital. Não é de se estranhar que vejam a estrada como o inicio da possibilidade de melhores condições de vida.

Assim, existe um amplo movimento por parte dos governantes para garantir o funcionamento das estradas. Em julho, poderia ver um grande muro, quase ao lado da sede do Banco da Amazônia (BASA), pintado com dezenas de nomes que assinavam a contribuição para a recuperação de algumas estradas vicinais e principais. Trata-se aí de publicar e expor nomes de pessoas que vão lançar suas candidaturas para as próximas eleições, desta forma ficando claro que o interesse maior desta provável liderança é a conexão o englobamento com a sociedade dominante a procura do tão falado desenvolvimento.

O processo de conhecimento da pessoa pública se faz inicialmente pela exposição gradual de seu nome e sobrenome à coletividade. A “construção do nome” do político deve ser feita gradualmente pela comunicação pública do nome das pessoas que querem ser reconhecidas, dos conteúdos simbólicos ao qual a sociedade está vinculada.

O aspirante a político não precisa ser totalmente culto para ser conhecido. Precisa sim mostrar seu prestígio, pelas coisas que possui e pelas atitudes que promete e cumpre. O “prometer e cumprir” são bases discursivas primordiais para que a pessoa faça nome. É claro que existe uma gama de promessas que são feitas, mas o cumprimento de algumas delas, já é suficiente para que o prestígio seja alcançado. A famosa frase “ele rouba, mas faz”, é sempre ouvida quando se fala do prefeito atual, por exemplo.

A qualidade do “fazer” não é importante no caso. Somente a motivação e a percepção deste fazer são de bom grado aos eleitores.

Na época desta pesquisa de campo se podia observar muitos tratores circulando pela cidade para a reforma de uma estrada vicinal, no entanto estes estavam parados sem gasolina para acabar a obra, mas as pessoas já se faziam contentes por esta iniciativa do prefeito. Assim como outras estradas foram construídas com gastos de verbas consideráveis. Houve o comentário que a firma contratada para a construção era do próprio prefeito. O material para construção era de má qualidade, mas mesmo assim, com toda reclamação e denúncias de corrupção, este prefeito foi reeleito.

De forma que a escassez desse recurso vinculado à acessibilidade e escoamento da produção na área é tão alta que não importa a forma da realização da obra, que o resultado político será o mesmo. Os eleitores estão interessados no fazer imediato e na possibilidade que a promessa do fazer seja cumprida. O fazer obras, que é o que materializa o mandato, é uma das formas que dá acesso ao caminho da política.

Existem hoje governantes políticos que também são lideranças religiosas. O pastor da Assembléia de Deus foi um dos vereadores mais votados da cidade. Este também participa da direção de uma das Associações de agricultores que tem um número expressivo de sócios (Associação Evangélica). Inclusive é definido pelas pessoas como *fazendeiro*. Ele sempre vive em trânsito, nunca se encontrava na Câmara dos Vereadores, da qual é presidente, ou está viajando para Belém (viagens políticas, “politicagem”) ou está em sua fazenda situada na Zona Rural do município. De outra forma, não existe um envolvimento claro e público na política oficial de liderança de outras religiões pentecostais presentes no município. Inclusive algumas delas proibem seus freqüentadores de participar de qualquer mobilização e qualquer atividade que diga respeito à *política*.

Parte dos grupos que compõem a Igreja Católica participam efetivamente também das atividades políticas da cidade. Em um primeiro momento foi esta igreja que organizou e abriu espaço para o começo do movimento social contestativo na região. Esta igreja tem o papel

decisivo na formação de um tipo de liderança camponesa que participam atualmente dos processos políticos na cidade.

1.5.2 - A Igreja Católica

A Igreja Católica teve uma atuação inicial contemporânea à fundação dos sindicatos dos trabalhadores rurais, já que seu movimento junto à organização dos camponeses no Brasil está ligado a historicidade do processo sindical, no qual se pode perceber uma situação de conflito para o controle e direção desses camponeses, do que diz respeito a processos políticos em geral.

A Igreja passou a atuar junto aos camponeses de São Felix do Xingú em 1970, tendo também uma forte ação de cunho assistencialista, porém, com discursos emancipatórios, procurando organizar e formar agentes locais que reproduzissem suas ideologias, baseadas na Teologia da Libertação, através das CEB's (Comunidades Eclesiais de Base). De forma que em 1979, consegue-se organizar a primeira Cooperativa de agricultores de São Felix do Xingú, supervisionada pela Igreja.

Este movimento da Igreja na região tinha como objetivo trabalhar em primeiro lugar a organização econômica dos agricultores e, suas ações estavam voltadas para a faceta produtiva da população local.

Inicialmente, a cooperativa tinha um forte poder agregador de membros, pois através dela os agricultores conseguiam comprar mercadorias em Altamira a preços mais baixos do que o mercado local. Neste período o número de sócios foi bastante significativo, mas foi decrescendo à medida que os preços dos produtos no mercado local foram baixando, em função da abertura gradual do mercado controlado pelos comerciantes locais e da queda dos preços dos produtos pelo jogo de oferta e procura. Com o passar do tempo, não se possuía mais vantagens em se pertencer à cooperativa, pois o preço das mercadorias tinha caído radicalmente em função da abertura da estrada. As pessoas que continuavam em agrupamento cooperativo tendiam a serem aquelas que não tinham condições de pagar pelas mercadorias que recebiam. Em 1984 a cooperativa foi dissolvida.

A Igreja Católica também induz a formação de seis Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), onde inicialmente seus membros voluntários estavam voltados para os assuntos da organização de agricultores no campo. Com a dissolução da cooperativa, as CEB's voltam sua

atenção para os problemas relacionados com a saúde e questão fundiária, os quais tinham sido identificados como prioridade para ação no município. A partir de 1980, frequentadores das CEB's e funcionários da igreja, começam a sofrer pressões e violências providas de grupos oligárquicos do poder local e mesmo pressões do próprio Estado militar, por serem acusados de progressismo e de nutrirem tensões sobre o tema fundiário.

O aumento dos conflitos de terra em São Felix do Xingú que aconteceu nos anos posteriores, foi uma das motivações principais que inseriu a Igreja no cenário político e que deu contorno contestativo e opositório à suas ações.

Em 1987, um grupo de posseiros foi expulso de uma localidade denominada Gleba Maguari (atual Colônia Tancredo Neves). Dois padres que atuavam junto à localidade e assim vieram defendê-los, receberam ameaças de morte de fazendeiros que buscam reivindicar a posse da terra. Uma carta aberta foi escrita para as autoridades, assinada por quatro bispos, denunciou as ações policiais violentas em São Geraldo e São Felix do Xingu.

A Igreja neste período resolve realmente se envolver e ajudar os agricultores no que diz respeito à questão dos conflitos fundiários, incitados provavelmente pela falta de uma legislação fundiária vigente e pelo comprometimento nítido que as oligarquias locais, representadas na época já pelos *fazendeiros*, tinham com o governo estadual.

O Estado nunca fizera, como até agora não o fez questão de efetivar uma resolução da situação fundiária do município. Esta situação dá margem a diversos esquemas de corrupção, pois o acesso aos financiamentos de projetos pecuários requeridos por grupos de poder econômico provavelmente não possuem uma validade legal, já que *a priori* a situação dos títulos das terras na região ainda não está bem esclarecida e uma prerrogativa para os financiamentos via governo é que o título da terra seja legítimo.

A partir deste efetivo comprometimento com as questões relativas aos conflitos agrários, a Igreja foi uma instituição propulsora de mudanças e rupturas na vida dos camponeses de São Felix do Xingú. Sua ação pedagógica junto aos camponeses se fez presente através destas CEB's e Pastorais que promovia. Este entrosamento com os segmentos da Igreja, engajada nos processos de conflitos políticos teve frutos bastante expressivos. A partir desta ligação, os camponeses puderam ter acesso a uma série de informações que os conectaram com o mundo global, e particularmente com os movimentos sociais que se desenvolveram em todo Pará. Assim, certas lideranças camponesas puderam mobilizar pessoas de seu meio para participar nos *Gritos da Terra*, mobilização que já faz parte do calendário do movimento político de agricultores do Pará. A partir destas manifestações e das

conquistas que puderam ser feitas por elas, a vida social em São Felix do Xingú foi alterada terminantemente.

Os *Gritos da Terra* puderam dar acesso, aos “pequenos e médios produtores”, como eram referidos, ao direito de serem contemplados pelo crédito facilitado FNO, quando as agências do INCRA e da EMATER se instalaram na região. A vinda destes órgãos de governo, e consequentemente a possibilidade de financiamento via Banco da Amazônia, provocou um impressionante crescimento do número de Associações oficiais no município (cf. capítulo 3), já que um dos requisitos necessários para o agricultor que quer conseguir o crédito é ser membro de uma Associação.

Não foi só o número de Associações que cresceu em São Felix do Xingú, mas a própria dinâmica dos processos sociais foi modificada pela inclusão dessas organizações no cenário do município. Sem elas o ritmo atual de ocupação do espaço e as trajetórias de famílias que se deslocam entre os assentamentos e a cidade não existiriam. Provavelmente a especulação das terras teria outro formato, já que o campesinato não teria a “facilidade” de conseguir terra, nem crédito para concretizar os seus projetos.

Este cenário de multiplicação do número de Associações dá margem a um interessante movimento político em torno da disputa pelo crédito. As Associações se figuram em alguns tipos, que acabam por competir pelo espaço social para poderem manter sua reprodução. Esse tema será, portanto, desenvolvido no próximo capítulo.

1.5.3 - Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

A história das organizações de agricultores no município é marcada pela fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais em 1973, doze anos após a emancipação do município. A criação de tal sindicato não surge por iniciativas locais, mas em função das políticas elaboradas para o sindicalismo brasileiro, cuja característica principal é “*o atrelamento e subordinação das organizações trabalhistas ao aparelho do Estado com objetivos de controlá-los e de amortecer a luta de classes*” (COLLETI, 1998).

O Sindicalismo Rural no Brasil surge na década de 60, atrelado aos interesses perniciosos do Estado de frear os processos de emancipação autônoma de camponeses que estavam surgindo no Nordeste (Ligas Camponesas), pois os mesmos ameaçavam as estruturas

de poder e o controle dos processos rurais que estavam em vias de mudança (MARTINS, 1984, COLLETI, 1998, RICCI, 2000). Deste modo, a sindicalização induzida tinha, como estratégia de controle e subordinação, no que diz respeito aos trabalhadores rurais, uma forte política assistencialista que até hoje atua de forma significativa na estrutura, formação e dinâmica destas organizações, embora hoje em dia assuma outra roupagem e tenha uma forma de resistência específica.

A sindicalização controlada somente se refletiu em São Felix do Xingú dez anos depois do início do fenômeno no Brasil, quando suas estruturas de funcionamento e ação já estavam definidas. Os contornos assistencialistas difundidos pelo governo, já tinham sua força consolidada. Os movimentos camponeses emancipatórios tinham sido contidos e com eles o propenso caráter forte de contestação, que eles anunciavam. Portanto, não existiram maiores problemas ou mesmo turbulências para que se fundasse o Sindicato de Trabalhadores Rurais em São Felix do Xingú. Ao que parece às agências do Estado, ou os indivíduos ligados a elas que tinham uma pequena atuação na região, mobilizaram alguns indivíduos, ligados ou não as atividades agrícolas e conseguiram alcançar um quorum para um posterior registro do Sindicato em cartório.

De sua criação para cá, o espaço do Sindicato dos Trabalhadores Rurais é um palco constante de conflitos e embates políticos cíclicos, onde existe uma disputa dos grupos que se denominam “trabalhadores rurais” aliados aos *políticos* e por isso acusados de não legítimos e os *trabalhadores rurais* aliados a grupos que fazem a oposição o sistema de governo dos *políticos*, tais como a Igreja Católica. Aqui não é nossa intenção trabalhar as dicotomias, ou os jogos que perfazem títulos de A x B, mas no contorno das representações sobre política, esta dicotomia é clara. Os indivíduos que fazem parte desta esfera acreditam que estão em oposição e é esta oposição que dá base a suas ações.

O sistema de relações políticas se diversificou com a abertura da cidade aos espaços do mercado. Os vários grupos e corporações que surgem vão competir e entrar em conflito para garantir que seus interesses sejam alcançados. As relações verticais de poder são acionadas, pois o controle e monopólio de um tipo de bem (recursos públicos) é manipulado por uma elite dominante, que garante a sua dominação através da manutenção do sistema que assegura a reprodução das desigualdades sociais, tão marcantes em São Felix do Xingú, fato este essencial para o desenvolvimento de relações de dependência e subordinação tão típicas do cenário rural da Amazônia. (LÉNA, 1996).

CAPÍTULO 2

UM TERRITÓRIO DIVERSIFICADO

Uma estrutura de conflito



2

O município de São Felix do Xingú, em sua imensa extensão, apresenta apenas um núcleo urbano que é a própria cidade localizada na confluência dos rios Xingu e Fresco. De resto, todo o município é formado por 20 (vinte) distritos (micro-regiões) que se compõem de diversas localidades e vilas (cf. Tabela 4). Essas particularidades, junto com a complexidade da situação jurídica das terras, fazem do território de São Felix do Xingú um palco de conflitos fundiários e também um espaço propício à realização de estratégias políticas diferenciadas para os atores locais.

Tabela 2 Tabela dos distritos existentes em SFX

Distritos	Numero de localidades	População
Tancredo Neves	12	3.963
Nereu	33	2.084
São Raimundo (Tacoba)	11	1.472
Iriri	24	2.071
Morada do Sol	Distritos (micro região)	2.083
Sudoeste	14 .	2.102
Maguari	06l	302
Karapanã	06	1.097
Pista da Liberdade	16	2.478
Impar	18	1.117
PA-279 Porto da Balsa	22	1.021
Rio Xingu (ascendente)	21	834
Rio Fresco	05	748
Santa Rosa	13	915
Xateturu	06	725
Xadá /Marcelino	04	785
Comipa	29	781
Canaã	11	946
Central	11	946
Central	Zona Urbana e Periferia	17.560

Fonte: Prefeitura de SFX, Secretaria de Saúde, 1997.

2.1 - A organização do espaço: vias de comunicação e unidades administrativas

O acesso por estrada, à maior parte da zona rural ocupada se dá somente através da travessia do Rio Fresco (acesso norte, nordeste do município) ou do Rio Xingu (Oeste do

município até divisa com Altamira). A balsa é o principal meio de transporte para a travessia das pessoas que moram na zona rural. Pode se atravessar os rios periodicamente ao longo do dia em algumas delas, ou em pequenas lanchas (voadeiras) que são fretadas a preços menos acessíveis.

Nas margens do Rio Fresco, ao lado esquerdo da cidade, existem dois portos dos quais saem balsas para diferentes direções. Uma rota de balsas dá acesso a uma estrada ao Norte, Nordeste do município e continua, atravessando diversas localidades, até o Rio Iriri.

A outra rota dá acesso a outra estrada que se situa às margens do Rio Xingu à parte Oeste do Município e que adentra mais ou menos uns 100 (cem) quilômetros trafegáveis. A partir daí, o acesso é bastante precário e dificultoso, sendo o tráfego feito somente por caminhões e tratores contratados pelos exploradores de madeira.

Existe uma fronteira física que são os rios que separam grande parte da zona rural da zona urbana do município. É comum que as pessoas expressem esta dicotomia espacial pelas representações de espaço que comunicam freqüentemente em seus discursos. A “casa” e a “rua” separadas ou não por o “rio” são categorias espaciais utilizadas para contrapor o espaço da localidade e a cidade. Independentemente das distâncias que tenham que percorrer, a cidade sempre vai ser referida como “rua”, ou seja, um lugar de fora, caso estejam na localidade.

Os ônibus, bastante velhos, geralmente da década de 70, fazem linhas periódicas para as localidades e sucessivos setores. Para algumas áreas do município, o transporte não é freqüente o que dificulta significativamente o movimento das pessoas para a cidade. Fica-se mesmo isolado, sem muita opção de deslocamento; talvez se possa pegar alguma “carona” (condução gratuita) com pouquíssimas famílias que possuem transporte próprio ou com os carros dos fazendeiros que sempre vão visitar suas propriedades. Em algumas áreas, o transporte é mais freqüente e o tráfego, entre a cidade e a localidade é maior.

Existem quatro tipos de situações fundiárias administrativas no município, de modo que se pode dizer que cada situação comporta uma diversidade de tipos de ocupação e organização social. Cada localidade possui assim uma história própria de desenvolvimento. Como as pessoas chegam e ocupam o espaço, como elas se agrupam com base nas redes de parentesco ou não, como as situações iniciais são de conflito ou não, dirigidas pelo INCRA ou não, são os fatores determinantes no momento de recompor essa história. As modalidades da construção territorial explicam alguns elementos da organização social do local. Portanto, cada colônia, e até cada setor de colônia, distrito ou vila, pode expor uma estrutura social e organizativa diferenciada de outra contígua.



13



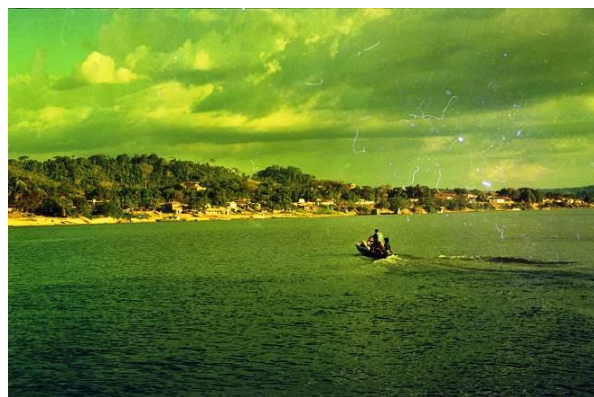
14



15



16

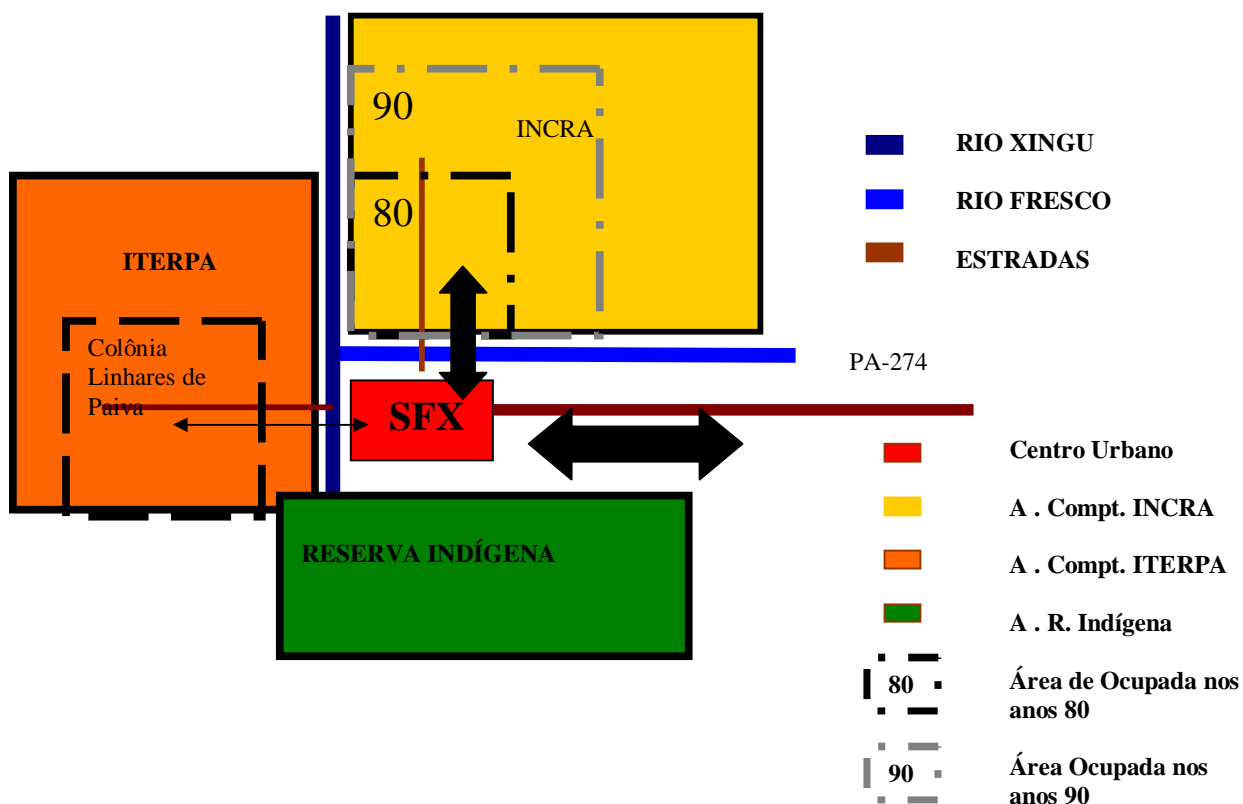


17

Fotos 13, 14, 15, 16, 17. A travessia do rio Xingú. Esta travessia dá acesso aos principais distritos do município.

Os elementos formais de identidade e parentesco, por exemplo, podem ter uma importância determinante nos modos de organização de algumas comunidades locais, mas, no entanto, podem ter uma significação marginal em outro lugar.

Figura 1. Organograma das áreas administrativas do município de SFX.



A situação administrativa do território introduz elementos que influenciam tanto as classificações locais quanto a competência do território. Esta classificação que surge ao fundo denota um cenário de conflitos territoriais, pois o território é já repartido normativamente. Dessa maneira, as “terras de índios” se opõem a terras dos “agricultores”, “terra do INCRA”, “terras dos fazendeiros”, “terra dos grileiros” e outros. Portanto, a demarcação oficial de território pressupõe também que as pessoas se juntem para formar grupos que vão se reconhecer nesse conjunto de categorias espaciais para logo se organizar com o objetivo de garantir sua permanência no território consignado a eles. A partir daí os grupos desenvolvem a tendência a se formar pelos elementos de laços em comum que vão ligando-os e ao fim são

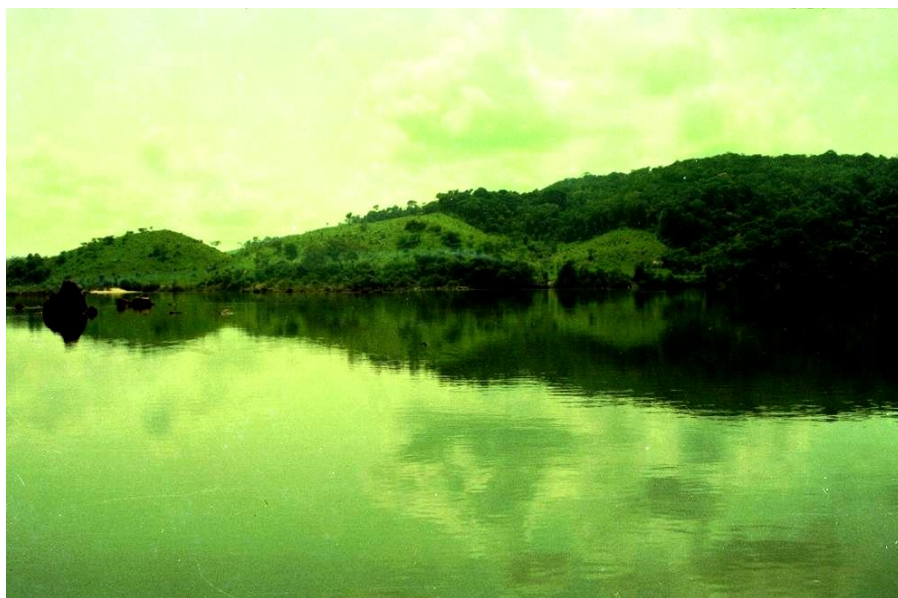
esses elementos que vão garantir sua mobilização no espaço social e político, que é marcado pelo conflito pela posse deste território.



18



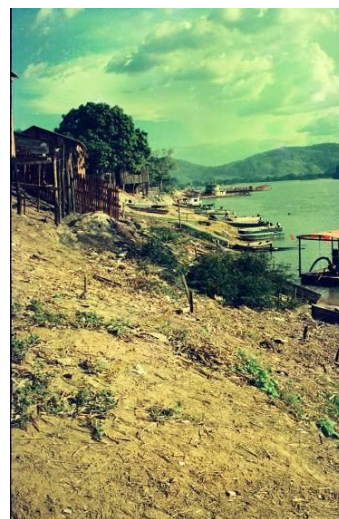
19



20



21



22

Segundo LOPES (2001) dentro das áreas estudadas em São Felix do Xingú pode-se constituir o seguinte quadro da situação fundiária do município.

Tabela 3 : Situação fundiária do município de São Felix do Xingú.

COMPETÊNCIA ADMINISTRATIVA	
Terras Indígenas – Funai	T.I. Kayapó, T.I. Apyterewa, T.I. Trincheira do Bacajá, T.I. Menkragnoti.
Reserva Florestal – Ibama	Reserva Florestal Gorotire.
Terras Da União – INCRA	Colônia Tancredo Neves; Vila do Nereu; Taboca: Linha do Carvão, Pium, Campos Verdes; Vila São José; Assentamento São Sebastião; Assentamento Nova Vida, Assentamento Sudoeste; Assentamento Lindoeste; Banach2; São Francisco
Terras Do Estado Do Pará – Iterpa	Colônia Sta. Rosa; Xadazinho; Remancinho; Marcelino; Loteamento COODESPA; Central; Caboclo, Irii..

Existem, portanto, três áreas de fluxos sociais no município tendo como ponto de referência a cidade de São Felix do Xingú. Uma ao norte, com acesso através da travessia do rio Fresco, outra a oeste com acesso através da travessia do Rio Xingu e outra a leste, tendo como via de acesso a estrada e continuando aos outros municípios vizinhos.

As três áreas são relacionadas à classificação oficial. Cada área desta guarda uma característica própria de ocupação e cada área possui uma dinâmica de movimentação populacional própria.

2.2 - As terras do INCRA.

As terras de domínio (devolutas) da União englobam todo o norte e nordeste de São Felix do Xingú, partindo da margem esquerda do Xingu, entre o Igarapé Triunfo e a Terra Indígena Apyterewa e das margens direitas deste mesmo rio e do Rio Fresco até as divisas com os Municípios de Novo Repartimento, Marabá, Paraupabas e Tucumã. Muitas são as

localidades que compõem em seu todo esta área. Todas elas estão sujeitas a regulamentação pelo INCRA (LOPES, 2001).

A dinâmica de ocupação do espaço desta área é bastante complexa, pois possui uma evolução diacrônica que comporta segmentos populacionais que fazem parte dos vários ciclos demográficos pelos quais passou São Felix do Xingú. Inicialmente, têm-se ao longo do eixo da estrada principal, que começa na margem do Rio Fresco, áreas que foram cenários de conflitos entre posseiros e grandes latifundiários na década de 80.

Se distanciando 50 a 70 quilômetros da cidade, as áreas de assentamento começam a parecer. Centenas de famílias vivem margeadas por diversas fazendas de gado, num panorama onde grande número de famílias camponesas ainda convive densamente e adjacientemente com áreas de fazenda, formando núcleos de concentração. As modalidades atuais da transformação do espaço mostram aqui uma tendência conhecida. Os assentados vão aos poucos vendendo suas terras para os fazendeiros que querem ampliar seus rebanhos e vão ocupando progressivamente com pastagens áreas mais longínquas da estrada.

O fluxo de pessoas nestas áreas ainda é intenso. As linhas periódicas de ônibus são mais frequentes ao longo do dia. Pode-se ter acesso às diversas localidades, diariamente e em diversos horários, bem como existe sempre um tráfego contínuo de caminhões transportando madeiras de dentro para fora do município. Esta estrada faz parte da rota que permite levar madeiras do Iriri para fora do Estado, atividade que atualmente está em plena expansão.

As extensões e adjacências da estrada são ocupadas por áreas de pasto, ininterruptamente. A predominância de estabelecimentos agrícolas de camponeses à beira da estrada só se observa nas adjacências que abrangem os diversos distritos que se situam nesta área. A estrada passa pelas seguintes principais micro-regiões.

3.2.1 Tancredo Neves e Vila Nereu

O distrito Tancredo Neves é um dos mais populosos do município, já possuindo um grande aglomerado de casas e uma considerável estrutura de povoado. Sua ocupação aconteceu em 1985 por um pequeno grupo de nordestinos que adentraram a mata fechada seguindo as primeiras picadas deixadas pelas madeireiras. Esta frente se organizou em “linhas”: linha Tancredo, linha Nereu, Linha Novo Brasil e marchou do Centro Urbano verso

o centro-norte do município. Cada uma destas linhas teve um “coordenador” que ficou encarregado de distribuir lotes de aproximadamente 20 ha aos que iam chegando. Toda esta área se encontra hoje habitada principalmente por famílias de camponeses. A incidência de grandes fazendas não é expressiva. Consta-se que das primeiras famílias que “entraram”, poucas permanecem. Segundo dados da Prefeitura local, até 1997 Tancredo Neves e Nereu juntas, englobavam 35 (trinta e cinco) localidades com uma população média de 6.047 (seis mil e quarenta e sete) habitantes. Com baixa produtividade agrícola, a atividade principal é a pecuária.

2.2.2 - São Raimundo – Taboca, Linha do Carvão, Pium, Vila São José

A micro-região de São Raimundo, composta por 11 (onze) localidades é conhecida pela população local simplesmente por “Taboca”, nome que adotou da Empresa mineradora instalada na década de 80. Nesta mesma época a Madeireira Perachi intensificou sua atuação na área, o que fortaleceu o movimento de ocupação principalmente dos arredores da empresa. Na verdade, a mineradora serviu de suporte para instalação de famílias no local. Estas famílias negociavam sua produção agrícola com os funcionários e costumavam contar com a ajuda da Empresa para certas eventualidades (transporte no caso de acidentes, doenças, etc.).

Após a desativação da mineradora Taboca nos anos 90 (noventa), a vila construída no “meio do nada”, com infra-estrutura para servir exclusivamente aos funcionários da empresa, foi invadida por famílias de colonos. Eles viram neste ato uma maneira de chamar a atenção do Poder Público para o estado de abandono em que, mais do que nunca, se encontravam. Inicialmente, a Empresa tentou retirá-los, mas acabou por ceder à força do movimento.

A Vila cresceu com o passar do tempo e atualmente é habitada por pessoas que não fizeram parte do processo de ocupação inicial. Nas inúmeras localidades que foram se formando nas últimas décadas, repetem o modelo pré-estabelecido de ocupação. Toda esta zona constitui, administrativamente, o projeto de assentamento São José.

Da mesma forma que em outras localidades do município, a ação do INCRA aqui é exclusivamente de reorganização e de redistribuição territorial entre os próprios agricultores/posseiros. Estes alegam que a maioria dos lotes já foi devidamente cadastrada,

embora existam ainda lotes não remarcados e que se encontram acima do tamanho padrão definido para a reforma agrária.

2.2.3 - Sudoeste e Lindoeste

A colônia de Sudoeste se formou em 1994 com a entrada de várias famílias no local. A área ocupada fazia parte de uma fazenda, onde existia um projeto de colonização privada. Com a notícia, muitas famílias foram chegando e se instalando, até que não fosse mais possível controlar o processo de ocupação. A maioria das famílias veio das proximidades, principalmente dos Municípios de Tucumã e Ourilândia do Norte. Em razão da pressão dos próprios colonos que estavam sendo constantemente ameaçados o INCRA regularizou a ocupação em 1995, desapropriando e transformando a área em assentamento. Os lotes foram redistribuídos e cadastrados e ficou a promessa do fomento, que somente em 1999 foi liberado juntamente com o crédito habitação. Contudo, vários colonos já haviam vendido ou abandonado suas terras por não terem condições de torná-las produtivas ou em razão da violência gerada pelos conflitos constantes pela posse da terra.

A região possui uma infra-estrutura extremamente precária; falta escola, posto de saúde, energia elétrica, posto telefônico etc. O acesso é difícil no período da seca e praticamente impossível no período das chuvas. As estradas se tornam intransitáveis e os colonos ficam completamente isolados durante meses.

A Sudoeste cresceu fazendo surgir novas localidades como: Lindoeste, Rio Negro, Rio Cinza. Esta é uma zona sensível aos conflitos fundiários. A violência marca a vida do campesinato, chegando a ponto do INCRA precisar ir acompanhado do exército para conseguir re-demarcar os lotes. Existe muita pressão por parte dos fazendeiros vizinhos e de especuladores. Por estas razões, muitas famílias estão vendendo suas terras, e neste processo incluem-se também aquelas cujos lotes se encontram devidamente cadastrados.

2.2.4 - São Sebastião

São Sebastião dista de 170 km ao norte do centro urbano. É o único assentamento do INCRA no município que se originou da expropriação da terra com o fim de instalar devida e pacificamente famílias de pequenos agricultores, visto que a grande maioria dos

assentamentos decorre da regulamentação de uma ocupação já pré-existente. O Plano de assentamento São Sebastião foi desmembrado da Fazenda Chalana que ocupava 2.000 hectares de terras devolutas da União. Seu proprietário alega ter “comprado” o direito de posse, mas reconhece que não possuía a escritura legítima das terras. Destes 2.000 ha, o INCRA destinou 1.600 ha para o assentamento – existem atualmente 216 famílias assentadas. O restante foi declarado de direito do proprietário da fazenda em reconhecimento às benfeitorias e produtividade das terras.

Esta é uma região que recebe diariamente grande número de pessoas à procura de terras. A maior parte dessas vem de municípios vizinhos ou mesmo de outras localidades de São Felix do Xingú. O assentamento em si constitui um forte pólo atrativo em razão da promessa de uma futura infra-estrutura que inclui posto médico, escola, posto telefônico e, principalmente, estradas (Relatório Prefeitura de SFX, 1999).

2.3 - As terras do ITERPA

O Instituto de Terras do Pará é a agência de demarcação de terras do Estado. Grande parte das terras do município é de competência administrativa deste órgão. A Colônia Linhares de Paiva, foco de interesse da pesquisa (cf. capítulo 4), apresenta uma outra dinâmica de ocupação, o que faz com que o movimento de pessoas neste espaço seja diferenciado das áreas que atualmente são palco da reforma agrária do governo.

A situação fundiária da Colônia é de jurisprudência do Instituto de Terras do Pará (ITERPA). A área de terra pertencente ao Estado está localizada a oeste do município, na margem esquerda do Rio Xingu, até a divisa com o Município de Altamira (com exceção da Gleba Pombal). O INCRA não possui nenhuma autonomia administrativa nesta zona. Portanto, os camponeses que ali se encontram não fazem parte do Programa Nacional de Reforma Agrária.

A porção de terra que vai do Igarapé Triunfo até o limite norte da terra indígena Kayapó engloba na extrema margem esquerda do Rio Xingu e é denominada Colônia Linhares de Paiva, mais a oeste, até a divisa com o Município de Altamira está a área de um antigo loteamento realizado pela empresa COODESPA.

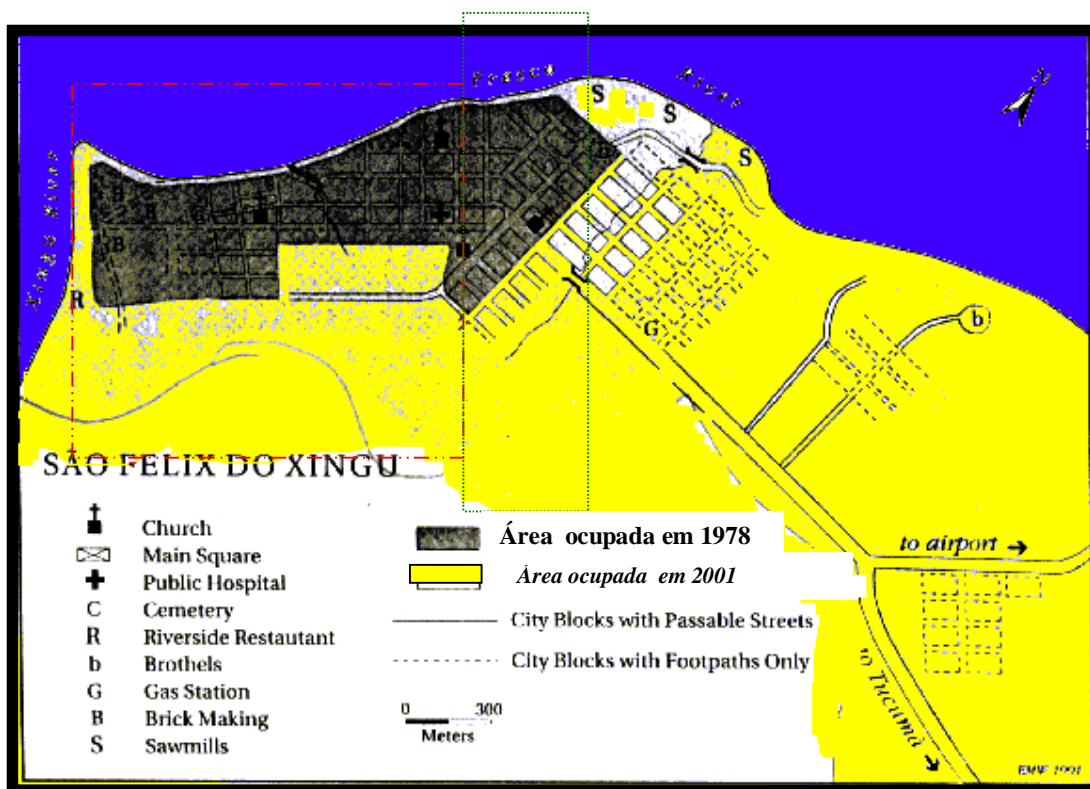
A ocupação da Colônia Linhares de Paiva segue o modelo pré-estabelecido em outras regiões. Originariamente ocupada de maneira desorganizada, foi posteriormente

reorganizada com a divisão de lotes uniformes de até 20 ha. A particularidade é que esta é a única zona no município onde os títulos existentes possuem validade legal, pois as terras foram doadas pelo Estado do Pará e seus títulos foram distribuídos por ocasião da eleição de 1982. Mesmo assim, somente os moradores mais antigos possuem terras tituladas. Recentemente, o número de propriedades aumentou consideravelmente, mas o ITERPA ainda não regulamentou a situação.

2.4 - A cidade

Todos os moradores do município tentam manter ligações com a cidade de São Felix do Xingú, onde se concentram os comércios, os serviços básicos para a população, as agências do Estado, as sedes das Associações, etc.

Figura 2: Mapa da cidade de São Felix do Xingú



Fonte : SCHMINK & WOOD. *Contested Frontiers in Amazônia*. Columbia University Press. 1992 pg: 285

Logo que se chega na cidade e se desce na rodoviária se pode avistar uma extensa e larga avenida não asfaltada e composta de duas mãos separadas por um canteiro de terra destinado ao plantio futuro de alguma árvore, chamada avenida Xingu que parte em direção ao Rio Xingu. Em suas adjacências, não se pode ver muitas casas de habitação, mas sim pontos comerciais que vão se multiplicando à medida que se aproxima o centro comercial.

No início, tem-se a impressão que a cidade tem como cerne esta grande rua de onde partem pequenas ruas cortadas por dentro por outras ruas de modo a formar no espaço quarteirões definidos. Esta parte recente e mais afastada do centro comercial é composta de

casas mais simples e de madeira separadas por muros e com espaços laterais entre uma casa e outra. A zona comercial anuncia o fim da Av. Xingu e este espaço ainda incorpora a forma mais planejada.

O centro comercial está justamente nos limites entre as estruturas urbanas mais antigas e mais novas da cidade. Na parte central, a arquitetura das casas já vai se diferenciando e podemos ver casas de diversos tipos, de alvenaria, de madeira, mas quase sempre com espaços que as separam uma das outras bem como espaços que separam a casa da rua. As ruas continuam sem asfalto e quase sempre sem arborização.

A forma com que o espaço da cidade se desenvolveu conta à própria história do município, começada nas imediações do Rio Xingu. À medida que vamos nos aproximando do rio, já podemos ver uma parte da cidade diferenciada, um espaço de ocupação mais antiga, situado na parte oeste (cf. figura 1) onde existe um adensamento de casas com arquitetura simples, com portas e janelas que ficam muito próximas a calçada expondo ao passante a privacidade das pessoas. Neste local moram as famílias que chegaram à cidade pelas décadas de 50/60/70, pequenos comerciantes da época e alguns “soldados da borracha” que persistiram no local.

Entre seus moradores, podemos sempre ver circular os idosos com traços indígenas bem definidos, sentados à beira das casas. Esta área histórica é o local onde se situam a maioria das propriedades da Igreja Católica. Uma igreja antiga que tem suas escadarias voltadas para o rio Xingu, figura aí como o símbolo da época da marcante influência desta igreja na região.

No ano de 2000, ocasião do primeiro trabalho de campo, a impressão que se tinha era que a ocupação da cidade era apenas feita na rua principal e suas adjacências, configurando uma cidade não inchada, não havendo expansão de moradias para os lados da estrada. Em 2001 a cidade havia expandido para os lados: nas adjacências da cidade velha, já haviam sido ocupados inúmeros pequenos lotes. A beira do rio Xingu estava completamente tomada por casas e a pequena ilha de floresta que ainda existia nos morros da cidade, foi cortada para dar lugar a habitações e ruas¹⁸.

Nestas zonas de ocupação recente, um fato interessante é a proliferação de Igrejas Pentecostais. Praticamente em cada esquina de rua existe um templo religioso. O espaço físico antigo é dominado pela Igreja Católica; já o espaço de proliferação ocupacional atual está

¹⁸ Uma das ocupações que estão tomando a beira do rio e adentrando uma parte de serra que circula a cidade é planejada por uma associação de moradores, que tem como presidente a mulher do mais antigo cartógrafo da cidade. Os moradores com o consentimento de um vereador, interessado em se reeleger, resolveram ocupar a área mas anteriormente fizeram a planta do futuro bairro que estará nascendo por lá.

sobre domínio e expansão destas várias igrejas pentecostais (“Deus é amor”, “Igreja Universal do Reino de Deus”, “Igreja Batista” “Assembléia de Deus” etc.). O templo da Igreja Assembléia de Deus está situada logo nas adjacências da zona comercial, num templo tão grande quanto a nova Igreja Católica situada entre a parte antiga e a parte nova da cidade. As indústrias madeireiras ocupam toda margem da cidade que dá acesso ao Rio Fresco, paralelo à elas podemos encontrar algumas casas recentemente construídas.

O ritmo e a movimentação de pessoas na área comercial é bem notório nos dias de semana. A agência do único banco da cidade (Bradesco) está sempre cheia de gente que se enfileiram no pequeno espaço. Neste espaço comercial, os encontros com desconhecidos pedindo informação não são fatos incomuns. Em São Felix do Xingú existe sempre gente entrando e saindo da cidade.

2.5 - O “clima” em São Felix do Xingu: violência e ilegalidade

Vejo uma correria de carros em uma das ruas principais de São Felix do Xingú. São poucas as pessoas que saem para ver o movimento. Saio na calçada com curiosidade e alguém grita para eu entrar. De repente, vários ruídos de disparos de bala podem ser ouvidos e uma moto passa com seu motorista com arma em punho, logo seguem outros carros. Tem na minha frente o que se pode chamar de um tiroteio, balas de um lado e de outro e uma perseguição de policiais a bandidos. A polícia perseguia o autor de um assassinato que havia acabado de acontecer. No entanto, somente num período de dez dias aconteceram quatro assassinados e todos foram crimes conectados. *A priori*, ninguém poderia precisar o motivo dos crimes, todos falavam que o primeiro homem assassinado era um homem pacato e que não tinha inimigos e de um dia para outro amanheceu morto; “talvez intriga”, “bebia muito”. A começar por este primeiro crime em julho de 2000, os assassinatos só pararam de acontecer depois da quarta morte, por vinganças ininterruptas e coincidentemente depois do tiroteio. Algum parente do primeiro morto contratou outra pessoa para matar o suposto mandante do crime e daí sucessivamente.

Outras mortes acontecem de formas “inexplicáveis” em São Felix o Xingú. Supostamente ninguém sabe os motivos dos crimes, talvez todos tenham receio de comentar e todas as explicações se tornam obscuras e ao mesmo tempo de fácil aceitação, isso depende

da boa vontade do informante, de forma que existe certo receio de doar informações sobre este assunto por parte das pessoas.

O clima de tensão e desconfiança entre as pessoas parece sempre presente em São Felix do Xingú. É difícil ter aproximações imediatas. Os fatos de violência conectados ou não com a situação de conflitos fundiários, se somam a questões da execução massiva de atividades econômicas ilícitas e ilegais. Os crimes cotidianos também são frequentes, pois o poder judiciário é inoperante, até do ponto de vista da segurança pública. Em 2000, eram apenas seis policiais federais para atender as mais de 40.000 pessoas residentes no município.

As leis dos grupos locais são postas em práticas, quando acontece algum crime. A vingança é uma categoria de sentimento bastante acionada e que discrimina o fator da lei local. Os crimes em bateria ocorrem sempre porque a lei local age mais rápida do que a lei oficial.

São Felix do Xingú está sempre presente nos noticiários do Pará. Em 28 de fevereiro de 2002 mais uma notícia de uma bateria de crimes acontecidos na cidade foi anunciada no jornal Liberal. As notícias referentes a São Felix do Xingú que aparecem nos principais noticiários do país- quer na internet, quer nos jornais, quer na televisão- expressam situações onde o contexto da ilegalidade e da violência prevalecem.

Atualmente são frequentes as denúncias sobre trabalho escravo nas grandes fazendas em São Felix do Xingú. A CPT (Comissão Pastoral da Terra) anuncia uma tabela sobre trabalho escravo, onde São Felix do Xingú tem destaque por ser a região de maior incidência deste tipo de trabalho no Brasil.

Tabela 4: Informações da CPT sobre o trabalho escravo no Brasil

TRABALHO ESCRAVO – BRASIL 2000						
Nº	Nome do imóvel	Município	UF	Procedência	Trabalhadores adultos	Trabalhadores menores
1	Fazenda Jardim de Palma	Cruzeiro do Sul	AC	Aldeia Ashaninka	16	
2	Fazenda Copo/São Miguel	Cabeceiras de Goiás	GO	Índios Xacriabá	22	Incidência de menores(*)
				São João das Missões/MG		
3	Trabalho Escravo	Guapó	GO		1	
4	Fazenda Roncador	Confresa	MT		1	

5	Fazenda Guapirama	Diamantino	MT	Poconé, Juscimeira, Cuiabá/MT	135	
6	Fazenda Brasil Verde	Xinguara/Sapucaia	PA	Piauí	82	
7	Fazenda Bom Jardim	São Félix do Xingu	PA	Redenção/PA	1	
8	Fazenda Canaã/Pau Brasil	São Félix do Xingu	PA	Porangatu/GO	17	
9	Fazenda Tarumã/Machadinho	Santana do Araguaia	PA		1	
10	Fazenda Tide/Comercial São Félix	São Félix do Xingu	PA	Tucumã/PA	4	
11	Fazenda Marajá	Canaã dos Carajás	PA	Maranhão	48	
12	Fazenda Alvorada	Água Azul do Norte	PA	Ourilândia do Norte/PA	11	
13	Fazenda Forkilha	Santa Maria das Barreiras	PA	Redenção/PA	21	
14	Fazenda Maranatã	São Félix do Xingu	PA		28	
15	Fazenda Boca da Furna	Itaituba/Altamira	PA	Marabá/PA	8	
16	Fazenda Boca Quente	Bannach	PA	Bahia	4	
17	Fazenda Santa Luzia	Parauapebas	PA	Bahia	4	
18	Fazenda Santa Marta	São Félix do Xingu	PA		6	
19	Fazenda João Dantas/João Maritas	São Félix do Xingu	PA		23	
20	Fazenda Burity/Comercial Xingu	São Félix do Xingu	PA	Tucumã/PA	28	
21	Fazenda Rio Vermelho	Xinguara/Bannach	PA	Bahia	4	
	TOTAL				465	
(*) constatado o trabalho de menores, mas a fonte não explícita a quantidade						

Fonte: site da Comissão Pastoral da Terra

Por outro lado, a cidade vive envolta no que se pode chamar de consenso da ilegalidade. As atividades econômicas mais significativas da região são desenvolvidas em base do descumprimento de várias legislações, desde, no que tange às legislações trabalhistas, até as legislações ambientais.

A ilegalidade é um componente essencial e imprescindível para se entender os sistemas de relações armados em São Felix do Xingú. Temos que a ilegalidade é o quesito que explica e dá sentido as relações políticas, sociais e econômicas na região.

Em novembro de 2001 o IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais), órgão de fiscalização das atividades ambientais do Governo, esteve presente em São Felix do Xingú. Na época, este órgão estava sendo acompanhado por integrantes regionais de uma Organização não governamental (ONG) internacional famosa chamada “Greenpeace”. Esta aliança estava sendo armada porque a ONG financiou parte das execuções aéreas do Instituto. Pela ocasião houve muitas manifestações contra a chegada destas duas entidades. Dezenas de faixas foram espalhadas pela cidade publicando o descontentamento de alguns setores da população pelo fato.

A folha de São Paulo publicou em 14 de dezembro de 2001 a apreensão de 14 mil m³ de mogno retido nesta operação de fiscalização e refere que “... *durante esses meses, donos e funcionários das empresas fizeram manifestações contra a fiscalização. A Agência Folha tentou entrar em contato com a diretoria da Associação Comercial de São Felix do Xingu, organizadora das manifestações, mas não conseguiu até o momento*”.

No período em que estava sendo feita a fiscalização do município, as atividades econômicas da cidade começaram a decair. O número normal de forasteiros decaiu também. As pousadas e hotéis estavam vazios e o comércio anunciava diversas promoções para atrair compradores já que as vendas também tinham decaído, tudo pelo anúncio da visita dos órgãos de fiscalização. Muitas das madeireiras, que geralmente funcionam informalmente e agem ilegalmente, já teriam paralisado suas atividades e demitido dezenas de trabalhadores.

Os textos escritos em faixas de pano penduradas em vários postes da cidade continha em primeira mão mensagens bizarras que diziam o seguinte:

“O povo de SFX exige o afastamento do Greenpeace”; “Greenpeace significa terrorismo”; “O povo de SFX quer trabalhar em paz”; “Já não basta o F.H.C ainda vem o IBAMA nos deixar sem comer”; “Greenpeace o que vocês fazem com o Buch que é responsável por 40% da poluição mundial?”.

O conteúdo destas mensagens provavelmente foi escrito por grupos que têm consciência da ilegalidade de suas ações, mas mesmo assim vão contra a lei federal, pois justificam que a execução dessas atividades, mesmo conduzida ilegalmente dá suporte para o desenvolvimento econômico/social da região. O descumprimento das disposições legais é justificado neste cenário porque traz supostos benefícios para o território.



23



24



25



26



27

Fotos 23, 24, 25, 26 e 27. Faixas com manifestações contra a presença do IBAMA na região.

A ilegalidade conduz e dá suporte para o “progresso” e o “bem” estar da população, justificam os grupos que a praticam. Talvez os impedimentos destas atividades ilegais, que são socialmente aceitas neste local, seja a via para a completa miséria das populações que sobrevivem no âmbito deste sistema.

As relações econômicas informais e ilegais são volumosas e são praticadas com frequência no seio dos setores formais. Os atores que fazem parte do sistema formal que materializa a presença e o controle do Estado vivem imersos quotidianamente em redes informais e ilegais de transações, acabam reproduzindo este comportamento em espaços que teoricamente deveriam executar as atividades formais.

As características da economia informal incluem o uso intensivo da força de trabalho como a importância das relações de parentesco no econômico como parte dos lucros da empresa. Um forte volume de atos de intercâmbios; a ausência de qualquer regulamentação formal dessas atividades. Suas relações se organizam como parte de um capital social que substitui também as credenciais e as carreiras organizadas da economia formal. O setor informal é mais presente quando existe uma diminuição do poder do Estado nas atividades produtivas e comerciais, fato este que vem se tipificando na fase atual do capitalismo avançado, caracterizado entre outros fatores por atividades econômicas formais e informais. (LOMNITZ,1998)

Em São Felix do Xingú a interconexão dos setores formais e informais é sentida de forma a se poder afirmar que os setores formais atuais existem pelo relacionamento e transações que exerce com os setores informais e vice-versa, pois existe um nítido consenso social do exercício das atividades ilegais, que de mais a mais, suportam e dão forma a “insipiente” economia da região¹⁹.

A cidade e o município dão evidências de sobreviver em torno de uma economia informal e ilegal que o sistema político procura validar para que os atores da economia informal possam agir livremente. O sistema das relações sociais sobrevive atrelado e amparado por estas duas instâncias.

O sistema jurídico funciona precariamente e até as próprias personas que implementam as instituições formais entram no circuito das redes de relações informais, de forma a distorcer o poder de um Estado que perde força perante o comando das formas locais que manipulam seus aparelhos da forma que bem lhes convier.

¹⁹ Esta peculiaridade lança olhar sobre o reconhecimento do capitalismo avançado e referido por LOMNITZ (1998), de certa forma também expõem as contradições de um sistema que tem a muito se reproduzido como um sistema que ameaça a sobrevivência e impõem o império das distribuições de renda desiguais

São Felix do Xingú se torna assim o lugar do “banditismo atual”, lugar desregrado, sem lei a atuante do Estado. Cidade de fronteira onde tudo se pode e tudo se faz. A fachada das atividades econômicas local encobre atuações de máfias nacionais que têm um lugar propício para suas atividades como bem comenta um cronista de jornal.

Apesar da investigação no cartório da cidade, a grilagem de terra continua acontecendo na região de São Felix do Xingú. Até Leonardo Dias Mendonça, que esteve preso na Polícia Federal acusado de ser o maior traficante de drogas do Brasil, tem um escritório que trabalha com a venda de gado e administração de fazendas. O escritório dele funciona na Avenida Rio Xingu em frente a uma igreja. (Jornal “O Liberal”, 17/03/2002)

2.6 - Alguns paradoxos da cidade.

Por trás da economia que se baseia numa rede de atividades informais e ilegais e num cenário degradante de trabalhos forçados, de falta de qualidade e dignidade de vida existente na região, temos fatos inusitados que nos ajudam a visualizar melhor a expressão desta sociedade.

A inauguração no centro da cidade de uma franquía de uma marca famosa de cosmético e perfumes nacionais – “O Boticário” que geralmente, em grandes cidades se situa em Shopping Center e em bairros nobres, foi um evento que atraiu uma quantidade razoável de pessoas que usavam trajes que talvez contrastassem com o imaginário que se pode ter sobre pequenas cidades de fronteira. A loja decorada com azulejos nobres contava com um sistema de refrigeração que talvez fosse de bom grado para qualquer passante, pois o calor da hora se fazia insuportável.

Em outubro de 2001 numa rua paralela era possível ver um grande galpão em construção que talvez viesse a ser o primeiro Shopping Center da cidade, pois seu letreiro já construído estampava vários nomes de marcas de roupas e sapatos famosos da moda brasileira. Quase ao lado do Sindicato dos Pecuaristas da região, podia-se encontrar uma pequena loja, com placa escrita “Forum”, uma das grifes de roupas para jovens e mais caras do país. Se não fossem alguns “detalhes”, poderíamos pensar que estaríamos num bairro de classe média de qualquer grande cidade do Brasil. No entanto, o movimento dos automóveis, das inúmeras pick-ups, motos que estão freqüentemente circulando levanta uma nuvem de poeira vermelha que denuncia as ruas sem asfalto e mal cuidadas. O sol e calor se fazem quase sempre insuportável pela época do verão, pois as ruas quase não contam com árvores. As existentes são solitárias e raras ou estão ainda pequenas, recentemente plantadas e correndo o risco de não poderem se desenvolver pela poeira e sol forte sempre presentes²⁰.

O movimento nas ruas, que também chama a atenção, vem dos inúmeros moto-táxistas que normalmente fazem o tráfego das pessoas na área urbana. Talvez seja pelo sol que sempre é escaldante, mas as pessoas não costumam muito trafegar em longas caminhadas pela cidade. A advertência é sempre para que se pegue um destes abundantes moto-táxi, que circulam em frotas constantemente, pelo preço de R\$ 2,00 (dois reais) para qualquer distância. Não é de se estranhar que os acidentes de motos seja um dos problemas graves da cidade, sem sinalização

²⁰ Além do que, quase sempre são mudas de árvores que não são da região. O canteiro da rua principal da cidade, está cheio de mudas de palmeira real, árvore que não é muito eficaz para o sombreamento.

de trânsito, o que traz uma ocorrência considerável de número de internamentos no único hospital da região, por esse motivo. A mortalidade infantil na cidade ainda é alta e um dos problemas mais comuns é o da desnutrição e desidratação causadas por diarreias fortes e crônicas. Não existe tratamento da água pública, as bombas da companhia de água, dragam direto a água do Rio Xingu para as casas da cidade.

O comércio é variado, o comprador tem acesso a todos os tipos de mercadorias existentes nos grandes centros urbanos, eletrodomésticos, móveis, produtos alimentícios, mas, contudo a um preço mais elevado, em função das taxas extras de transporte de mercadorias.

Existe um número considerável de hotéis, de várias categorias, que hospedam os freqüentes forasteiros circulantes, que vêm a São Felix do Xingú provavelmente em busca de terra e capital. A diária dos hotéis varia de R\$ 10,00 a R\$ 70,00. O dono do hotel no qual fiquei hospedada por ocasião da segunda visita de campo, em 2001 já tinha triplicado seu patrimônio; construído na frente da rodoviária um hotel de três andares e diversos apartamentos e anunciava que todos os quartos teriam telefone e seria construída uma sala especial para acesso a internet. Seu prognóstico era o mais favorável, pois esperava retorno no seu investimento, mesmo sabendo que o provável turismo de pesca da região, já não atraía muita gente, uma vez que as condições da estrada de acesso para São Felix do Xingú são bastante precárias, piorando na época das chuvas.

Apesar de tudo parece estranho pensar que existe um site na internet onde se pode ver o nome de vários aeroportos internacionais, de onde sairiam os vôos para a cidade (Anexo 1). Estas linhas talvez existam porque São Felix do Xingú é uma rota suposta de narcotráfico internacional.

O primeiro provedor de internet da cidade também foi instalado no ano de 2001, justamente na agência da cooperativa de crédito das elites locais. O dono da empresa queria usar a internet para suas transações comerciais e comprou o direito de antena, acabando por abrir a utilização ao público que pode pagar cinco reais pela hora de acesso. Os bares da cidade ficam abertos toda madrugada sem pausa; os shows acontecem e a música sertaneja atual invade com força a noite, por horas que culminam no nascer do dia.

A cidade de São Felix do Xingú comporta serviços atuais presentes em qualquer grande centro urbano do Brasil, dando vista ao englobamento e contato com parte das estruturas que são presentes no seio dos sistemas modernos, no entanto, em primeira ordem, são apenas estruturas materiais que são incorporadas num cotidiano, onde a realidade econômica da maioria das pessoas não dá acesso à utilização destes bens. São Felix do Xingú é um município onde 27% da população não sabe ler e, portanto provavelmente nunca terá

acesso a internet. Grande parte desta população não tem direito a escola secundária, pois São Felix do Xingú só existe um estabelecimento de ensino médio para todo município, isto é, das 7.519 crianças que freqüentam a precária escola do ensino fundamental, apenas uma pequena porcentagem deverão continuar a estudar. Esta população de crianças, e provavelmente seus pais, estão fadados a conviver com esta estrutura moderna em freqüente expansão sem condições de usufruto, provavelmente vão passar pela loja do “O Boticário”, ou mesmo se atrever a visitar o shopping center da cidade sem ter a mínima condição de comprar alguma coisa, já que a oferta de emprego é sempre pequena e quando existem os salários são bastante baixos.

Pode se falar que a região é apenas um porto, para as pessoas que trazem este arsenal de estruturas modernas: a classe que pode usufruir destes benefícios. Seus filhos não estudam na região e provavelmente nunca terão o interesse de morar na cidade. Eles estudam em grandes centros e nunca terão problemas de acesso à educação formal, porque seus pais, através das explorações econômicas feitas na região, poderão pagar por escolas particulares que os formarão para o mercado de trabalho, provavelmente estes serão médicos,²¹ advogados e engenheiros, psicólogos etc.

A situação social da área pode ser caracterizada como conflituosa. Parte do campesinato que se instala aí pode ser visado como em situação de minoria social (aqui não se leva em consideração os aspectos demográficos) que não compactua com os ganhos do sistema econômico, no qual está inserido. Supomos que a riqueza gerada no município não é de nenhuma forma partilhada aos da localidade. Esta riqueza tende a se esvaír para fora do município, via redes informais e ilegais também, de forma a dar margem a uma indecente e absurda distribuição desigual de renda.

Podemos observar a construção de um sistema de estruturas modernas, formadas para serem manipuladas por pequenos grupos que tem acesso ao capital num movimento que tenta recriar um tipo de urbanidade que não é referente e compatível com a realidade da grande maioria da população que a margeia. Com toda intensidade pode-se observar na cidade de São Felix do Xingú o que observa MARTINS (2002) para áreas urbanas do Brasil: “um rural desruralizado pela adaptação à realidade aos contrastes urbanos, formas residuais de viver e pensar não raro associados a uma recusa radical do que o rural ainda é entre nós lugar de privações e insuficiências. Uma recusa, porém, sem características que afirmem o propriamente urbano”.

²¹ Em Belém o curso de medicina conta grande parte dos alunos provenientes do Estado de Goiás, e são alunos cujos pais praticam atividades ligadas com o meio rural.

CAPÍTULO 3

ASSOCIAÇÕES EM SÃO FELIX DO XINGU



3

O movimento associativo e a sua dinâmica atual em áreas de fronteira vêm ganhando uma repercussão enorme, uma vez que o processo de redemocratização no Brasil influenciou na gestão de uma nova postura de organização e mobilização das populações rurais frente à situação de opressão as quais são submetidas (ALMEIDA, 1991; SCHERER-WARREN, 1996). Estes grupos se fazem representar politicamente e tem uma ação eficaz quando se trata de levar adiante suas reivindicações. Este fenômeno permite fazer uma análise sociológica no palco de uma sociedade em formação, onde os conflitos sociais afloram de forma explícita.

3.1 - O início da organização: uma aliança entre Igreja e Estado

A Igreja Católica teve um papel importante na organização dos camponeses no município de São Felix do Xingú. Foi à ação da Igreja que formou um quadro de líderes políticos que hoje faz parte das diretorias de Associações atualmente importantes do ponto de vista da atuação política na região.

Existiu um fato que foi peça chave para entender a qualidade da ação política deste determinado grupo de camponeses influenciadores dos processos de mudança no quadro de organização deste segmento social.

Percebe-se que algumas pessoas são centrais no início da formação dos grupos políticos de camponeses do município: dois padres estrangeiros da Igreja Católica e uma funcionária da Secretaria de Estado de Agricultura do Pará, que também tinha um vínculo com uma irmandade da Igreja Católica, a CARITAS²². A aliança entre estas instituições representadas por estas pessoas foi imprescindível para ativar e influenciar o interesse dos camponeses em se organizar e mobilizar para garantir que seus projetos fossem realizados. Foi a partir deste fato que certos indivíduos puderam começar a participar do movimento social mais amplo no Estado.

Estas pessoas podem ser encaradas como pais fundadores do movimento social no município, que a partir daí influenciaram e influenciam a organização camponesa na cidade.

Essa história e seus protagonistas vão sendo incorporados no imaginário do grupo que participou do evento

“Começou pela Rezana Assis, ela esteve aqui e mostrou um pouco das diferentes realidades, e bateu exatamente naquilo que a gente mais esperava. Nós tava querendo tentar mais não achava a fonte da meada, como começar, e daí começou a se entrosar, mostrava como era a realidade de fora a realidade das próprias comunidades (como vivia a própria comunidade). A gente foi vendo as conclusões entre uma coisa e outra e aí surgiu a necessidade de se formar grupos, ainda não eram as Associações. Esses grupos se articulava. Mais será que isso era bom? será que isso era ruim? de repente articulando surgiu a necessidade de organizar estruturar o sindicato...” (Luis, diretor da CAPPRO agosto 2000)

“Começou com uma doação da paróquia. Não foi mesmo o dinheiro da paróquia, foi o dinheiro de uma das organizações dos padres, que era... como se fala?... CARITAS. Não sei se foi vindo da Itália, que é o pessoal que dá dinheiro pra organizar as colônias. Que é quem orienta a gente, que é como começar uma Associação. Essas coisas assim, fizeram tudo assim pra gente dar um início foi o Padre Lonida. Uma força assim muito grande dele, ajudada...” (Damião, Diretor da Aliança do Xingu, julho 2000).

Os padres tinham uma autoridade vinculada com o sagrado e sua linha de ação estava conectada com a ideologia pregada pela igreja progressista. A funcionária da Secretária da Agricultura tinha uma autoridade vinculada a um órgão do estadual que representa um poder central, mas, no entanto tinha suas próprias aspirações políticas e uma trajetória de ligação com entidades ligadas aos movimentos sociais²³.

Essas figuras materializavam a coexistência de dois princípios diferenciados, mas que foram de vital importância para dar legitimidade e acionar um tipo de eficácia simbólica que veio ao encontro das aspirações de certo tipo de indivíduos que estavam ali para se instalar em São Felix do Xingú.

Esta força simbólica e a qualidade destas mediações foram elementos vitais para que o processo de mobilização ganhasse força e fosse realmente ativado e desenvolvido. Foi nesta mediação em aliança que estes grupos se apoiaram para conseguir levar parte de seus projetos adiante e, assim implementar um tipo de ruptura e mudança na ordem da organização de seus processos produtivos, bem como em suas condições de vida.

²² É uma confederação de 162 organizações humanitárias da Igreja Católica que atua em mais de duzentos países.

²³ Normalmente as alianças entre Igreja progressista e agências do Estado, não são muito comuns, pois a linha de ação desta vertente da Igreja está voltada para oposição ao Estado e suas faltas em relações a populações marginais que vivem no campo. Esta aliança aí só foi possível, pois a técnica tinha já uma trajetória de atuação

De alguma forma a força simbólica da mediação religiosa, onde os padres eram as figuras centrais foi aumentada pela coexistência da mediação formal (técnica), representada pela figura da técnica da SAGRI.

A conjugação de elementos que fazem parte dos esquemas de senso do grupo - Igreja e Estado- é fator que contribui para mobilizar as pessoas em coletivo, de forma a dar legitimidade para suas ações. Neste caso, estas duas forças não entraram em oposição, como tem acontecido freqüentemente, mas se somaram para acionar um importante processo de transição e ruptura com velhos modelos.

GARCIA Jr. (1989) ao analisar as mudanças sociais ocorridas nos sistemas de *plantation* no nordeste, mais especificamente o declínio da dominação tradicional nesta região, se refere à coexistência de duas formas de dominação de camponeses ao longo deste processo de transição e ruptura. Uma forma primeira chamada tradicional, cuja legitimidade se baseia no caráter sagrado das disposições transmitidas pelo tempo (WEBER, 1972 citado por GARCIA Jr, 1989), tendo a materialidade de suas ordens emitidas pelos proprietários da terra. Outra chamada de dominação legal com direção administrativa burocrática, que compete e cria um espaço de ruptura com a forma de dominação tradicional, pois através de sua ação jurídica os sujeitos da dominação tradicional podem criar resistência aos elementos que os subordinam.

Em São Felix do Xingú o trabalho dos mediadores tinha como objetivo mobilizar os trabalhadores para se organizarem politicamente, de forma que pudessem se contrapor as formas de dominação tradicional que operavam na região e aos quais vinham se vinculando desde sua região de origem, aprendendo a manipular as ferramentas administrativas burocráticas e terem a possibilidade de “ir buscar seus direitos”.

Procuraram montar os Sindicatos e Associações no local, organizações que conferem um tipo de poder e representatividade a esta categoria. O papel dos mediadores possuiu uma ação pedagógica neste sentido, já que possibilita o aprendizado de um sistema de senso desconhecido para estas pessoas. Tal aprendizado criou condições para o início da transformação social, através da mudança de visão de mundo acionada nos indivíduos.

ligada com os movimentos sociais da região. Este fato a levou a ser reconhecida como *boa de luta* o que possibilitou a real aproximação com os agentes da Igreja Católica.

3.2 - Trajetória das lideranças.

Os indivíduos que fizeram parte do processo de formação política, na época estavam insatisfeitos com suas condições de vida em São Felix do Xingú, pois a situação que enfrentavam não correspondia às expectativas quando do início do processo de migração. Suas aspirações foram frustradas quando se depararam com a realidade local. As representações sobre o espaço da fronteira foram elementos importantes que fizeram com que estes indivíduos deixassem sua região de origem, lugar em que exercitavam um tipo específico de conjuntura para se aventurarem nas “terras livres”, “terra sem dono”. No entanto, a esperança da instalação em um lugar melhor entrou em choque com a dura realidade do município. Muitos encontraram aqui os mesmo padrões de dominação e exploração que enfrentavam em suas regiões de origem.

“Neste caso nasceu de uma necessidade, nasceu mais de uma necessidade, tipo... em primeiro lugar o isolamento era muito grande. Então vamo supor, até a forma de comunicação, então como foi que tudo começou então? Criando, tá? Primeiro a comunicação, depois situação financeira, né?” (Raimundo, Diretor da CACUXI, julho 2000)

“... comunicação é o seguinte, porque viviam uns homens trabalhando aqui na lavoura, e muitos se desligavam pra realidade, entendeu? Vamo supor, é... a realidade da cidade, a realidade do campo, às vezes nem ele se conhecia a própria realidade dele, e se baseava numa outra realidade que não tinha nada há ver entendeu? Então já começou nessa daí...” (Luiz, Diretor da CAPPRU, julho 2000).

As representações que tinham sobre o espaço da fronteira foram colocadas em confronto com a dura realidade de estarem situados num espaço onde as terras não eram livres e não existia base de facilidade para se montar os projetos e sonhos que estavam almejando. As lideranças camponesas surgem num primeiro momento pela reflexão que fizeram a partir do conflito entre suas representações frustradas e suas reais perspectivas.

Os líderes eram indivíduos que já possuíam uma trajetória agrícola, esse fato é de suma importância para entender o interesse e envolvimento político que possuíam em organizar e coordenar o coletivo em sua volta.

Foi através da adesão ao movimento por estes indivíduos que pôde ser possível o aprendizado e a veiculação de novos valores que estavam impressos nas ideologias propostas pelos agentes mediadores das mudanças. Se esses indivíduos, com seus interesses próprios,

não tivessem aderido à causa, provavelmente as mudanças não teriam ocorrido. De forma que a trajetória desses agentes foi também fator importante para acionar a mudança social prevista para quadros de desenvolvimento (SARDAN, 1999).

Estes líderes têm suas trajetórias ligadas a um passado de autonomia econômica, onde já se identificam como “agricultores”. GARCIA Jr (1989) observa que no nordeste, área de origem de uma vasta porcentagem da população de São Felix do Xingú, a categoria “agricultor” tende a designar os pequenos proprietários que cultivavam a terra e dispunham de certa autonomia econômica, pois não dependiam e nem estavam sobre o domínio direto dos grandes proprietários de terra da região. “Agricultor” designa, então, indivíduos ocupando posições intermediárias no espaço social. Uma característica dos líderes é que vieram todos de famílias cuja sujeição, já havia sido quebrada. Apresentam suas trajetórias como “agricultores” e, portanto sujeitos de sua própria ordem, levando-os a se identificar como tal em alguns momentos em seu discurso sobre o passado.

São significativas neste sentido, as trajetórias de duas pessoas que chegaram juntas no mesmo setor da região de São Felix do Xingú: Tancredo e José, procedentes do Estado do Maranhão, mas não vinculados ao mesmo grupo doméstico, pertenciam a famílias diferentes.

A Colônia Tancredo Neves foi formada logo depois de um conflito que existiu entre posseiros que chegavam ao local e os latifundiários que se diziam donos da terra. A posse e a ocupação do local foram organizadas por um grupo de posseiros liderados pelo senhor Tancredo. Especificamente, este indivíduo foi de fundamental importância para o desfecho e resolução do conflito, pois enfrentou, com ajuda dos padres da Igreja e a funcionária da SAGRI, a polícia federal e os pistoleiros que ameaçavam as várias famílias que participaram do processo. O senhor Tancredo conseguiu demarcar e organizar a distribuição de terra no setor. Ao que parece sua família foi umas das privilegiadas nesta distribuição. Foi com este fato que seu Tancredo pode conquistar sua autoridade de líder e continuar seu projeto de estabelecimento e ascensão econômica na região. Ele enfrentou o conflito armado e colocou em risco a sua própria vida. Ao fim do processo, senhor Tancredo pôde dirigir a ocupação e foi eleito como coordenador da colônia, pois sua autoridade foi reforçada pelo perigo que enfrentou. Tancredo, depois de passados os conflitos na área, se pôs a executar um processo de ascensão social com objetivo claro de comercializar sua produção agrícola e entrar no mercado competitivo dos produtos, o que era sua intenção antes de se instalar em São Felix do Xingú.

Seu amigo José, veio à região para fugir da situação de extrema sujeição ao qual viviam seus familiares e, portanto, seus projetos enquanto “agricultor” ainda estavam no

início. Em primeira instância o projeto essencial não era ser empreendedor agrícola competitivo, mas sim sua fixação na terra de trabalho, enquanto situação que simbolizava seu estado primeiro de dono e de agricultor, como pudemos entender através de seu discurso:

“E o senhor saiu de lá por causa de que?”.

“É caçando mesmo tendo uma terra pra trabalhar, no sítio nós morava lá como agregado”.

“Agregado como?”

“É presenteio do rapaz que tem uma fazenda. Eu morava na terra dele, era isso que acontecia lá. Eu morava nas terras de um pessoal”.

“Mas pagava aluguel ou trabalho?”.

“Eles cobravam! A única coisa que eles cobravam era de tudo o que nós produzía, eles cobravam uma porcentagem. Eles cobravam duas ou três diárias de cada um por semana. Eu tinha que ter se não fosse também já ia ser botado pra fora. Meu avô foi criado por esse pessoal que era dono dessa terra, mandavam assim, então pra um lugar pra criar filhos e netos e aí eu fui me guiar por eles, mas aí o velho morreu aí eu comecei a pensar “esse povo vai me tirar daqui e eu não tenho pra onde ir” (Senhor José, morador da colônia Tancredo Neves, julho 2000)

Portanto, o senhor José não se envolveu em nenhuma trajetória política, mesmo participando do processo de demarcação da área, pois seus interesses eram outros, diferentes do senhor Tancredo. Logo após o episódio do conflito, Tancredo foi eleito vereador pelo município o que permitiu que ele possuísse uma renda externa para investir na qualidade de seu sistema de produção, o que possibilitou a realização de seus projetos de ascensão.

“Seu Tancredo enquanto coordenava, ele assentou muita gente aqui na área, então já sabia porque ele dava apoio. Foi justamente por isso tudo, porque quando ele terminou de fazer aquele trabalho, aí o pessoal abriu pra... . Aí foi logo em seguida que ele se elegeu vereador. Tem gente que entra na política só pra ganhar experiência, então tem que entrar na política mesmo”.
(morador da Colônia Tancredo Neves)

Nas narrativas dos líderes sempre se faz presente a necessidade de mudança das condições de isolamento da realidade a qual não estavam acostumados. O isolamento ameaçava seus projetos enquanto agricultores libertos, pois o acesso ao mercado, ao crédito e outros artifícios que pudessem garantir melhores condições de comercialização eram restritos.

A opção de “comprar” um projeto de organização política e seguir a trajetória de líder político é considerada como um investimento, tanto por estas pessoas, quanto por seus familiares, já que na grande maioria das vezes o próprio grupo doméstico auxilia e apoia esta trajetória, se encarregando de substituir a mão-de-obra deste indivíduo dentro do processo

produtivo da família. A família, desta forma, se sacrifica e aumenta a sua penosidade de trabalho, já que um membro essencial, uma força adulta é retirada para participar do processo de formação exigido para se chegar a ser um líder.

“Como é que sobrava tempo pra cuidar da propriedade?”.

“Praticamente sobrava pouco tempo. É porque naquela época até pra gente vir participar tinha que tirar quase um dia ou dois só andando nas estradas. Que naquela época ainda era muito mais pior que agora, principalmente na época do inverno e as vezes ficava...pra mim eu tinha saído logo nas primeiras etapas, eu não tinha acompanhado se não fosse meu pai. A terra era coletiva, então nosso serviço era tudo junto, então as vezes ele saía e a gente ficava assumindo.. e aí o grande problema era repartir entre nós, então dessa maneira a gente botou mais ou menos dezoito anos”. (Miguel, diretor da Aliança, julho 2000)²⁴.

As diferenças de trajetórias de vida e projetos individuais criam certa diferenciação nas atitudes e perspectivas econômicas e políticas dos indivíduos. O reconhecimento das diferenças entre ambos repercute, no modo de identificações entre eles. As lideranças fazem, geralmente, esta discriminação de atitudes e empreendimentos entre a *nossa* e a *dos outros*. Os que chegaram à região com o intuito primeiro de estabelecimento em terras próprias, sem intenções imediatas de comercialização agrícola, são estigmatizados pelos que pretendem um projeto de organização da produção agrícola com bases de competição para o mercado. De forma que em muitos casos, o estigma gera o pré-conceito e estes indivíduos são vistos pelos líderes como entraves para a promoção das mudanças. Por outro lado, é também pelo reconhecimento dessa diferença, que repousa a base da mobilização e da campanha inicial do movimento de organização.

O líder é aquele indivíduo que tentar conquistar adeptos para seu projeto, vai tentar tirar as pessoas do estado de *desligamento do mundo* e incentivá-las a promover mudança na ordem de suas vidas.

“... na época muito trabalho diretamente na agricultura não tinha. Não tinha aquela necessidade assim de conhecer a sua história sabe? Então (eles pensavam) vamo habitar, vamo mora e desligar do mundo, sabe? E aí eles aproveitaram disso aí quando surgiu a necessidade de retomar, a gente teve uma grande dificuldade, pra nós não foi fácil não”. (Joaquim, julho 2000)

As lideranças camponesas em São Felix do Xingú se formam através do processo de reconhecimento de suas qualidades retóricas e iniciativas de coragem presenciadas pelos grupos que os “elegem” e legitimam. Neste caso, depois da instalação do grupo na área, os

²⁴ Ele chegou à região em 1986 e a entrevista foi grava em 2000.

líderes se relacionaram com os mediadores locais para enfrentarem os poderes locais que tolhiam a realização dos seus projetos. A conquista de um espaço que legalizasse suas ações se fazia necessária. A organização oficializada da categoria se fazia necessária para fazer força às formas de dominação tradicional.

3.3. Formação das lideranças.

O procedimento de formação de líderes foi inicialmente auxiliado pela aliança formada entre a SAGRI e a Igreja Católica, através de seu movimento de ação local chamado de *movimento de base*, e através da formação das pastorais que de início precisavam conscientizar pessoas para situação de opressão que viviam e para que pudessem aprender a fazer valer seus direitos de cidadãos. Esta conscientização ia de encontro ao reconhecimento do poder local e Estatal como força opressora que atentava contra os direitos da categoria, pois tolhia todas as ações que podiam dar acesso para que as populações locais seguissem seus projetos de empreendimento agrícola.

Este processo de formação de líderes, enquanto representantes de uma categoria social, é um processo de aprendizado lento e que por isso confere a legitimidade a este indivíduo, perante seu grupo social. É através desta formação que este indivíduo vai manter os relacionamentos com outros espaços sociais e acionar as ligações e alianças com esferas do poder longínquas. Este relacionamento aumenta o prestígio do líder perante o grupo ao qual é vinculado. O líder circula pela macro, meso e micro esfera administrativa (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1996) adquirindo com o passar do tempo, conhecimento para poder se fazer compreendido em todas estas esferas.

“Foi difícil pra você aprender tudo isso?”

“Não, eu não achei difícil porque o mais difícil é quando a gente não participa, mas quando a gente participa as coisas é muito fácil né? Quando você tá convivendo com a realidade, outra é que você aprende, vai surgindo a necessidade de você buscar mais informações, porque você tá sentido que aquilo que você tá vivendo tá pegando não tá sendo fácil, que você tá buscando uma coisa que tá sendo melhor é...assim vai aprendendo com facilidade. Particpei dos cursos de formação né? No caso, é primeiro a CARITAS ela tem um curso de formação né? Aí veio a questão de vários tipos de curso sabe? Treinamento, auto-gestão né?” (Damião, outubro 2001).

Hoje em dia, as Associações mais antigas da região CAIXA AGRÍCOLA e ALIANÇA DO XINGU e CAPPRU contam com a presença, no quadro de suas diretorias de líderes que fizeram parte deste ciclo de formação da Igreja Católica. Foram os jovens que, no passado, participaram das pastorais que eram desenvolvidas na cidade de São Felix do Xingú.

Esta formação contava com participação destas pessoas em cursos e palestras proferidos pelos membros da Igreja Católica e foram atividades que auxiliaram um novo entendimento sobre relações sociais de trabalho que executavam em seus cotidianos.

O conteúdo pregado nestas atividades vinha de encontro à exposição da situação de opressão, expropriação e submissão que os *trabalhadores rurais* enfrentam dentro do sistema capitalista. Os panfletos e apostilas, usados pelos mediadores, tinham a pirâmide das classes como um dos materiais iconográficos usados para expor a situação.

Fica claro nos discursos das lideranças que este aprendizado sobre uma nova concepção de relações sociais de trabalho - reconhecimento da situação de opressão que rompesse com as explicações tradicionais que justificavam exploração “se á assim que Deus quer”²⁵, como muitos normalmente dizem - “lhes abriu os olhos para a realidade”. A narrativa desta situação da “realidade”, sempre referida, pode ser entendida como um processo que lhes deu passagem para o que se pode chamar de consciência de classe. Foi a partir desta perspectiva, de se reconhecer enquanto classe social explorada, e assumir um tipo de identidade que lhe foi conferida de “trabalhador rural”, que estas lideranças acionam e mobilizam a “luta” política de que tanto falam.

O espaço social ao qual estão vinculados passa a ser concebido por estes como uma arena de “luta” e que estes devem ficar em contínua batalha contra as forças opositoras ao universo do “trabalhador rural”.

Esta referida “consciência” da “realidade”, ou a abertura de um novo conhecimento sobre o mundo, é exaltada pelas próprias lideranças que a tomam como um tipo especial de conhecimento modificador da vida. Desta forma as suas histórias de vida foram modificadas e enriquecidas, como comentaram, pelos contatos que tiveram, pelas viagens, pelos cursos e oportunidade de discussão, assim como treinamento para um tipo de oratória que não estavam acostumados e que não lhes era de valor. A partir destes contatos, com uma visão diferenciada

²⁵ Esta expressão se refere a situação de consentimento da exploração em que se encontravam no passado e ao desconhecimento que teriam da possibilidade do rompimento desta dominação via ao atrelamento ao aparatos da dominação formal.

de mundo do qual estavam imersos, foi que suas posturas e ações diante à realidade mudaram definitivamente²⁶.

Eles falam que esta formação foi à porta de acesso para cargos oficiais de liderança que ocupam hoje nas Associações, já que como contam, logo quando entraram na Associação, pela primeira “palestra” (oratória) que proferiram, foram incorporados imediatamente ao quadro de diretores da organização.

O que transforma o indivíduo em pessoa é a situação na qual este está imerso. CARDOSO DE OLIVEIRA (1976) ao discutir a formação da identidade étnica, que é uma “identidade contrastiva”, destaca o papel da conscientização desta situação pelos indivíduos inseridos na conjunção inter-étnica, isto é, no reconhecimento das diferenças de contraste. Neste caso a “consciência da situação” onde o indivíduo reconhece os contrastes (trabalhadores x latifundiários; pobres e ricos; explorados e exploradores; dominados e dominadores), se fez ativada nas lideranças, pelo contato com um grupo mediador que apresentam esta situação de confronto entre grupos diferenciados. Um confronto que preconiza a luta de classes ou mesmo a luta de sistema lógicos e econômicos diferenciados que não compactuam a mesma situação produtiva.

Esta “consciência” desencadeia a ativação de um sistema de valores que posiciona os indivíduos num ponto de reflexão sobre o mundo, que os insere num outra lógica de classificação social. Em primeira ordem a categoria “*trabalhador rural*” passa a ser uma identidade operante do ponto de vista contrastivo. Os líderes formados passam a ativar uma “identidade contrastiva”²⁷ e passam a atuar no sentido de tentar formar grupos contrastivos distintos, que estão imersos em situações de conflitos ininterruptos.

Estas lideranças se movimentam, na medida do possível, para ativar um tipo de “consciência contrastiva”, à qual foram apresentadas, nos parceiros que mantém contato, no seio da Associação onde exercem atualmente cargos importantes. A Associação enquanto forma organizativa passa, assim, a ser um *locus* fértil para atuação desses indivíduos que querem formar grupos opositores, que se assemelham a grupos étnicos.

A identidade/ideologia é neste caso o elemento balizador das ações. Com uma recente ideologia incorporada, estas lideranças se movimentam segundo preceitos que lhes fora imputado pelos agentes formadores.

²⁴ Um líder comentou que o conhecimento empírico que adquiriu durante sua caminhada dentro do movimento de formação de agente da igreja lhe serviu para acumular conhecimento sobre o mundo e que quando fez exames na Escola de Adultos, ele nem precisou estudar para as provas, pois os trabalhos que tinham efetivado na política tinham lhe servido como escola.

²⁷ A “identidade contrastiva” implica a afirmação do “nós” diante dos “outros”(CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976)

Fazer parte da Diretoria da Associação confere um tipo de legitimidade para que estas lideranças possam se articular entre si e se mover no cenário político²⁸. Acredito que se a organização não tivesse esse caráter formal às iniciativas seriam diferenciadas. É este caráter que molda e dá força, para estas lideranças se movimentarem no sentido de sempre quererem conquistar o “micro” espaço político dentro da própria Associação. Estão sempre pensando que seus domínios políticos estão ameaçados, e por isso, estão sempre pensando em manobras e articulações que podem ser feitas em caso de perda deste poder e é isso que propicia que estejam fazendo sempre atividades relativas à Associação (trâmites burocráticos com o crédito, participação em eventos políticos da cidade, participação nos conselhos municipais etc.).

A ideologia de classes é um fator de extrema importância neste caso, pois é através dela que estes vão movimentar e articular-se politicamente em prol da manipulação desta organização para conseguir atingir seus objetivos. Objetivos que são em parte envolvidos na crença de num tipo de mudança no quadro das relações sócio-políticas e econômicas na qual estão imersos.

O quadro de conflitos armados entre camponato e pecuaristas dá margem ao quadro de relações de confronto que mobiliza a ação política das lideranças. Os “trabalhadores rurais” são aqueles que não são contratantes. Os que são contratantes são os *fazendeiros* e *madeireiros* que são categorias aos quais os grupos de camponeses participantes da política vão se opor no campo das representações e na própria realidade.

A situação de conflito territorial que se estabelece aí, pela diferentes categorizações em torno das unidades territoriais: “terra de índio”, “terra de fazendeiro”, “terra de colono”, “terra do INCRA”, “terra do ITERPA”, também faz com que as pessoas tendam a se mobilizar para formar grupos que vão ao encontro da “defesa” de seus territórios e os recursos que estão dentro deles, que estão constantemente ameaçados. Os *colonos*, de uma maneira geral, sempre respondem a convocação das lideranças que acionam o movimento social para a cidade, no sentido de perceberem a ameaça às suas terras por fazendeiros, ou pelos índios. De modo que o camponês pode ativar certo nível de organização, pautado no reconhecimento de uma identidade contrastiva. Porque a partir da mobilização grupal vão se reconhecer dentro de uma história em comum e uma origem em comum, afinal, todo mundo é sofredor e está em busca da terra. A identidade contrastiva, neste caso só é ativada quando existe a convocação,

²⁸ Este poder vem através do domínio das linguagens não dominadas na localidade pela maior conexão que fazem as lideranças com os *centros do poder* (GEERTZ, 1997).

em se tratando de defesa dos seus interesses e é manipulada conforme a conjuntura do momento.

3.4 - Sindicatos e Associações: a luta pela representatividade.

Foram dois grandes embates políticos que os atores que coordenam o movimento social em São Felix do Xingú tiveram que enfrentar. O primeiro no início da organização política dos camponeses, antes da conquista do crédito. O outro episódio foi logo depois da conquista feita pelo movimento. Estas duas situações podem dar visibilidade a qualidade da ação política realizada por estes atores, que estão sempre *lutando* por seu espaço de representação.

Por muito tempo o Sindicato dos Trabalhadores Rurais permaneceu controlado pelos representantes do poder local, deixando a organização sem representantes da categoria, no âmbito das decisões políticas administrativas do município e perante as demandas de seus direitos. Por ocasião das primeiras tentativas de formação de uma organização real dos camponeses, o Sindicato e Associações foram os espaços que teriam que conquistar, pois o acesso a estas instituições lhes garantiria a possibilidade de representatividade e legitimidade frente às demandas dos poderes locais e frente a ação que necessitassem desenvolver em nome dos *trabalhadores rurais*.

“Retomamos através do trabalho que a Rezana deixou. Foi embora deixou tudo preparado. Aí o pessoal se organizaram. Como? Se associando né?, participando, e repudiando aquelas proposta que vinham do Sindicatos. Foi indo, foi indo, foi indo até que eles não suportaram mais e tiveram que ceder” (Miguel, out. 2001).

Foi nessa época que nós entremos pra Associação, foi quase tudo junto. Logo após da criação da Pastoral dos Jovens. Criação não que ela já existia. Logo após o engajamento da Pastoral dos Jovens a gente já entrou na Associação, Sindicato. Eu fui delegado sindical aqui na região e assumi a presidência do sindicato por dois anos (Manoel, out. 2001).

O pertencimento à categoria *trabalhador rural* foi a base para que acionassem uma visão contrastiva da realidade, o que fez emergir uma “bandeira” de luta na ocasião do início do processo de organização do movimento, incentivado pela Igreja em cooperação com a SAGRI.

A categoria *agricultor* nesta instância é deslocada, nos discursos dos líderes sobre o passado, para dar lugar a categoria que mais teria eficácia quando os embates eram políticos e reivindicativo. *Trabalhador rural* pôde acionar todos os segmentos sociais que ocupavam a fronteira. Além de ser uma identidade que ia de encontro e fazia pressão junto à problemática da representatividade da época, pois os que estavam no poder eram acusados de não serem *trabalhadores rurais* e por isso não demandarem melhoras para qualidade de vida dos mesmos.

“Tinha o Sindicato, não respondia a nossa realidade. A realidade deles era voltada pra outros costumes, era mais político²⁹. Partindo daí o pessoal começou a formar os grupos através de Associações no município” (José Inácio, julho 2000).

“Os políticos sentavam e dizia: “isso aqui é de vocês”, só que não discutia uma base né? aí o seguinte, foi isso que nossa reestruturação, quando a Rezana veio né? Discutiu na base, aí a gente se viu mais assistido, mais ou menos viu a realidade – “vamo arrumar isso aqui, vamos reestruturar o sindicato dos trabalhador rurais né?” E retomar a caixa agrícola que é uma instituição dos colonos do Xingu, né? Porque o sindicato tava funcionando mais ou menos com sustentação mais do alto, né? Por exemplo, existia o Sindicato, mas quem tava lá dentro da direção mesmo, era pessoa do alto político, que não queria abrir mão de jeito nenhum”. (Genuíno, junho 2000)

Em 1991 existiam poucas localidades na região e conseqüentemente poucos núcleos populacionais. Os principais distritos eram a Colônia Linhares de Paiva, Tancredo Neves. Cada distrito conseguiu, com o passar do tempo, articular uma Associação de moradores. Primeiramente as reuniões que congregavam os indivíduos desses distritos se davam na cidade de São Felix do Xingu, possibilitando a retomada pelas lideranças em formação, da primeira Associação da cidade: a CAIXA AGRÍCOLA. Este fato deu efetividade na continuidade aos trabalhos de formação dessas lideranças, pois foi a partir dessa retomada que começaram a articular a criação/reactivação de novas Associações que iriam agir a nível local.

Ao criarem Associações locais e cooperativas municipais, existia a intenção de conectar os setores locais com as organizações de trabalhadores a nível nacional e estadual.

²⁹ O termo político é tratado pelos locais de forma individualista e relativa a interesses próprios e conectados com questões eleitorais. Deste termo nasceram neologismos como: *politicando*, *politicagem* que traz ações “políticas” relativas aos políticos. Certo momento onde se encontrava um dos líderes da Associação que estava visitando, obtive a resposta que ele estava *politicando por aí*, pois estava em campanha eleitoral para o cargo de vereador.

Articulação esta que daria chance de troca de informações e oportunidade para que os camponeses de São Felix do Xingú, também participassem do palco de atuação dos movimentos geral de Trabalhadores Rurais na Amazônia.

“A gente foi vendo os outros municípios, baseado na lei, constituição, direito que a gente tinha, né? Aí começou a mobilização geral, aí o primeiro grito do campo, em busca de recursos pra áreas, pros setor, quer marcação pras áreas, como é o nome?... Enfim são os projetos de reforma agrária implantado...” (Raimundo, julho 2000).

O processo de organização de *trabalhadores rurais* em São Felix do Xingu foi conectado com uma mobilização maior que estava acontecendo em praticamente todo Brasil. O relacionamento com a Igreja Católica também facilitava a inserção dessas lideranças na base das organizações de trabalhadores do Estado e mesmo da Federação. A própria forma de atuação do sindicalismo brasileiro estava em vias de transformação, processo este, que se fez refletir na atuação dos atores locais. Expandiu-se a rede de conectividade entre essas agências, e houve um contato mais próximo, via movimento, entre os representantes das esferas locais, regionais e nacionais, o que fez com que os conhecimentos fossem perpassados e interligados.

Até outubro de 1994 estas lideranças já tinham tratado de organizar mais duas Associações no âmbito das colônias do município: A Associação dos Produtores Rurais Aliança do Xingu (APRAX) E A CAPPRU. Puderam formar uma chapa para concorrer às eleições do Sindicato (praticamente parado), composta de diretores das três Associações, que se distribuíam em vários cargos administrativos. Conseguiram organizar e mobilizar os associados do sindicato para votarem na coligação³⁰.

A “corrida” por votos para eleições do sindicato se assemelha a uma disputa eleitoral qualquer, onde os concorrentes têm que convencer os eleitores que é sua a melhor proposta. Daí se explica a necessidade de uma coligação das Associações que detém o “controle” político de seus territórios. Esta aliança garantiu, portanto, que os sócios que moravam no domínio das Associações pudessem votar na chapa da coligação e possibilitassem sua vitória.

“A gente fazia uma Assembléia geral, né? Expor o problema. Olha, o problema tá dessa maneira, a Associação, a mensalidade não dá, né? Agora cabe o que? A gente faz uma contribuição aí, né? Mas esse tipo de doação, né? Doavam saco de arroz, doava frango, doava mais coisa elementar, sabe? Muitas vezes comerciava, ele se transformou numa espécie de dinheiro, e foi assim que foi funcionando. As vezes o sindicato tinha uma porcentagem na

³⁰ É importante comentar que os sócios do sindicato que têm direito a voto são somente que se encontram em dia com as suas mensalidades.

contribuição, nas confederação e eu não sei de que forma adquiriu um imposto, era dos municípios, do sindicato da forma da confederação nacional, ela arrecadava este imposto a nível nacional, então ela repassava, isso anual, quando ela passava isso anual, tinha ano que ela dava pra pagar os aluguel aqui direitinho, dava pra comprar as coisas, vamo supor, manter a comida e dar sustento pro presidente, né? Que eles tinham que ficar mesmo na casa, né? Manter o projeto de salário pro pessoal que trabalha de assistente social, daquela parte de aposentadoria. Então mais a contribuição mensal dos associados” (Damião, out 2001).

O relacionamento com as organizações camponesas de cunho estadual (FETAGRI), e nacional (CONTAG) foi intensificado pela época da retomada do Sindicato, assim como o fluxo de informações entre esta foi agilizado, dando possibilidade das lideranças convocarem sócios para participar do primeiro *Grito da Terra* que aconteceu em 1995. Este evento foi um marco importante, pois, as conquistas conseguidas através deste ato, fizeram com que mudanças significativas acontecessem na região.

“Passou ano, no outro ano teve o Grito da Terra Brasil, aí o pessoal botaram pra valer mesmo, botaram lenha, fizeram ocupação da super intendência começou a sair fora aquele Warter Cardoso. Aí veio aquela demanda dura dele de mudança. que queria porque queria aí. Tiveram aí...mas aí faltava convênio, eles dizia que não tinha dinheiro pra construir a unidade local. Ficou limpando o pessoal desse jeito, tinha que colocar no orçamento e ficou naquela problemática toda. Aí já no segundo Grito já foi dito isso tudinho, daí entrou no orçamento, aí entrou a construção pela prefeitura aí, dando a parceria. Aí ele construiu a unidade” (Luiz, out 2000).

As estratégias que foram elaboradas para a conquista do espaço político que era conferido de *direito* aos trabalhadores rurais, foram realmente válidas à medida que conseguiram alcançar os objetivos das lideranças. A conexão com a macro esfera administrativa pelo relacionamento que armaram entre as Associações da micro esfera e da meso esfera administrativa. Sem a união das Associações fatalmente ocorreria à fragmentação do poder e a dinâmica do processo seria quebrada. Foi de bom grado que criassem as Associações de cunho local para fazer a articulação com a Associação de cunho municipal e mobilizar os camponeses dos distritos, pois sem isso as *conquistas*, como referidas pelas lideranças, poderiam não ter acontecido.

Estas lideranças conseguiram mobilizar, desta forma, pessoas da localidade para participar dos atos públicos ocorridos em diversas cidades do Pará, com intuito de pressionar o governo a liberar o financiamento facilitado para os pequenos e médios agricultores (FNO). Por ocasiões de manifestações feitas em Marabá participaram mais de 50 *trabalhadores*

rurais de São Felix do Xingú. Em outras ocasiões, o mesmo grupo conseguiu articular diversas mobilizações, protestos na cidade que expunham o descontentamento do segmento com os poderes locais.

Os benefícios conseguidos para a classe trabalhadora são hoje, referenciados por este grupo de camponeses como produto de suas ações de *luta* no passado. Dizem que foi através da luta deles que os *trabalhadores rurais* de São Felix do Xingú puderam hoje ter acesso aos inúmeros benefícios que não possuíam no passado

3.5. Multiplicação do número de Associações.

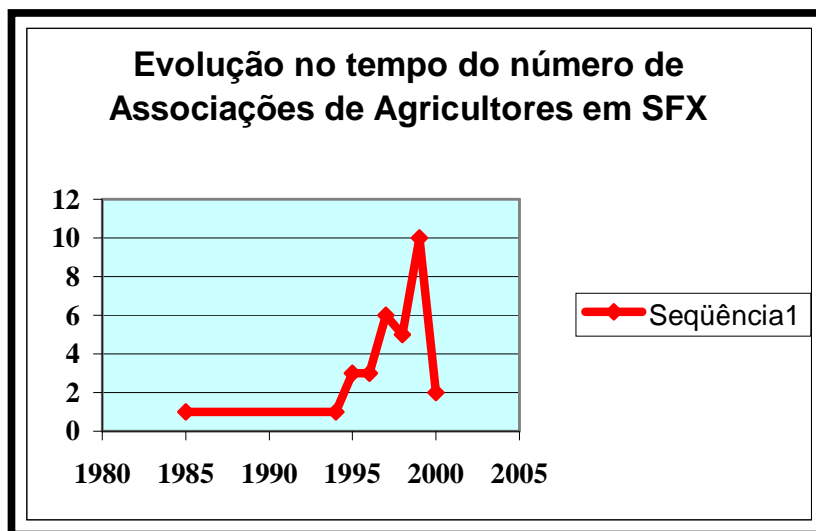
A possibilidade de acesso ao FNO- Especial e suas diferentes modalidades (PROCERA³¹, PRORURAL³² e PRODEX³³) foi sem dúvida o grande motivo da multiplicação do número de Associação de camponeses no município de São Felix do Xingú e em todo Estado do Pará. O número de Associações no município cresceu aproximadamente 250% desde o anúncio da conquista do crédito 1995/1994 até o ano de 2000 (cf. gráfico 3). De forma que as Associações hoje em dia surgem e se multiplicam com objetivo de dar acesso as seus associados ao crédito facilitado

³¹ Programa Especial de Apoio a Reforma Agrária.

³² Programa de Apoio a Pequena Produção Familiar Rural Organizada.

³³ Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Extrativismo.

Gráfico 3: Número de Associações de Agricultores criadas em SFX



Dados: Prefeitura de São Felix do Xingú, 2000.

Este fenômeno da multiplicação das Associações torna evidente, certos aspectos da fisionomia desta sociedade em formação. Ele revela as rupturas e discontinuidades sociais tornando visível também à diversidade de estratégias locais que são colocadas em práticas no intuito de garantir o acesso a um tipo de recurso que é escasso³⁴ neste território.

O número de Associações aumenta, em primeira ordem, pois, a única forma de se conseguir o crédito é se tornando membro de uma Associação, já que o Banco só aceita os projetos agropecuários individuais se eles forem vinculados ao projeto da Associação, ou seja, via projeto coletivo.

Os critérios que definem, *a priori*, os agrupamentos dos indivíduos para formarem as Associações são variados: identidade regionais, local de moradia, religião, e identidades externas ao universo real dos grupos geralmente impostas pelas agências do governo³⁵.

A situação de fronteira recente em São Felix do Xingú propicia tipos específicos de manobras locais que garantem a qualidade da organização de pessoas em Associações, no

³⁴ Hebette (2002) comenta que é de certa prática, entre pequenos produtores da Amazônia em geral, “extrair de recursos de créditos oficiais destinados à produção, uma parcela do dinheiro para compra de objetos de uso pessoal ou familiar como bicicleta, televisão, ou até antena parabólica”, isto revela, a falta de satisfação de suas necessidades, suas frustrações e suas prioridades pessoais que só eles, aparentemente, são capazes de legitimar.

³⁵ O universo das categorias oficiais, de forma genérica, marca a própria submissão das populações a Agências do Estado. O Estado tem uma atuação decisiva para incorporação dessas populações por um lado a dominação do capital financeiro assegura a dominação do capital e a reprodução das relações capitalistas, por outro, lado atua também no sentido de preservar a pequena produção e a preservação da propriedade do solo e a possibilidade de reprodução das populações (NEVES, 1981).

entanto, o universo fragmentado de grandes deslocamentos e fixações recentes, em primeira ordem, dificulta a coesão dos indivíduos em grupos políticos definidos, fato que fragiliza o movimento político dos camponeses, pois como já foi comentado que as Associações se formam na atualidade para garantir o acesso ao crédito.

É também, a dificuldade da coesão entre indivíduos que propicia o ritmo desta multiplicação de Associações. É através, principalmente, da manipulação do universo das categorias oficiais que os indivíduos na fronteira vão se amparar para tentarem agrupamentos que garantam a possibilidade de acesso ao crédito, pois cada indivíduo procurará os grupos que mais lhe convier.

3.5.1 - Emergência de lideranças diversificadas

Para que haja a efetiva criação das Associações são necessários trâmites burocráticos para que este tipo de organização seja reconhecido em cartório, o que demanda tempo e algum investimento monetário de seus sócios, o que dá ao fato a atmosfera ritual.

É necessário que existam atas das reuniões antecedentes a inscrição no cartório, com um número mínimo de associados que a norma exige. Para isso, as pessoas que participam das reuniões, devem assinar as atas, bem como, é necessário que alguém registre tudo que esteja sendo dito em papel, com formato também normativo e formal. Fato este, que dá acesso às pessoas que detêm o poder da escrita a cargos mais efetivos dentro da hierarquia de funções predispostas para formação de uma Associação oficial.

A criação de uma Associação requer um saber técnico, um domínio mínimo da escrita, bem como, dos processos administrativos necessários para abertura desse tipo de organização. Foi possível ouvir relatos em que agricultores de um determinado setor (Taboca) tentaram se reunir para formar uma Associação, no entanto, somente um deles seria qualificado, em confrontação aos demais, a gerir as atividades necessárias para formação da mesma (atas das reuniões, registro em cartórios), pois era o único capaz de ler e escrever com facilidade. Esta pessoa, no entanto, não levou adiante a façanha e logo a articulação foi desfeita e todos desistiram de formar a Associação naquele setor.

O envolvimento desses indivíduos que conhecem as ferramentas básicas necessárias para abertura de uma Associação é de vital importância para o sucesso da organização. Em um grande número de casos, as pessoas que detêm este tipo de conhecimento na localidade, já

exercitam de certo prestígio e certa autoridade e são elas que vão se encarregar de formar a Associação e muitas vezes gerir arbitrariamente seu controle.

A multiplicação das Associações fez revelar as figuras de outro tipo de lideranças camponesas que não apareciam com muita frequência no cenário político da cidade. As Associações mobilizaram certos tipos de indivíduos que possuíam as ferramentas básicas de gestão da organização para cargos administrativos, o que lhes deu poder de lideranças efetivas. No entanto, a formação destas não se deu via Igreja Católica e, portanto, os conjuntos de interesses e atitudes políticas são diferenciados dos das lideranças formadas por esta instituição. Estas “novas” lideranças que atualmente afloram em diversidade, são normalmente atreladas aos poderes locais, pois através das alianças feitas com esses poderes, estes indivíduos possibilitam a plena garantia da realização dos seus interesses. As relações que são colocadas em prática entre estas lideranças e os representantes do poder local no município revelam toda sorte de clientelismo político e patronal, configurando um universo das relações de dominação tradicional, onde a submissão é uma característica que sobressai. Estas lideranças, portanto, são desprovidas das ideologias contestativas, elas não ativam as “identidades contrastivas” que é normalmente o fator de coesão dos grupos políticos.

O Pastor da Igreja Evangélica do município atualmente também é vereador. Ele começou a sua carreira política, como diretor da Associação Evangélica onde ainda até hoje continua exercendo o cargo. De modo que o pastor /vereador acumula cargos e funções importantes aumentando o seu poder político local.

Em muitos casos são os *políticos* que se encarregam de organizar a formação das Associações, pois os políticos vêem esta atividade como uma possibilidade para conseguir votos. A partir de que seu interesse seja alcançado, a Associação criada geralmente cai em desuso e vira mesmo uma fábrica falida de créditos. A qualidade da gestão desta Associação, bem como, a qualidade das articulações e reflexões políticas neste espaço se esvazia e perde sentido.

3.6. Fragmentação do movimento político camponês.

Atualmente 53% (18/34) das Associações do município são vinculadas a projetos de assentamento e 11 % (2/18) destas tinham sido contempladas com o crédito rural. Somente 8,8% do total das Associações atuais existiam antes do estabelecimento das instituições do Estado. São elas a CAPPRU, CACUXI e APRAX. O restante, 38,2%, são associações que

surgiram depois da vinda dos órgãos oficiais de governo, sem conexão com os projetos de assentamento, portanto, são Associações impulsionadas de maneira “autônomas” pelos agricultores rurais. Com base nas redes de apoio que as lideranças podem montar foi possível reconhecer dois tipos básicos de Associações: fechadas e abertas.

3.6.1 - Associações Fechadas e Abertas

“... Mas tem Associação que tem nome fechado, mas é aberto...”

(Joaquim), Colônia Linhares de Paiva out 2001)

Associações *mais antigas* são aquelas amparadas pela Igreja Católica, ligadas fortemente as agências que promovem o movimento social no Estado do Pará³⁶. As lideranças que tiveram a formação política dada pela Igreja no passado estão atuando nestas três Associações, CAPPRU, CACUXI e a APRAX. O número de sócios destas três Associações representa somente 12, 2% do total de 2.018 (dois mil e dezoito) associados no município. Nestas Associações as regras para aceitação de sócios são fixas e definidas por estatuto. As bases da atuação políticas são aquelas que são amparadas pelas leis instituídas.

O reconhecimento dos direitos imputados para os *trabalhadores rurais* é de extrema importância para estes grupos, bem como é imprescindível que haja o domínio rígido dos códigos e regras que regem estes direitos. As lideranças aqui sempre estão preocupadas em agir amparadas na lei.

“... hoje, por exemplo, o próprio presidente do Sindicato ele não se preocupa de tirar uma cópia do documento interno ou do estatuto pra ajudar a pessoa, por exemplo, pra estudar. Você cresceu você vai estudar. Você vai ficar sabendo o que que é as regras sindical. Tem mais, assim, essas pessoas que faz parte de movimento da Associação, as vezes sabem uma grande parte, não tudo. Eu pelo menos não conheço tanto o estatuto, mas eu sei o mais básico, a gente conhece pelo menos o básico da lei”
(Luiz (CTN) nov. 2001).

A admissão de novos sócios se dá somente através da comprovação do pertencimento do candidato a categoria dos trabalhadores rurais. O papel da identidade neste grupo é importante, pois é pelo reconhecimento das características do candidato a sócio que ele vai ser

identificado de acordo com o grupo que o aceita. Pessoas que não se enquadram nas especificidades requeridas pelo grupo não são aceitas.

Estas três Associações estão sempre agindo conjuntamente. A CAPPRO e a CACUXI são também cooperativas que tem base de atuação municipal, mas, contudo, executam regras severas para entrada dos sócios. O candidato a sócio deve participar de algumas reuniões antes de ser aceito no grupo, sua aceitação depende de uma assembléia geral que irá aprovar ou não a sua entrada.

A Aliança do Xingu tem base de atuação local, só aceitando sócios da localidade que se enquadrem no perfil que combine as características de *trabalhador rural, agricultor familiar, e pequeno e médio produtor*.

“Por exemplo, a nossa Associação mesmo, se o cara mora lá na cidade tem terra aqui, mas não mora aqui, ela não aceita. Tem que morar, tem que ter regime de economia familiar, e já essa Orivim não, o rapaz mora lá na cidade, é moto taxista e tem terra aqui, mas só que ele foi beneficiado”. (Joaquim (CLP), jun. 2000).

“Quando a pessoa já é... a gente já conhece ele na região, sabe que ele é um trabalhador rural mesmo e vive num regime de economia familiar, já pega o nome dele, aí faz uma assembléia, uma reunião, ou da diretoria, ou da assembléia geral pro nome dele ser aprovado, se for aprovado na assembléia ele entra se não...quando é uma pessoa que a gente conhece, sabe que é funcionário público, mora na cidade, ou mini-fazendeiro não entra..”. (Damião (CTN), nov. 2001).

Por tanto, o candidato a sócio tem que morar e trabalhar somente na localidade, sem nenhum vínculo com outras atividades que não sejam rurais. Ele também tem que trabalhar na terra em sistema de agricultor familiar e ainda tem que possuir uma situação de renda que o enquadre na categoria pequeno e médio agricultor. Assim estas Associações se coligam e revezam as lideranças.

“A nossa Associação, às vezes não gosta de entrar muita gente por causa de que... Porque a gente vai colocar, mas o primeiro passo, vai ter que conhecer o estatuto, vai ler sobre os regimes internos, se acha bom entrar ou não, porque na frente ele vai dizer que a gente enganou, mas a gente não vai deixar enganar. Qual o objetivo “de atuar em defesa dos trabalhadores rurais”...o desafio é “ questões sociais econômicas da organização, quer dizer dos associados, aí vão falar : o que é isso: vamos tratar da questão da saúde, a questão do crédito, um monte de coisa. Aí o

³⁶ Não é a intenção aqui exercer algum tipo de maniqueísmo, criando estes dois tipos de Associações, e nem de admitir que as relações sociais que os camponeses estabelecem com a Igreja são de cunho horizontal e desinteressadas (Ver PEIXOTO, 1992).

cara fica assim... aí ele vai participa da outra reunião. Lá na Evangélica e tudo só num dia. Essa aqui não ele entra só se realmente... Principalmente o FNO...”(Raimundo, nov 2001).

As Associações mais recentes tem sua base de apoio em figuras do poder local. Não executam regras fixas para captação de sócios. A priori, qualquer pessoa pode se tornar associado desde que pague a mensalidade requerida. São também Associações que aceitam sócios de sua localidade e de outras localidades do município, não importando o grau de distâncias entre elas. O caráter de abrangência das Associações é definido no próprio estatuto da mesma.

“... as outras Associações foi criada mais pelos políticos, então eles só fizeram copiar os estatutos... eles não tinham mais o preparo e não tinha aquela visão de luta, porque as idéia deles era ser beneficiado pelos projetos de FNO que tava saindo que tinha sido conseguido através das lutas, que deu um blá, blá, blá danado depois, porque todo mundo queria ser beneficiado nessa hora...” (Joaquim, nov 2001)”.

A maioria dos estatutos das Associações são idênticos uns aos outros, com raras exceções que são coincidentemente os estatutos das três Associações mais antigas, que procuram reproduzir a mesma estratégia que elaboraram no passado: associações de base local se comunicam com associação de base municipal, mas não competem entre si no que diz respeito à captação de sócio.

A plasticidade da atitude dos dirigentes das Associações recentes em relação à aceitação de sócio é um fato que facilita a grande adesão de indivíduos no quadro dessas Associações. Por outro lado, é um fator de risco muito grande para a própria viabilidade futura da mesma. Não existindo controles rígidos os associados não possuem deveres rígidos também. A qualquer momento podem se desligar do quadro de sócio, mesmo tendo já conseguido crédito, o que pode acarretar prejuízo aos outros sócios, pois no caso de não pagamento da dívida de um sócio é a Associação que se encarrega de quitar a dívida perante o Banco. Foram muitos casos relatados de indivíduos que tiveram acesso ao FNO e venderam seus lotes abandonaram o local e ficaram sem quitar suas dívidas.

Portanto, estas Associações expandem seu espaço de atuação além dos limites de sua localidade sede, tem seu sucesso aumentado e aderência massiva de agricultores. Além do que, são Associações em pleno poder de expansão e as notícias das suas conquistas em relação ao crédito são veiculadas rapidamente e isso é um fator de propaganda para as mesmas. Outro fator que facilita paradoxalmente a adesão de sócios é que os encontros e

reuniões feitas para tratar dos assuntos da Associação são realizados na cidade de São Felix do Xingu, e não nas localidades onde as Associações são registradas no papel. Desta maneira, o pertencimento ao local e identidades vinculadas com o espaço de moradia não são fatores importante para atração de sócios.

“Mas assim não fica ruim não todo mundo?.

Eu acho que a Associação tem uma dificuldade muito enorme de trabalhar assim... e até...Tem certos tipos de gente também que Associação não abre espaço pra ele, aí ele procura outra que abre” (Genuínio, julho 2000)

Tabela 5: Esquema das diferenças entre associações abertas e fechadas.

ESQUEMA das diferenças entre associações abertas e fechadas		
Lideranças Católicas	Ass. FECHADAS	Regras e identidades definidas e rígidas -
	Ass. De ação ABERTAS	Regras maleáveis e plasticidades nas
Novas Lideranças	Ass. De ação ABERTAS	identidades

As estratégias de manutenção e funcionamento, por exemplo, das Associações mais antigas entram em competição com as estratégias das Associações mais recentes.

As Associações mais antigas não trabalham diretamente com taxas capitais para adoção de sócios. Dos depoimentos que pude ouvir, a manutenção das despesas da Associação são feitas através da venda de produtos provenientes de uma lavoura coletiva de propriedade dos sócios. No entanto, existe a dificuldade neste caso de conseguir agregar os sócios para realizarem as atividades necessárias para o plantio, manutenção e colheita da roça comunitária.

Um exemplo da plasticidade das ações dessas Associações abertas é quando o próprio Secretário da Agricultura no município é tesoureiro de uma delas. É ele que controla as ações administrativas da mesma, o que de forma alguma seria admitido nas Associações com regras fixas já que este indivíduo nunca se enquadraria em nenhuma categoria legitimada pelo grupo. Algumas dessas Associações mais novas, também estão vinculadas a ações de grupos religiosos não católicos, e isso é mais um fator que fragmenta o campo político de representatividade dos agricultores.

A vinculação a um tipo específico de identidade não é requerida, isto é, o jogo de identidades neste caso é flexível, pois as regras aqui não são maleáveis, simulando o contexto e consenso das formas de atuação ilegal. Esta manobra flexível para captação de sócio entra também em competição com as estratégias das Associações que trabalham de forma fechada e perdem terreno e adeptos para seus projetos políticos.

P: “E qual é o interesse da Associação de ter qualquer pessoa pra sócio?”.

R: “Desse tipo de Associação? Eu não sei qual é o interesse, com certeza vem é prejudicar mesmo, mas eu não sei qual é o interesse. Acho que o interesse delas deve ser crescer o número de sócio, se estruturar melhor. A nossa é fechada pelo motivo seguinte: não é que ela é contra o sistema de desenvolvimento na área rural, só que ela visa beneficiar aquele povo mais necessitado, que tira a alimentação da terra com a própria força de trabalho, produtor que trabalha na terra, então esse que é o povo que a gente acha que deva ser beneficiado pela organização, como organização, porque esse povo que na hora do movimento que patrocina que leva alimentação, que vai pro movimento, que monta seu programa, que se reúne e realmente essa pessoa que mora lá na cidade. Se tiver uma assembléia pra discutir esses assuntos, dificilmente eles vão participar, se ele é funcionário, pior ainda que ele não vai participar porque o emprego dele vai impedir, então tem muito isso. Agora tem outras Associações que já acham que não, outro povo que não que acham que deve ser aberto pra beneficiar o desenvolvimento da zona rural. O desenvolvimento da zona rural é eu ter um lote aqui e poder ser beneficiado de todas as linha de crédito que eu tiver, que eu acho que prejudica porque as linha de benefício que vem quase todas são através de movimentos e se o povo ficar, não canalizar os benefícios pro povo que tá conseguindo desmobiliza bastante, por isso que é um problema grande pra você conseguir trabalhar o pessoal, se você trabalha com certas regras que ele tem que obedecer, tem outro aculé que já articula as regras de maneira diferente, é claro que a gente fica mais atrás porque ele (???)mas como organização não “(Luiz, julho, 2000.)

“... Nas eleições totalmente ilegal, nós baseado sempre em leis no estatuto levamos aquilo tudo direitinho, mas eles já levaram do outro lado de atropelo dele, aí eles conseguiram formar de qualquer forma, nas eleições ilegais eles ganharam...”(Damião, out 2001)

De um lado existem organizações que tem uma ação política que se dizem referendada e apoiada na lei, voltadas e presas à normalidade dos processos e rigidez das identidades, mas implementam ações contestativas a realidade. No entanto, não possuem poder social abrangente. De outro lado, organizações de atuações relacionadas com uma completa flexibilidade de norma de coesão de indivíduos, mas que tem um poder social de grande abrangência, no entanto, sem poder político contestativo direcionado para mudanças.

Os nomes das Associações traduzem um pouco desse universo fragmentado e móvel, onde, aí sim, as identidades são fatores que são usados de acordo com os interesses requeridos. *Produtores rurais, agricultores familiares, lavradores rurais* são identidades e categorias que imprimem em si o projeto de conexão e ancoragem que os segmentos sociais do campo estão tentando conseguir. Elas também traduzem justamente o querer fazer parte de uma realidade não conhecida, mas que propicia de alguma forma, pelo menos dentro de um imaginário coletivo, a melhoria das condições de vida as quais se encontram atualmente. Hoje em dia o termo *trabalhador rural* já não aparece em nenhum dos nomes oficiais das Associações e fica somente restrito aos relatos sobre o passado dos líderes que hoje já falam sobre agricultura familiar e produção.

A “subordinação” que os Estado imputa ao camponês, faz com que o discurso contestativo e opositivo do passado sejam substituídos no presente, tendo em vista a atingir certos níveis de interesse. Os camponeses querem a possibilidade de se conectar terminantemente à agricultura comercial e para isso invocam as identidades que lhe são imputadas por agências externas. O termo *agricultor familiar, produtor rural*, são invocados nos momentos de negociações econômicas, no intuito não mais de salientar o contraste do *nós* com *os outros*, no sentido de utilizar uma identidade inclusiva que tenha o poder apaziguador para fundar alianças momentâneas:

“O que a gente sentia antes era o seguinte. A gente sentia que a participação dos trabalhadores rurais, a gente sentia mais ativo na participação. Agora, hoje, a gente, por exemplo, a gente vê mais diferente. A gente vê que o desenvolvimento chegou através disso aí, o pessoal desenvolveu mais nas suas atividades, né? O município cresceu mais o comércio avançou mais, a tecnologia avançou mais também e em certo que os produtores eles ganharam em uma parte, mas na outra parte eles tão perdendo campo” (Edgar, julho 2000).

“O papel mais importante do desenvolvimento foi às concorrências, né? Mais importante é a questão do comércio, a questão do mercado, porque hoje, vamos supor, antigamente, a gente comprava só num determinado comércio. Porque? Porque o número de rede não acumulava mais comércio dentro do município, e daí criou mais comércio e tal e aí nós tamos concorrendo dentro de Tucumã, Ourilândia, pra lá, sendo que a diferença é muito grande” (Manoel, julho 2000)

O projeto de desenvolvimento nos molde da produção e modernização da agricultura municipal também foi acatado pelos poderes políticos locais que, com a fragilização do

movimento dos trabalhadores rurais, conseguiram assumir de forma mascarada a direção do sindicato via “controle” das “novas” lideranças.

Em 1997, justamente na época da efetivação do crédito no município e de outros benefícios para os Trabalhadores de São Felix do Xingú as lideranças da Igreja perderam o poder do sindicato que foi assumido por representantes do poder local que conseguiram dois mandatos consecutivos coordenando a organização, uma vez que, as conquistas conseguidas pelos dirigentes anteriores tinham sido relacionadas com a atual diretoria que efetivou a entrega das aposentadorias e dos créditos.

Em 2001, as queixas partidas das “antigas” lideranças sobre a falta de representatividade da categoria dos trabalhadores no sindicato eram muitas, pois o presidente em exercício do sindicato não seria dono de estabelecimento agrícola e nunca teria exercido a profissão. Ele próprio relata que assumiu o cargo a pedido de pessoas vinculadas a prefeitura da época que se interessavam em ter um bom administrador no órgão.

“Eles invadiram o sindicato assessorado pelos políticos, o grupo deles, a prefeitura liberou o advogado pra dar o acompanhamento, na época pra eles. Eles invadiram com a advogada na frente, mas eles falavam o quê? Na época o presidente da chapa deles. O candidato deles, ele não podia concorrer às eleições, mesmo ele sendo sócio, tudo, mas só que o estatuto tem determinadas regras que ele não podia, ele tava com a pendência, ele não tinha o tempo de sócio, ele não tinha. O estatuto corrigia ele e ele não podia de forma alguma concorrer. Na verdade ele não pertencia a categoria. Juntou um monte de coisa que impedia dele concorrer, mesmo com tudo isso o que cortava ele...” (Raimundo, nov 2001).

Os quatro anos que o Sindicato ficou sobre coordenação de um presidente que não fazia parte da categoria, as lideranças formadas pela Igreja Católica ficaram como em latência.

“Mas também nós resolvemos recuar na luta porque o risco tava grande”.

“Risco de quê?”

“Risco de vida. Porque do lado do Reinaldo tinha gente pra tudo. A gente conhece aqui e sabe que eles veve dessas coisas e tava do lado dele apoiando e ameaçando e aí nós recuou, porque viu que poderia perder vida” (Raimundo, out 2001).

Este período de perigo referido pelas lideranças coincide com a ausência dos padres estrangeiros que foram transferidos para outras paróquias. No ano de 2001 os padres voltam a atuar e as mobilizações em torno da disputa pela coordenação do Sindicato foram retomadas.

As lideranças opositoras tinham denunciado o fato de que o Sindicato não estava sendo gerido por um trabalhador da própria Federação de Trabalhadores Rurais que enviou um representante para fiscalizar a situação. Os ânimos estavam acirrados também porque a próxima eleição se aproximava e existia uma mobilização para formarem chapas para concorrer à diretoria do Sindicato.

Foram lançadas duas chapas. Uma composta por membros da coligação das associações CAPPRU- CACUXI e APRAX e outras formadas por membros de Associações dispersas, incluindo como candidato o próprio presidente não *trabalhador rural*.

Estas eleições foram marcadas por grandes disputas. O objetivo de ambos os grupos foi concorrer em chapa única, pois assim a vitória estaria garantida sem muito empenho na campanha para captação de votos. Desta forma, um grupo tentou impugnar a candidatura do outro, justificado pelas burocracias dos estatutos eleitorais. As manobras parecem infundadas, pois a chapa da oposição tentou impugnar a candidatura da chapa da atual diretoria, pelo atraso de dez minutos na entrega dos nomes dos candidatos à comissão eleitoral. Não se chegou a um consenso sobre a ilegalidade do ato da inscrição da chapa da diretoria, o assunto foi posto em polêmica e a Federação dos Trabalhadores Rurais foi conclamada para resolver o assunto. Se faria as eleições com uma chapa única? Ou se faria as eleições com as duas chapas?

Foi reeleita uma nova comissão eleitoral no âmbito da assembléia do dia, que pediria a impugnação da candidatura da chapa da diretoria. O documento redigido por esta comissão tem o seguinte texto.

À Comissão Eleitoral do STR de São Felix do Xingu.

Eu Nelson Rodrigues suplente de delegado do STR da Vila Tancredo Neves, venho por meio deste requerer o indeferimento do registro da chapa 2 pelos motivos a seguir exposto.

Nas eleições passadas na qual fui eleito secretário da comissão eleitoral, tive a oportunidade de presenciar uma coisa inédita no movimento sindical, um contador com CRC e tudo devidamente inscrito no conselho federal de contabilidade se tornou presidente do sindicato dos trabalhadores rurais, mesmo depois de comprovarmos na justiça comum. Tal fato corre risco de acontecer novamente e com maior agravante.

O membro da chapa 2, Benedito Pereira, candidato a vice na chapa passou seu mandato como presidente sem a devida prestação de contas durante os três anos de sua administração juntamente com Sérgio de Carvalho tesoureiro da atual diretoria e candidato à reeleição ao mesmo cargo na chapa 2 que incorre no mesma transgressão.

O Pedido de inscrição da chapa 02 foi feito após o prazo legal determinado pela assembleia do dia 20 de setembro, e recurso indeferido na mesma assembleia do dia 21 de setembro de 2001. Nestes termos pede e aguarda deferimento.

Um representante específico da federação foi a São Felix do Xingú e fora feito uma reunião no dia 30 de outubro de 2001, para expressar as opiniões sobre o caso. A reunião foi tensa e todos os lados tiveram direito de se manifestar. Houve um fato que gerou polêmica e tensão antes da reunião. O representante da FETAGRI que deveria logo ao chegar, entrar em contato com os membros da comissão eleitoral, fora recepcionado pelo presidente do Sindicato, membro da chapa 2, que o levara para sua residência. Os membros da comissão eleitoral ficaram indignados com tal fato, pois seria indício de uma possibilidade de convencimento do representante para se posicionar a favor da candidatura da chapa 2.

Seguiu-se a reunião e as devidas explicações e desculpas do representante da FETAGRI sobre o fato ocorrido foram dadas. Depois de uma longa discussão sobre os trâmites burocráticos do processo, o representante diagnosticou uma série de irregularidades no processo eleitoral. Diga-se que as averiguações eram todas de cunho burocrático e normativo, as bases da interpretação do caso pelo representante, eram pautadas pelo conhecimento que o mesmo tinha das normas eleitorais implementadas pela federação. Ao fim homologou-se a eleição que dera origem a polêmica e que deveria acontecer no dia seguinte. Marcou-se a data da eleição para uma comissão provisória de direção do sindicato que administraria por três meses apenas e depois desses três meses as eleições definitivas deveriam ocorrer.

Esse processo deixa transparecer o conflito disposto pela fragmentação do espaço político de atuação dos camponeses. De um lado, o aparecimento de novas lideranças conectadas com os interesses do poder local, já que o controle do sindicato significa também, a possibilidade de mediar os processos de aposentadoria rural e mesmo os processos de crédito rural que beneficiam indiretamente este poder. De outro lado, os indivíduos que fazem parte da prefeitura e que não são enquadrados como membros da categoria de *trabalhadores rurais* e que supostamente podem ter acesso ilegal ao crédito. Na época o próprio Secretário da Agricultura do município era beneficiário do FNO, bem como outros funcionários do órgão.

O controle das ações de aposentadoria rural, mediado pelos membros do Sindicato dá um tipo de prestígio para essas lideranças, fundamental no momento das eleições municipais, já que podem relacionar o fato a seus nomes e assim conseguir votos para suas candidaturas ou para candidaturas dos seus comparsas. De modo que o espaço do Sindicato, que seria um

espaço para que os *trabalhadores rurais* pudessem se organizar de forma a contestar seus direitos violados, é também, manipulado por pessoas que de alguma forma mantêm aliança com os membros do poder local, que como vimos, são agentes que controlam o tráfego da economia do município.

Não pude acompanhar o desfecho das eleições, mas provavelmente a chapa de oposição ganhara as eleições, pois recentemente uma notícia do jornal “O LIBERAL” publicada no dia 4 abril de 2002 apresenta seguinte título de matéria: **“Entidades denunciam despejo em São Felix e reclamam providências”** segue uma parte do texto:

“O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Felix do Xingu, a Federação dos Trabalhadores da Agricultura (FETAGRI) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT de Tucumã e Xingara.) divulgaram ontem uma nota onde se posicionam sobre o despejo de trabalhadores rurais que causou a ocupação, pelo menos, da Câmara de SFX, sudoeste do Estado. A nota pede uma série de providências contra o ato, classificado como “ação política” pelas entidades”.

Este tipo de união de entidades só seria possível em São Felix do Xingú caso o Sindicato tivesse sido assumido pela chapa gerida pela Aliança das Associações. Este tipo de mobilização também denota que o movimento social na cidade está, de novo, sendo acionado com a volta da atuação efetiva da Igreja Católica no município. A conquista do sindicato por pessoas engajadas neste movimento social dá a oportunidade para que estes atores ampliem as ferramentas institucionais para fazer pressão junto as Agências do Estado e junto a sociedade civil, legitimando suas ações.

3.6.1 - Novos espaços de atuação: Conselhos Municipais e Comunidade Ativa

Atualmente existe uma proposta do governo federal de descentralização do poder municipal, para isso foi criada uma série de diretrizes que vão de encontro a esta proposta. Entre elas as que mais se destacam em São Felix do Xingú são a ação dos Conselhos Municipais e o programa Comunidade Ativa. Cada um desses programas exige a participação de entidades que representem as diversas categorias sociais envolvidas nas questões de educação, saúde, agricultura etc. Os conselhos são espaço onde a população, representada por suas entidades, tem o direito de opinar nas resoluções a serem tomadas pela administração

municipal. As entidades são eleitas com votação direta dos delegados que fazem parte de cada área administrativa. As Associações entram no palco da disputa para participar do conselho. Os membros das Associações também são ligados a partidos políticos o que implementa o conflito, já que existem partidos que não são expressivos porque não conseguem um índice de votação considerável na região.

O PT (Partido dos Trabalhadores) é um partido de oposição e uma gama considerável de lideranças ligadas a Igreja Católica é filiada a ele. De forma que, existe uma ligação forte entre diretores de Associação, diretores de sindicato e partidos políticos.

Os Conselhos acabam sendo espaços de oportunidade para que os representantes dos partidos, que não estão no poder, se expressem e possam valer suas propostas para o município. Geralmente diversas entidades são eleitas para fazer parte dos conselhos. Pude participar da III Conferência Municipal de Saúde de SFX onde houve a eleição de entidades que participariam do Conselho Municipal de Saúde. Diversos diretores das Associações estavam presentes, principalmente as lideranças de oposição. Houve a inscrição dos candidatos a membros do Conselho. Dentre eles estavam diversas associações do município:

- Associação dos Moradores do Bairro da Cidade Velha (Associação Urbana)
- Associação das Mulheres da Sudoeste
- Associação dos Moradores da Tancredo Neves
- Associação Evangélica
- Organização dos Lavradores da Tancredo Neves
- CACUXI
- CAPPRU
- APRAX
- Igreja Católica
- Pastoral da Criança

Depois de uma pequena mobilização por parte das lideranças de oposição que tentavam convencer os delegados a votarem em suas entidades a eleição fora feita e as entidades eleitas foram:

- CACUXI
- CAPPRU
- Igreja Católica

- Pastoral da Criança
- Associação dos Moradores do Bairro da Cidade Nova
- Associação do Bairro União.

Estas entidades deverão ter o direito de participar e opinar das decisões e programas a serem efetivados pela Secretaria Municipal de Saúde.

No Conselho de Agricultura as entidades eleitas foram:

- INCRA
- EMATER
- Secretaria de Agricultura
- Associação Evangélica³⁷
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais
- CAPPRU
- CACUXI

Os conselhos municipais são também espaços de embates políticos, onde os representantes dos camponeses tentam fazer com que seus interesses sejam atingidos. A Associação, desta forma, é a ferramenta organizativa que conseguem manipular para legitimar suas ações frente aos poderes locais.

3.8. Agricultura ou pecuária familiar?

“Muita gente conhece aqui, faz um pastozinho. Eu mesmo conheço tantas pessoas que tem um pastozinho e tá com pasto perdendo, aí não tem condições nem de cercar, nem de comprar uma muda pra colocar no pasto e através da associação você tem condições de fazer muita coisa” (morador da Tancredo Neves, julho 2000)

O projeto de uma agricultura conectada e competitiva para o mercado é, ao fim, um discurso proferido por todos, mas nem sempre praticado. São Felix do Xingú é um município

³⁷ O presidente desta associação é presidente da Câmara dos Vereadores e ainda faz parte do conselho da Agricultura, fato este que estaria sendo contestado pelas duas associações de agricultores eleitas para o Conselho, já que ilegal acumular cargos.

onde pecuária é a atividade que domina os processos produtivos e econômicos da região e a agricultura, desta forma, é incipiente quando comparada à produtividade da pecuária³⁸.

No “Levantamento das potencialidades vocações e vantagens comparativas do Município de São Felix do Xingu” realizado pelo SEBRAE (1999), pode-se ler:

“a agricultura no município é insipiente. As culturas de arroz, milho mandioca, feijão e milho são pouco exploradas pelas comunidades rurais, apesar da boa fertilidade do solo. A secretaria de agricultura e outros órgãos do sistema fundiário e agrário, coordenada junto aos trabalhadores rurais o direcionamento do plantio de culturas que permitiam criar uma base econômica sustentável na propriedade, possibilitando a médio prazo, a implantação de unidades produtivas/pequenas agroindústrias, agregando valores e conseqüentemente permitindo uma melhoria na vida do trabalhador rural.

No entanto este processo parece distante na voz dos *agricultores familiares*. Em um discurso conflituoso proferido pelos líderes de Associações de agricultores, a pecuária sempre aparece como atividade de destaque frente aos projetos para o futuro. Em todas as conversas informais que pude manter ao longo de minha estadia, a agricultura não é atividade que impera na vida e nem neste projeto de futuro. Hoje em dia, a paisagem da região é composta de grandes imensidões de pastos que vão cada dia aumentando.

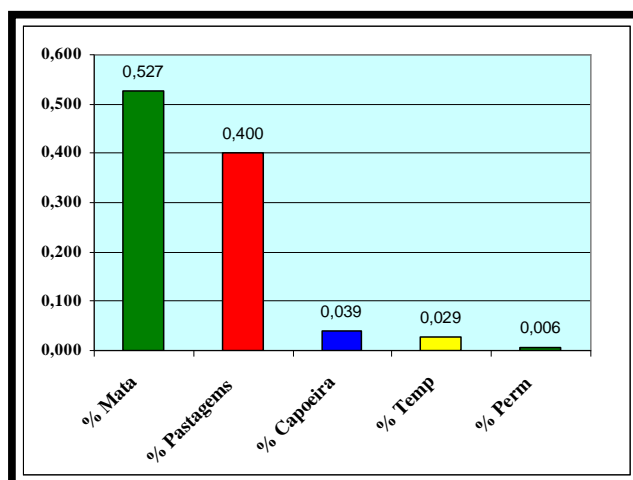
“Nós nunca entrou na associação porque a gente não tem pasto suficiente. Nós não tá avechado para abrir a terra e ficar só pasto. Nós não tá tendo 20 alqueire. O gado não dá pra sobreviver a famílias grande”
(Morador da Colônia Linhares de Paiva, out 2001)

As áreas destinadas para agricultura vão aos poucos cedendo espaço para o plantio de pastagem. Analisando os dados de 300 associados que receberam o crédito no ano de 1998, 40% dos 8.613 hectares de área total são de pastagem, 52% são ainda áreas de florestas 3.9% são áreas de vegetação secundária e 3.5% são áreas de agricultura (permanente e temporária) (Gráfico 3).

Os espaços ocupados pela pecuária vão se alastrando e é bem significativa a transformação dos espaços viáveis para agricultura em espaços de pastagens.

Gráfico 4: Uso das área das propriedades de Associados

³⁸ O município possui uma das mais largas faixas de *terra roxa* do Estado do Pará. As *terras roxas* são terras de alta fertilidade o que influi na produtividade dos solos.



Dados: Prefeitura Municipal de São Felix do Xingu.

O próprio gerente do BASA, ao se manifestar numa reunião para todas as Associações interessadas em conseguir o crédito rural em outubro de 2000, comunicou de maneira bem elegante que o banco não possuía mais o interesse em investir na agricultura do município. Nesta reunião este funcionário falou que o Banco era uma entidade de fins lucrativos e que só investiria em projetos que dessem lucros para a empresa. De nada adiantaria os agricultores fazerem projetos virtuais e fictícios de lavouras de cacau se a comercialização lucrativa se tornaria inviável, já que a dificuldade de transporte na região impediria que eles competissem no mercado do cacau a um preço que realmente justificasse os investimento do banco. Provavelmente, o máximo que se faria acontecer era que os atravessadores, que sempre pagam preços menores do que o mercado, viriam a São Felix do Xingú, e *comprariam o cacau dos agricultores a preço de banana*. De forma que o discurso deste funcionário comunicou que o banco é uma empresa capitalista e está interessa em lucros, pois é dos lucros e juros que sobrevive.

As empresas capitalistas estão interessadas em lucros e as potencialidades econômicas “legais” de São Felix do Xingú são pautadas na exploração do rebanho bovino. Por mais que se queira fazer agricultura, os interesses do capital nesta região não são coniventes com este projeto. Por mais que estas empresas capitalistas se digam interessadas num tipo de desenvolvimento sustentável, seus discursos no âmbito local se contradizem com seus discursos globais para a sociedade abrangente, que servem como uma fachada de marketing. Desta forma a *agricultura familiar* passa a ser um projeto enfraquecido, difuso e mascarado sendo que são poucas pessoas neste contexto que hoje em dia acreditam e lutam por ele.

“O banco só quer fazer negócio de Associação não quer fazer particular, mas associação só quer fazer para boi e quando muito cacau, a

gente podia mudar. Eles só quer aquilo. Atividade do governo eles só quer aquilo. O pessoal do banco não quer sair nem de dentro do banco, tem medo de formigão...”.(Ary, Linhares de Paiva, nov 2001).

CAPÍTULO 4

ASSOCIAÇÕES NA LOCALIDADE



4

4.1 - Terra titulada: Colônia Linhares de Paiva

A Colônia Linhares de Paiva fica situada ao lado oeste da cidade de São Felix do Xingu. Sua efetiva ocupação em 1982 aconteceu nas vésperas das eleições municipais quando foram distribuídos 200 títulos definitivos da área. As famílias iam chegando em pequenos barcos e iam adentrando a floresta densa pelas margens no rio Xingu, pois na época não existia a estrada principal que dá acesso ao pequeno porto onde atracam as balsas. Os lotes foram uniformizados em 20 hectares a partir da beira do rio. A maioria das famílias que se encontram instaladas hoje em dia na Colônia não faz parte da primeira ocupação oficial, sendo que estas já tiveram acesso direto à área através da compra de títulos definitivos, e nas áreas não tituladas compra do direito de moradia.

A Colônia se divide em vários setores que são demarcados pelos limites dos três igarapés que a cortam e vão desembocar no rio Xingu. Logo que se chega pela estrada principal existe uma estrada que se bifurca e dá acesso para a direita ao setor Santa Rosa e a esquerda para os setores Remancinho, Xadazinho e Marcelino respectivamente, sendo que o último setor não faz, ainda, parte oficial da Colônia Linhares de Paiva. O setor Remancinho é o setor que tem mais proximidade com o porto e conseqüentemente com a cidade.

As adjacências dos lotes de demarcação oficial, já se instalaram diversas propriedades que deram um novo formato ao desenho do projeto oficial da Colônia (Ver mapa 2). A área é recortada por serras que configuram uma geometria elevada aos terrenos. O Porto Nazaré é o lugar onde geralmente os ônibus e carros esperam a travessia. À medida que as propriedades a beira da estrada se distanciam do acesso a cidade, os lotes vão aumentando sua área. Nas imediações dos dois pequenos comércios que se encontram no porto, podemos ver várias propriedades de tamanho limitado não mais obedecendo ao corte inicial proposto pelo ITERPA. Atualmente a configuração dos lotes mudou bastante em comparação ao projeto inicial da Colônia, não existe mais uma uniformidade de tamanhos de lotes, pois algumas famílias venderam pedaços de terra referentes a sua propriedade inicial ou mesmo partiram-nas em herança.

O espaço que se situa entre o Porto Nazaré, até pelo menos 30 quilômetros adentrando a estrada, já está praticamente todo ocupado por grandes fazendas (ver mapa). Talvez seja por

isso que num raio de pelo menos 35 quilômetros de estrada não exista a formação de nenhum povoado ou vila. As poucas famílias que se encontram neste setor estão situadas no meio das grandes fazendas, praticamente fazem parte de apenas uma parentela.

Somente a partir do setor Xadazinho é que podemos ter acesso ao único e pequeno aglomerado de casas denominado de Vila do Xadazinho. Neste setor existem propriedades de famílias que ficam contíguas umas as outras, em meio as crescentes áreas de fazendas.

É comum que os fazendeiros, ou mesmo camponeses que estão expandindo seus rebanhos compreem áreas de camponeses com menos rebanho, até a completa venda da propriedade, o que transfere os vendedores para áreas mais longínquas da estrada, ou se instalam momentaneamente na cidade a espera de novas oportunidades de conseguir terra. De modo que as pastagens vão tomando conta da área e se expandem até mesmo nas áreas de serras que são freqüentes.

Não existe a formação de um povoado realmente coeso nos setores da colônia, pois não existe um núcleo de aglutinação de famílias e um espaço coletivo efetivo. As reuniões e atividades lúdicas são bastante raras. As atividades sociais coletivas se restringem aos jogos de futebol e aos cultos da Igreja Evangélica, onde somente um pequeno grupo de pessoas participa, já que grande parte das famílias da redondeza é católica.

A autoridade e o poder estão fragmentados no seio dos grupos familiares alojados na área. O movimento político em prol de interesses e recursos para o coletivo se restringe ao cenário da Associação e aos espaços da cidade, que é de domínio masculino.

É comum que grupos familiares, provenientes da mesma região de origem se encontrem fragmentados em propriedades afastadas umas das outras. Nem sempre a parentela que ia migrando da região de origem para a Colônia podia ficar com as propriedades adjacentes aos dos grupos familiares que já estavam estabelecidos, já que a procura de terra é sempre intensa na área. É de regra que cada família nuclear ainda em formação, possua seu próprio estabelecimento agrícola.

As distâncias entre as residências são bastante consideráveis e as visitas se fazem esporadicamente, pois além de que nem todas as pessoas serem realmente conhecidas, a fragmentação no espaço das famílias que se conhecem prejudica a locomoção das pessoas, que estão sempre ocupadas nos afazeres de seu sistema produtivo. No inverno a situação é agravada, já que esta locomoção é dificultada pelo acúmulo de lama feito nos espaços de passagem que geralmente são zonas de pasto. A coalizão entre as famílias extra parentela dessa área é pequena, os vínculos sociais são fracos, pois a deslocamento de famílias em contínuo trânsito na área é bastante considerável, desta maneira nem todos são conhecidos

intimamente. Mesmo as famílias com vínculos de parentesco e aliança quase não se visitam, pois a intensidade do ritmo de trabalho é grande pela multiatividade econômica que implementam dentro da área.

As intrigas entre famílias, aparentemente, são freqüentes e existe um clima de jocosidade que se percebe quando as pessoas comentam sobre as *fofocas* que sempre circulam e são sempre motivos das desavenças. As fofocas são certos tipos de comentários maldosos que se pode fazer sobre a vida de alguma pessoa. É interessante notar que a pessoa alvo da fofoca nunca sabe precisar direito quem fez a fofoca e sempre se sente injustiçada pelos boatos que acabam por denegrir sua honra perante as outras pessoas. Em uma zona de fronteira estabilizada, a qualidade da fofoca, por exemplo é diferenciada, pois ela não é motivo de desavença entre famílias e clima tenso em toda a “comunidade” (KAHWAGE, 1998).

Além das atividades agrícolas que vão perdendo sua importância central dentro do sistema produtivo, tem-se uma vasta gama de atividades peculiares e possíveis apenas neste tipo de ecossistema, que complementam a economia doméstica.

As empreitas, extração e coleta de produtos florestais (madeira, folhas, frutos), aluguel de pastos, sistema de meeira e outros são algumas das atividades, além da venda da terra que contribuem para garantir a sobrevivência das pessoas na área.

Por outro lado, os vários tipos de operações econômicas que constroem uma nova série de relações sociais e culturais dão margem para os atritos entre as vizinhas. O conflito é um componente sempre presente e importante nos processos que perpassam a vida social como um todo, pois a sociedade que se instala aí.

4.2. A Vila Xadazinho.

Na ocasião da ocupação e demarcação das terras da Colônia, um morador³⁹ se preocupou em demarcar um lote público para que fosse usado no futuro como povoado. A área foi medida em 20 alqueires e se tornou a atual Vila Xadazinho. Na ocasião, o trânsito de pessoas pelo local era maior. A vila foi o ponto de residência de famílias que estavam empenhadas em fazer extração e coleta da folha do Jaborandi. O estoque de árvores foi se acabando e o movimento de famílias que faziam esta atividade também. A vila passou a ser mais ou menos um ponto morto, dizia a professora da escola: *na época tinha uma vilinha cheia de gente. Acabou a folha, todo mundo foi embora!*

Na vila existem dez moradias familiares, sendo oito delas ocupadas por famílias que estão transitando no local a procura de um estabelecimento para sua fixação. Os chefes de família, geralmente conseguem trabalhos temporários na Colônia e conseguem garantir a sobrevivência da família.

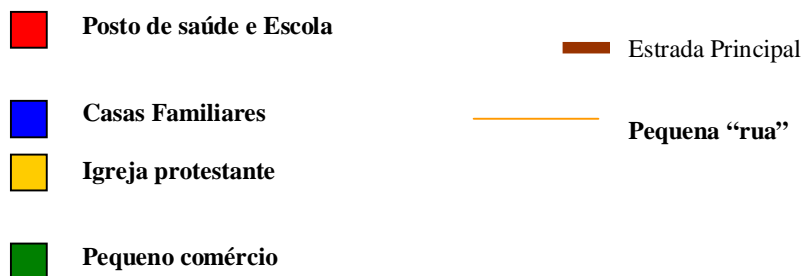
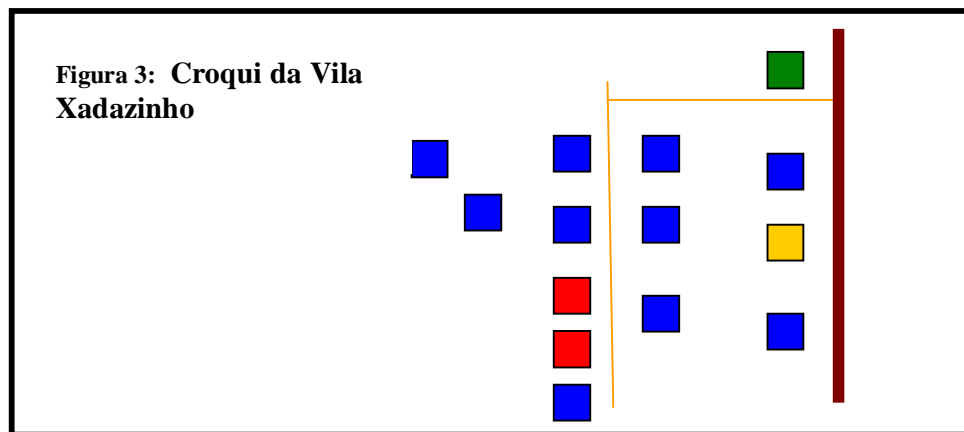
O casal Girlene e Zenilton, estava estabelecido na vila, tinham seis filhos pequenos e eram nascidos no estado do Maranhão. Vieram recentemente procedentes da região de Marabá. Seu Zenilton tinha arrumado trabalho temporário na Colônia na propriedade de um pecuarista. Resolveram migrar, pois o pai de Girlene tinha vindo se estabelecer em São Felix do Xingú, a procura das áreas dos assentamentos, no entanto sua propriedade era pequena, somente 10 alqueires e outros irmãos já haviam vindo também e estavam mantendo residência com o pai. Em Marabá o casal estava morando na casa do sogro, que também não possuía terra suficiente para partilha de herança. Estavam na vila esperando as oportunidades da vida, como falaram. Queriam tentar conseguir se estabelecer definitivamente nas terras dos assentamentos, mas para seu desfavor, a família inteira não tinha documento e por isso era impossível seu cadastramento nas agências do INCRA. A esperança era tentar conseguir dinheiro através dos trabalhos de empreitas que seu Zenilton fazia para obterem os documentos

Hoje em dia a vila só faz jus ao seu nome, pois lá estão situados, a pequena escola de ensino fundamental - onde estudam 21 (vinte e uma) crianças advindas de todo os setor Xadazinho e o posto de saúde. As casas são bem próximas umas das outras e, são todas de barro ou de madeira. São poucas as árvores que fazem sombra neste espaço, bem como são

³⁹ Este morador se chama Daniel e não mora mais na Colônia. Está vivendo agora numa área mais longínqua de assentamento: "Campo Verde".

poucas as árvores frutíferas também. A moradia do pastor da Igreja Evangélica “Deus é amor” fica logo ao lado do templo. O pastor faz seu culto aos domingos, mas no resto da semana cuida de sua propriedade que fica a dois quilômetros da vila.

A vila é um espaço de trânsito para estas famílias, que à medida que vêm a possibilidade de conseguir terra em outro lugar, se mudam e abandonam a simples e provisória moradia que construíram. Os trabalhos de empreita são comuns e constantes em certa época do ano, principalmente porque a área tem uma característica marcante que influencia todo o contorno das relações sociais na localidade. A fato de possuir a abundância de terra de trabalho e a escassez de mão-de-obra útil.



4.3. Terrenos políticos: ligações da localidade com a cidade.

É constante o movimento das pessoas da Colônia para a cidade de São Felix do Xingú. Os setores mais aproximados do Porto Nazaré são os que guardam um fluxo de pessoas mais intenso, quase diário, de movimentação pela proximidade que tem com a cidade. As pessoas que moram por aí mantêm relações periódicas com setores da cidade, crianças que estudam, andam alguns quilômetros de bicicleta ou a cavalo e atravessam diariamente o rio Xingu; famílias que vão também freqüentemente vender seus produtos de hortaliças e legumes nas feiras da cidade. De forma, que neste ir e vir de pessoas sempre existe o tráfego de mercadorias e produtos.

Nos setores mais afastados o fluxo de pessoas não é tão intenso, pois existe a dependência do ônibus de linha que circula apenas algumas vezes por semana. As mercadorias da cidade são trazidas neste ônibus muito velhos, onde é cobrada a passagem por cada passageiro. Quanto mais longe o destino do passageiro, maior é a quantia relativa ao valor da passagem. Além disso, os passageiros pagam por cada volume que carregam consigo.

É muito comum que pelo trajeto de ida pela estrada, pessoas sempre peçam favores para alguém comprar mercadorias na cidade, ou mesmo para veicular algum recado para pessoas que habitam o centro urbano, de maneira que o ônibus é sempre veículo de comunicação e é também o único meio preciso de escoamento da produção de que dispõem os moradores da Colônia. Por ocasião das chuvas de inverno, a comunicação fica mais escassa, já que as estradas de piçarra ficam intrafegáveis e os ônibus param de circular, fato que paralisa definitivamente as atividades comerciais, e vive-se em isolamento.

A conexão com a cidade se torna imprescindível, tanto porque se torna necessário trazer mercadorias para abastecer as moradias, quanto pela necessidade de atendimento em serviços de saúde, realização de transações comerciais, recebimentos de aposentadorias etc.

A cidade se torna um lugar de encontros e comunicações, espaço de relacionamentos entre os da localidade, já que as distâncias entre as moradias são consideráveis. É difícil as pessoas se visitarem constantemente. Aos sábados a feira da cidade é movimentada, e é bem comum que se encontre vários moradores dos setores da Colônia por lá, tentando vender seus produtos, ou mesmo, conversando com seus conhecidos em reunião. É neste espaço que acontecem normalmente as conversas e articulações entre os homens que tratam de atualizar os assuntos corriqueiros do cotidiano de trabalho na localidade, bem como, articulam as redes

de serviço. Depois da feira os que têm parentes ou moradia na cidade de São Felix do Xingú podem ficar para continuar o fim de semana ou partem nos ônibus lotados.

Os comportamentos e posturas neste espaço são diferenciados dos do espaço local, assim como o tipo de diálogo mantido aí se diferencia do diálogo no dia-a-dia. O que opera neste espaço é um tipo de inversão da ordem identitária das pessoas da localidade, que passam a usar indumentárias e comportamentos diferenciados. Ao fazerem a viagem para cidade de São Felix do Xingú, estes vestem roupas que normalmente usam em casa, chinelos e não sapatos, o que se torna compreensível, uma vez que pela manhã normalmente os caminhos por onde passam até chegar à estrada principal para pegar o ônibus, são todos cheios de lama e de fezes dos gados. Ao chegarem à cidade, normalmente trocam todo vestuário, utilizando-se de roupas diferentes. As mulheres calçam, às vezes, sapatos altos, calça compridas jeans, colocam batons. Os homens usam botinas e camisas de botão, as crianças são cuidadosamente vestidas e calçadas, o que não acontece no espaço abrangente das moradias.

Existe um tipo de estigma que tentam esconder por não serem da cidade e as roupas mascaram sua condição e os põem dentro do eixo de comportamento exigido ou compreendido para os que vivem na cidade⁴⁰. A troca de “ornamento”, que é normalmente feita pelas pessoas quando passam do espaço rural para cidade, denota a expressão do desejo ou necessidade de mudança das formas de identificação sociais neste espaço.

O ser do *interior* é um tipo de referência estigmatizada pelos da cidade, como muitas vezes expressaram alguns informantes. Quando passam de um espaço social a outro eles tentam se ajustar a situação, já que nenhum estigma é vantajoso. De outra forma, há um campo contrário de inversão de estigma quando passam de volta para seu meio cotidiano. Quem não se veste e comporta condizente ao espaço da cidade pode ser mal visto perante o poder social local. Quem tenta se comportar na localidade como se estivesse na cidade pode cair no julgo social e se dirigir ao palco dos conflitos que são expressos pelas constantes ondas de *fofoca*.

A cidade se torna campo de uma forma de atuação política diferenciada das atuações do cotidiano na localidade. É na cidade que estão às instituições oficiais e uma ordem moral diferenciada é ativada. É na cidade que os homens normalmente se reúnem para tratar dos

⁴⁰ CARDOSO DE OLIVEIRA (1983) se refere aos diferentes tipos de ornamentos usados para diferenciar hierarquicamente os clãs numa tribo de índios boro, os ornamentos neste caso “constituem a fortuna do clã, sua propriedade sagrada....são emblemas nominais dotados da mesma capacidade de diferenciar, classificar e de hierarquizar que os nomes próprios...constituem assim uma forma de “segunda pele” pela qual o indivíduo manifesta sua identidade original mais específica aos outros e, o que é mais importante a si própria...os ornamentos criam um meio para-lingüístico para cada Bororo fazer ver ou exibir sua participação a uma espécie social, um clã, uma sub-clã e um grupo de nomes...são operadores iconográficos pelos quais a identidade pode ser fisicamente expressa, mudada e transformada nas transações sociais” (pg:115)

assuntos de suas propriedades e transações de cunho oficial. O vestuário diferenciado é requerido também, já que é lá que vão trafegar dentro das agências públicas que oferecem a possibilidade de recursos.

Normalmente não existem reuniões oficiais das Associações dentro da localidade, mas a cidade se torna palco dos diálogos sobre os assuntos referentes a crédito e uma gama de informações conectadas a isto. É comum que existam diálogos articuladores no ponto de espera do ônibus, que normalmente se atrasa para retornar a Colônia. É lá, também, que os assuntos se atualizam e são repassados para posteriores encontros.

Para BALANDIER (1969), o campo político se apreende em primeiro lugar como um sistema de organização que opera no quadro de um território delimitado de uma unidade política ou espaço que suporta uma comunidade política. Weber caracteriza a atividade política pelo fato de se desenvolver no interior de um território de fronteiras precisas. Ele instaura assim uma nítida separação entre o “interior” e o “exterior” que orientam de maneira significativa os comportamentos.

Existe desta forma a formação de campos políticos diferenciados nestes dois espaços de atuação. A forma da expressão política em cada espaço é diferenciada. A cidade é o espaço da ação política propriamente dita, onde os embates e conflitos são armados e onde os grupos políticos camponeses se movimentam com frequência. São bem constantes os deslocamentos dos diretores da Associação para a cidade. Eles são as figuras que fazem as ligações mais frequentes com a cidade, pois são eles que dominam a gramática necessária para os relacionamentos políticos neste espaço.

É na cidade que se pode tecer uma relação mais próxima com os centros do poder. As instituições oficiais estão situadas neste terreno, bem como os atores que as fazem dinâmicas. Talvez seja por isso que a postura um tanto ornamental quanto comportamental dos habitantes da localidade neste espaço, seja diferenciada, porque o “drama” a ser encenado aí é diferenciado.

A localidade é o espaço onde acontece a gestão política centrada no prestígio e na autoridade carismática. É neste espaço que a sociedade legitima as figuras que vão tratar de gerirem e coordenarem a ação política propriamente dita. Na localidade, as regras burocráticas oficiais direcionadas aos indivíduos são pouco numerosas. O parentesco e aliança são elementos que regem as relações de poder. No espaço da cidade, ao contrário do da localidade, as normas que regem as relações são específicas e não muito difusas.

É na cidade que se pode conseguir acesso a toda ordem de recursos que são sempre escassos para aqueles que vivem na localidade. Esta constante escassez dos recursos, bem

como o próprio cenário de adversidade e ilegalidades em São Felix do Xingu, engendra constantemente a necessidade da criação e coordenação de ação política neste espaço.

A localidade se transforma em espaço de movimento político de contestação em momentos extraordinários. Em outubro de 2001, a estrada principal estava em precárias condições de tráfego e as lideranças ameaçavam mobilizar os moradores da Colônia para trânsito de veículos no local, a fim de configurar uma manifestação para chamar atenção dos administradores do município. Na maioria das vezes o movimento político contestativo dos moradores da Colônia foi feito no espaço da cidade, por conta de reivindicarem a construção da atual estrada principal que a corta. Por esta ocasião, contam, que grande quantidade de moradores da Colônia participarão do ato após a convocação das lideranças das Associações que agem no local.

Já foram feitas também inúmeras mobilizações dos camponeses na cidade de São Felix do Xingú. A dinâmica do movimento social local é bastante contestativa, principalmente em relação pressões sobre a administração da prefeitura atual, que vigora já há dois mandatos eleitorais.

A história dos movimentos conta com invasões a prefeituras, *Gritos Municipais*, greve de fome e até mesmo a destruição do prédio principal da administração, por um incêndio provocado pelos próprios agricultores. Por trás desta história de contestação, estão figuras (lideranças políticas) essenciais para subsidiar o desenrolar dos acontecimentos.

As Associações constituem um tipo de palco atual de atuação dessas figuras, uma vez que o domínio desta ferramenta de poder, que se caracteriza por ser uma organização oficial, legítima e dá força as figuras políticas camponesas, perante o espaço de atuação política na cidade. É através da constante tentativa de domínio dos cargos das Associações que os atores que fazem o movimento social da região, podem referendar sua atuação política e expandir suas linhas de ação.

4.4. Aliança do Xingú e Caixa Agrícola: uma aliança de parentes e sócios

Em 1986 começou a chegar à Colônia uma extensa rede de parentela provinda de Mato-Grosso – região de Barra das Garças. Estas famílias tiveram influência na formação da colônia, bem como na organização política dos grupos de camponeses que se instalaram no local. O primeiro a chegar à região foi o senhor Ary, para olhar o lugar e posteriormente comprar a terra. Meses depois toda a família já vinha para se instalar no setor Remancinho. Eram seis filhos ao todo, sendo três homens e três mulheres. Do Mato Grosso seu compadre Jacinto também resolve migrar com a mulher e os cinco filhos.

Eles vieram para região tentar expandir seu patrimônio agrícola, já que em sua região de origem o tamanho da terra não estava sendo suficiente para seus projetos. Chegaram à região e logo seus projetos foram frustrados, pois não poderiam realmente implementar uma agricultura direcionada para o mercado, pelas condições de isolamento da região, que dificultava não só a comercialização, como o acesso a outros materiais e recursos necessários para se implantar este tipo de agricultura.

“Lá no Barra do Garça, principalmente, a vida era toda isso, era mais fácil, né? Era mais fácil o crédito através do Banco do Brasil e as lavoura por exemplo. Não é mais assim bem manual, era mais mecanizada sabe? Então, quando a gente chegou aqui viu que a realidade era passada... era diferente. A gente passou uns três anos pra habituar mais ou menos os costumes, né?” (Raimundo, 2001 out)

“... aí chegando aqui, a gente já exercendo a mão-de-obra familiar. As coisas tudo indo, aí o lucro a gente não tinha, lucro! Entendeu? Não tinha lucro! Era uma dificuldade muito grande aí como é que faz? Qualidade do produto, né? Não tinha qualidade no produto... Depois comercializar também não tinha mercado, né? Porque logo, se não tinha qualidade mercado também não tinha, porque o produto que vem de fora, logo uma qualidade avançada” (Ary, out 2001)

A família implementou várias tentativas de produção para o comércio, e logo decidiram que era necessário organizar os agricultores do setor para articular algum tipo solução para o problema. Ary retoma as atividades da Associação da cidade. Paralelamente a este período de insatisfação, a técnica da SAGRI chega à cidade e estão começando as atividades da Igreja no município. Os filhos do senhor Ary, juntamente com vários outros jovens da colônia começam a freqüentar a Pastoral dos Jovens e formar as comunidades de Base. A partir disto também começa a tecer relacionamentos com a técnica da SAGRI.

Em 1989, o irmão do senhor Ary chega à região e logo sucessivamente chegam seus seis filhos, todos vão se instalar, não ao lado da propriedade do irmão, mas no setor mais distante- Xadazinho. Logo, todos os jovens da família estavam envolvidos no trabalho da Pastoral e participando das atividades de organização política de camponeses. Ao todo foram cinco líderes políticos que vieram desta família

“Nós viemos aqui pro Pará través de uns parentes. Primeiro veio o Damião depois a gente veio passear e gostou da região e aí já compramos propriedade, eu e o outro irmão meu. Aí depois eu voltei pro Mato Grosso. Aí ele veio com a mudança e eu fiquei lá. Foi em 89. Aí em 90 eu vim. Porque ele morava na beira do Rio no Remancinho. Aí nós viemos direto pra cá. Através do padre foi que a gente se engajou na Igreja, logo que nasceu a comunidade nós engajamos na Igreja” (Joaquim, out 2001).

Logo todos da família estavam engajados no movimento. Participaram da reativação da CAIXA AGRÍCOLA, bem como resolveram criar sua Associação local chamada Aliança do Xingu. A dificuldade de organizar pessoas para fazer parte do movimento, fez com que estas lideranças procurassem mobilizar gente localmente através desta outra Associação que criaram. Paralelamente a este trabalho estavam sendo criadas outras Associações locais em outros setores do município.

“Da Aliança, de dirigente é o Joaquim, eu e o Miguel e da Caixa Agrícola é o Raimundo. Eu saí entrou ele. Aí nós ficou... o que que aconteceu? A Aliança tinha surgido também nós estava bastante, assim ...teve uma animada, mas tava caindo assim...triste demais. Quando caiu que o senhor fala...

O sócio desacredita demais e a gente tava na CACUXI mais já com um grupo que era sócio na Aliança, inclusive o pai do Raimundo associou na Aliança também, foi o presidente na época.

Mas que coisa né? Tem duas! É por causa do setor, porque atrapalha a gente não tinha como privar, criar outra. Então a idéia da gente, aí fica esta demanda pra ver se une as força. Essa é a preocupação da gente” (Damião, out 2001).

Hoje em dia, passado-se os anos, a CAIXA AGRÍCOLA tem sua base de atuação no setor Remancinho, onde habitam todos os filhos do senhor Ary. A ALIANÇA DO XINGU tem sua base de atuação no setor Xadazinho, lugar de moradia dos sobrinhos do senhor Ary. A família de líderes procura alternar-se nos cargos e funções das duas Associações. Desta forma eles podem ampliar o espaço de atuação política, controlando e manipulando as diretorias das duas Associações. É a partir desta ampliação do controle do espaço, das duas Associações que as lideranças podem “jogar”, a sua maneira, para que este espaço de atuação

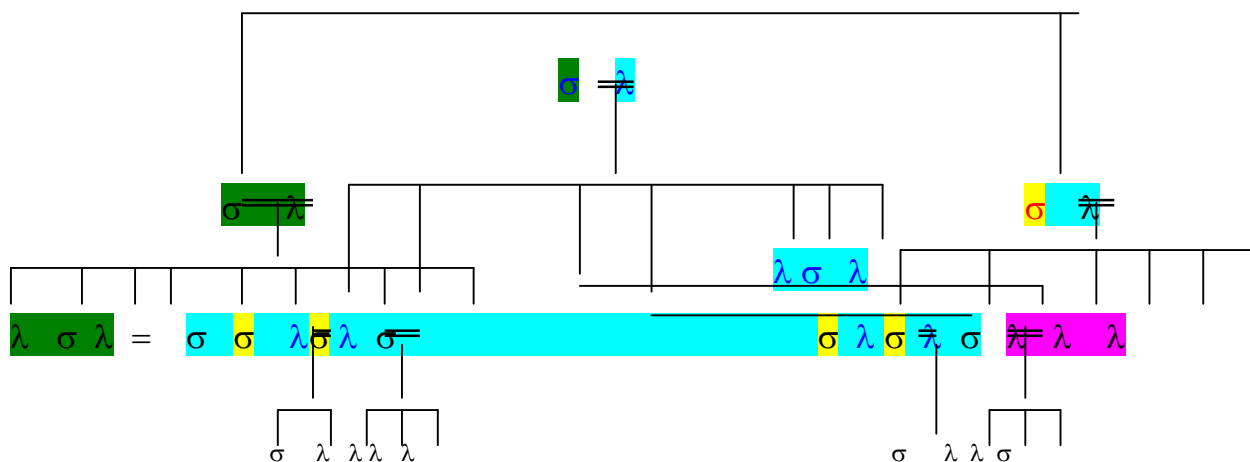
seja sempre assegurado. A gestão atual da diretoria da Aliança do Xingu tem na presidência e vice-presidência sobrinhos do senhor Ary, sendo seu filho o atual diretor da Caixa Agrícola. São estas figuras que movimentam as reuniões, que tentam passar o conhecimento técnico necessário para manter funcionando uma Associação.

No que tange aos outros sócios das Associações, o parentesco é um fator sempre presente entre os associados. Na Aliança do Xingú, os compadres e os amigos que vieram de Barra do Garça e se instalaram na localidade, são todos membros da Associação.

Os filhos e sobrinhos de Ary, casaram todos na região com mulheres provenientes também de Barra do Garça e todas da mesma família. As mulheres filhas e sobrinhas do senhor Ary não mantêm mais residência na localidade, de forma que são os homens os destinados a continuar no trabalho agrícola e são eles que possuem direito sobre a propriedade. Cada filho e sobrinho de Ary constituiu um novo estabelecimento agrícola à medida que foram casando. Os casamentos nesta família aconteceram de modo que se pode perceber a existência de um circuito de trocas de mulheres, pois os filhos geralmente são aqueles que ficam com a terra, enquanto que suas irmãs vão morar na propriedade do marido. Deste modo, “saem” mulheres da família e entram mulheres de fora do grupo familiar. As filhas, de um modo geral, parecem que não tem acesso direto a terra. Seu patrimônio de herança é geralmente a educação formal a qual puderam ter acesso, pelo investimento dos pais e dos filhos que puderam mantê-las na cidade para continuar seus estudos. Neste caso acabam casando com homens da própria cidade. As filhas dos afins que não tem oportunidade de estudar, pela dificuldade de manutenção na cidade, acabam casando com os homens da própria localidade. As famílias assim fundam alianças e reciprocidades.

No caso desta família, especificamente, todos, inclusive algumas mulheres, participam, quando convocadas, das mobilizações políticas periódicas.

Figura 4: Esquema de Parentesco da Família do senhor Ary alojada na Colônia Linhares de Paiva.



σ lideranças em atuação

λ moram na cidade

λσ Voltaram para Mato-Grosso

λσ Moram na Colônia Linhares de Paiva (Família da Esquerda setor Remancinho; Família da Esquerda setor Xadazinho; Família do meio setor Marcelino).

σ Senhor Ary

4.4.1. Cargos e papéis dos dirigentes: Aliança do Xingú.

A diretoria da Associação deve ser composta por dez pessoas ocupando os cargos de: Presidente, Vice-presidente, 1° e 2° Secretário; 1° e 2° Tesoureiro, Conselho Fiscal (duas pessoas), Suplentes (duas pessoas). Os diretores da Associação Aliança do Xingu, em geral, são indivíduos que detém um bom prestígio perante os membros desta coletividade e são pessoas que devem ter um tipo de atitude modelo para que este prestígio continue sendo mantido. Seus projetos individuais são projetos onde o coletivo deve aparecer como palavra reguladora, ou de toque para validar seus discursos.

As eleições são tema constante dos pontos de pauta das reuniões anuais ordinárias da Associação, bem como, os informes sobre os financiamentos são para eleições

extraordinárias, que podem ocorrer em qualquer época do ano, dependendo dos problemas que As associações enfrentem.

Fizeram-se raros os casos de eleições da diretoria da Associação com chapas concorrentes. Geralmente o que acontece eleições com chapa única e os candidatos são indicados de acordo com a posição que ocupam no espaço social do setor, ou mesmo pelo domínio da escrita, que é qualidade essencial neste caso, pois as reuniões são todas lavradas em atas e precisa-se de uma pessoa com função de secretariado que seja apto a escrever o conteúdo das reuniões no livro de ata da Associação.

“Tá acontecendo agora a eleição...aí monta uma chapa, se tem duas chapas, cada chapa monta o seu, a sua representante a candidato e se não for a chapa única escolhe aquele mais ou menos... vamos supor é o mais votado. O mais votado, né? O mais votado é o presidente, segundo mais votado é o tesoureiro, terceiro mais votado secretário e assim por diante. Agora quando é duas chapa, a chapa toda completa, a chapa 1 e a chapa 2, quem vota na chapa 1 e vota na chapa dois”. (Raimundo, out 2001)

O cargo de tesoureiro também requer que a pessoa tenha habilidade com conhecimentos matemáticos e de contabilidade, já que este vai se encarregar de gerir as finanças da Associação. As alianças para a ocupação dos cargos da diretoria são feitas, geralmente, no dia mesmo da eleição que são marcadas com antecedência, pois o mandato de uma diretoria dura dois anos.

Aos líderes políticos sempre se referem à suposta manipulação que pensam que fazem por ocasião das eleições. Esta atividade parece ter um sentido especial para eles, pois é lá que eles reafirmam suas possibilidades de atuação. Se por acaso eles não conseguirem se reeleger a cada dois anos, revezando o cargo da diretoria entre primos e irmãos, eles perdem o poder enquanto representantes oficiais da “comunidade”, no que tange ao terreno de atuação política na cidade.

Os cargos administrativos da Associação dão o poder para que seus diretores hajam em todas as dimensões depositárias localidade, inclusive na dimensão jurídica. A Associação, em alguns casos, serve como organização de poder normatizador e regrador dentro da coletividade. Assim funciona em certos momentos como organização jurídica oficial da localidade.

Em 1996, houve um caso de assassinato de um morador da Colônia. Alguns homens estranhos a localidade tentaram se apossar da propriedade de um senhor que já tinha uma idade avançada e se dizia completamente sem parentes para herdar a terra. Os forasteiros acabaram por matar o ancião e omitiram seu corpo por vários dias no próprio terreno. Os dois

assassinos se apossaram dos documentos da terra do ancião e falaram para todos que tinham comprado o lote, inventando a desculpa de que o senhor, de posse do dinheiro da venda, tinha se retirado do local às pressas para visitar seus parentes na sua região de origem. A desconfiança e a denúncia do crime partiram do presidente da Associação Aliança do Xingu, que foi à polícia, acionando sua autoridade de líder político, para dar veracidade ao caso. Logo, os policiais fizeram buscas na área encontraram o corpo do ancião enterrado nas adjacências da casa. Prenderam os assassinos que precisaram ser identificados pelo presidente e posteriormente foram humilhados perante os moradores da vizinhança. Logo após o ocorrido, o destino da propriedade era incerto já que o ancião não possuía parentes. O caso foi levado para uma assembléia extraordinária da Associação que resolveu que deveriam entrar na justiça, enquanto entidade da colônia, para pedir a posse do terreno. O terreno foi concedido à Associação, e hoje é o local onde se situa a “roça comunitária”, recebendo o plantio de mudas de cacau e banana, providas dos sócios que tiveram direito ao financiamento. Futuramente o dinheiro da produção irá beneficiar as finanças da Associação.

4.4.2 - Aceitação de sócios.

O estatuto oficial rege todas as condutas dos sócios. É ele que permeia as ações que são feitas no ínterim da Associação. É através dele que se pode permitir a entrada ou saída de sócio, em fim, é lá que estão escritas as regras de comportamento que devem ser seguidas por cada um dos membros. É ele o instrumento de legitimidade e que, a priori, tem que ser seguido a risco por todos.

O perfil do sócio que deve fazer parte da Associação está impresso no papel e muitas vezes é ele que justifica/ratifica e legitima a aceitação ou não de uma pessoa como membro desta Associação. O ingresso na Associação de um novo membro se constitui como uma situação ritual, já que o candidato é indicado por outro sócio e sua apresentação é feita na assembléia, onde todos vão decidir se o pleiteante se enquadra ou não neste perfil requerido por eles.

A questão das identidades e categorias sociais é observada aí como fatores que influenciam na decisão dos sócios de admitir ou não um novo membro. No caso da Associação Aliança do Xingú, o candidato tem que residir na colônia. Candidatos externos a

localidade são terminantemente rejeitados. Os candidatos devem ter o perfil que o enquadre na categoria de *agricultor familiar / produtor rural* e nos quesitos que são conectados a esta categoria. Candidatos que possuem propriedades no local, mas que implementam outras funções empregatícias paralelas, são rejeitados terminantemente, com a alegação que não fazem parte da categoria do grupo. As lideranças relatam, como forma de justificar a rigidez do processo de seleção de sócios, que normalmente é corriqueiro acontecer em outras Associações a aceitação de pessoas que não fazem parte da categoria (*trabalhadores urbanos, mini-fazendeiros, etc.*); fato que aumenta a competição pelos benefícios que foram conquistados pela *luta dos trabalhadores rurais* e são, portando, unicamente seus direitos.

“Aqui já teve funcionário público pedindo, mini-fazendeiro, vários. Foi barrado na primeira proposta, na primeira pergunta se ele mora na área?”.

Mas funcionário público, ele tem como pagar.

Tem como pagar, mas ele tem um meio que toca a área dele diferente. Aí é o que eu digo, é ciúme até de distribuir que a categoria mesmo consegue, entende? Não é medo de não pagar, mas tem muito funcionário público que também que ele talvez tá querendo ser beneficiado na hora também não reconhece direito também. Ele quer pegar, agora pagar que ninguém sabe ele tá na cabeça” (Joaquim, out 2001)

A *proibição* é em certos casos cumprida à risca, de forma que este grupo constitui fronteira de contenção de membros e discrimina membros que achem que não se enquadram na categoria, assim como seria difícil fiscalizar um sócio que não morasse no setor e este poderia simplesmente vender a terra e nunca mais voltar para saldar suas dívidas. Foi o caso de um candidato que tinha propriedade na localidade, sua mulher morava no local, mas, no entanto ele não se enquadrava no perfil requerido no estatuto.

“O Jaime, por exemplo, o próprio estatuto da Associação...inclusive porque na época pra retomar a própria Associação e o próprio sindicato. No caso nós não deixamos nem enganar, porque pra tomar o dinheiro dele, dizer que....Ele trabalha em serviço de cartografia, vamos deixar bem claro pra ele que ele é cartógrafo e pra ele ter esse tipo de benefício, a Associação não vai aceitar porque o benefício é pra agricultura familiar. Já tornamos ciente pra ele. É que não teve esse problema, problema de estatuto. É o problema da nossa, barra muito nisso aí. Ele entrou aposentado como trabalhador rural, quando foi ver ele não era, ele enganou, que dizer, a Associação dele enganou o sindicato também” (Miguel, secretário, out 2001).

“O agricultor familiar, o trabalhador rural, aquele que exerce atividade familiar é o agricultor familiar. Aquele que exerce, igual, por exemplo, eu aqui a minha mão de obra, meu investimento maior é quase

100% do meu esforço físico quase. É meu é da minha família, as vezes eu pago meu irmão, as vezes eu vou e coloco vinte três diárias, coloco diária, que dizer isso é pra ter uma ajuda imediata. Eu planto uma roça de cinco ou seis alqueire de milho. Ele é um produtor rural, mais ele já foge da agricultura familiar rural, porque ele já vai ter que contratar gente, pagar um funcionário” (Damião, out 2001).

A identidade contrastiva, neste caso é fundamentada pelo estatuto que oficializa as fronteiras do grupo, a partir desta oficialização as pessoas passam a se identificar não só perante o grupo local, mas também em ocasiões em que a afirmação de tal identidade é requerida, pois seu uso pode lhes trazer benefícios. É importante comentar que esta é uma norma requisitada por estas Associações específicas. São as lideranças que influenciam na rigidez no processo. São as lideranças que procuram afirmar sua identidade perante o outro. Existem Associações que não seguem a risca esta regra. Inclusive encontrou-se alguns casos, onde os chefes de famílias eram sócios de Associações longínquas da localidade.

Por outro lado, existem poucos sócios, que com o passar do tempo, conseguem ascender economicamente. Estes de acordo com seus comportamentos podem ser estigmatizados pelo grupo que passa a reconhecê-los diferentemente, não mais como um da categoria. Passam a ser enquadrados, de acordo com seu comportamento econômico, em outra categoria. Para BATHS (1998), pertencer a uma categoria étnica, um tanto contrastiva, implica ser certo tipo de pessoa que possui aquela identidade básica. Isso implica igualmente que se reconheça o direito de ser julgado e julgar-se pelos padrões que são relevantes para aquela identidade:

O Nivaldino ele entrou na Associação como agricultor familiar rural e ele tinha mesmo característica. Porque que ele mudou? Quando ele tava dentro do quadro de sócio, foi beneficiado, aí ele entrou pegando a empreita dessas pontes. Aí ele já saiu da atividade dele e entrou em outra atividade” construir ponte ”e era para prefeitura. Ele ganhou muito dinheiro e hoje já tá fugindo da regra, da familiar rural. Daqui pra mais uns tempo ele já tem que se afastar praticamente deste movimento. Até inclusive que o objetivo dele hoje já não bate nenhum com o grupo mais, em primeiro era paralelo, hoje já não bate, porque ele subiu e o interesse dele já é outro, já não é o mesmo do grupo, aí por isso que não serve. Quando ele começa a sair da linha, aí já da choque, até na própria reunião as propostas já não batem mais, entendeu? A pessoa que já não precisa mais daquele movimento. A pessoa que já leva sua vida particular sozinha, ele não depende mais de uma ajuda de ninguém, ele já é autônomo. Ele se sente autonomia, já sente que os outros precisa tá no pé dele” (Joaquim, out 2001)

O enquadramento de um indivíduo em uma determinada categoria de sócio supõem que este indivíduo aja segundo os padrões que são relevantes para tal classificação. É o comportamento desviante que denuncia a desqualificação do sujeito no grupo. As estratégias de ação de uma pessoa que passa de uma situação econômica para outra, passa a ser diferenciada das do grupo que começa a se sentir prejudicado:

“Agora só que o José até pouco tempo elenão impede por exemplo que hoje eu tenha 50 a 60 cabeças de gado e eu sou obrigado a fugir da minha atividade, se eu continua trabalhando só com ele e a minha atividade, eu ainda continua tendo a qualidade de agricultura familiar rural . Agora a medida que eu já começo a contratar alguém, a medida que eu não quero mais exercer a minha atividade 100% lá, a minha participação lá e 10%, aí já fugiu”.

“A tendência e todo mundo é crescer, mas aí não é um crescer e os outros não. Agora o que acontece muitas vez é o seguinte. As vezes um aproveita de uma oportunidade, ele cresce só que cresce muito. A Associação não é contra isso. Ela é contra o seguinte...as idéias que vem depois. Ele ganha o dinheiro em cima dos outros”..(Joaquim, out 2001).

A confiança é outro quesito importante para que uma pessoa seja aceita e faça parte do quadro de sócios, principalmente porque uma das atuais e principais funções de tal Associação é indicar candidatos para ser beneficiário do crédito rural.

Uma das preocupações dos sócios é que a pessoa seja honrada e de confiança, para, caso seja selecionada, consiga arcar com seus compromissos junto ao banco e que não abandone e venda a terra, como já teria acontecido no passado, pois todos os débitos perante o banco serão assumidos pela Associação, ou seja, por todos os sócios.

No livro de ata de reuniões da associação está registrado um caso em que um sócio resolve vender a terra, mas, contudo, ainda tem a dívida no banco. Foram necessárias três reuniões para decidir o futuro da dívida deste associado. Numa primeira, ele assume o compromisso de pagar a dívida ao banco quando recebesse o dinheiro da venda da terra. A votação dos sócios sobre o assunto foi adiada, já que não poderiam ter subsídios concretos de que ele pagaria. Na outra votação, ele apresentou o comprador da terra e lançou a proposta, mas não foi feita a votação. A terceira reunião, já contou com a presença do comprador que se responsabilizou em assumir a dívida perante o banco. A votação foi feita e a proposta aprovada. Sendo assim, a escolha de membros a serem inseridos no grupo foi feita através de uma avaliação criteriosa do sócio e suas possibilidades de conseguir levar adiante o projeto que foi requerido ao banco, uma vez que a responsabilidade do não pagamento de um, acarreta prejuízo para todos.

4.3. Créditos e projetos da Associação.

Os trâmites necessários para o acesso ao crédito ocupam a maior parte das atividades que são de responsabilidade da Associação. Geralmente é o presidente que sempre deve estar a par dos processos junto ao Banco. É por isso que é um cargo que exige bastante versatilidade, pois esta pessoa está sempre em constantes viagens à cidade de São Felix do Xingú. É praticamente inviável que o diretor possa conciliar sua atividade produtiva com o cargo administrativo. No caso aqui apresentado, os diretores recebem ajuda direta ou indireta de sua família, geralmente um dos irmãos que procuram auxiliar da maneira que lhes convém nas atividades produtivas dos diretores. De qualquer forma, a situação do sistema produtivo dos três líderes que são presidentes das Associações não é muito vantajosa. Um deles já não planta nada a mais de dois anos, pois se torna inviável administrar o tempo dedicado para Associação com os trabalhos de empreitas que periodicamente procura fazer e o trabalho do seu próprio sistema produtivo. Através da observação da situação econômica desses agentes não se pode falar que eles, até agora, conseguiram algum tipo de benefício econômico pelas atividades de liderança que exercem no seio das Associações.

A gestão da diretoria deve ser transparente porque o quesito honra está sendo julgado. Apesar de não ter tido oportunidade de participar de nenhuma reunião da Associação, pude apreciar as atas destas reuniões, onde em alguns momentos a diretoria que estava empossada era criticada por um associado. O presidente sempre estava disposto a se fazer esclarecer das críticas e tentar justificar seu comportamento perante a coletividade. Neste caso, as relações de poder são menos autoritárias, pois existe uma diversidade de tipos de agricultores sócios, que dividem o prestígio entre si. Para que haja relações de dominação e submissão é importante à existência de uma forte desigualdade social e o controle dos meios de circulação de bens da pessoa que concentra o poder para as pessoas que se submete a ele (GEFRAY, 1996).

No caso desta Associação, as desigualdades econômicas entre seus membros não são realmente díspares, pois todos em alguma instância podem se identificar como agricultores familiares, por exemplo. Parece não existir o controle direto de uma pessoa sobre a outra, já que o acesso aos “bens de mercado” manipulados pela Associação pode ser conseguido através de outra Associação. Assim o cliente que não estiver satisfeito com a sua situação pode sempre recorrer à outra Associação para realizar seus interesses.

No entanto, existem associados que tem mais posses econômicas e, portanto, acumulam prestígio por este fato e podem manifestar suas opiniões sem receio ou constrangimentos e mesmo contrapor forças aos da diretoria. As relações de poder nesta Associação ficam mais equilibradas, pois as lideranças formadas pela Igreja Católica, por exemplo, acumulam prestígio pelas vitórias que tiveram e por sua dominância de oratória, bem como o domínio das faculdades importante de conhecimento das funções e atribuições da Associação.

A diversidade, o que não significa desigualdade, é um componente importante para a igualdade das relações, ou para o diálogo que pode ser travado entre ambas as partes⁴¹. No espaço da Associação existem os grupos de oposição que sempre se vigiam, inclusive as lideranças possuem grupos de oposição, e por isso, precisam sempre estar se mobilizando, ou como dizem “lutando” para garantir sua atuação na Associação. É claro que existe a tendência destes atores de fazer representar suas próprias motivações, mas acredito que isso é controlado pelo sistema de regras que levam a risca por lá. *A priori*, não se pode sentir que estas lideranças sejam autoritárias a ponto de manipular a situação.

Seus parentes foram beneficiados pelo crédito, tanto quando, os que não são parentes, uma vez que o sistema de acesso ao crédito depende mais dos processos a serem executados no Banco, que se encarrega de aprovar ou não os projetos. O controle dos associados é o poder de manipular uma série de informações sobre seus sistemas produtivos familiares.

Em alguns casos uma família possui somente uma propriedade e mais de um membro associado, desta forma podem emitir dois projetos para ter acesso ao crédito. Se os dois projetos forem aceitos o estabelecimento recebe duas fontes capitais de incentivo.

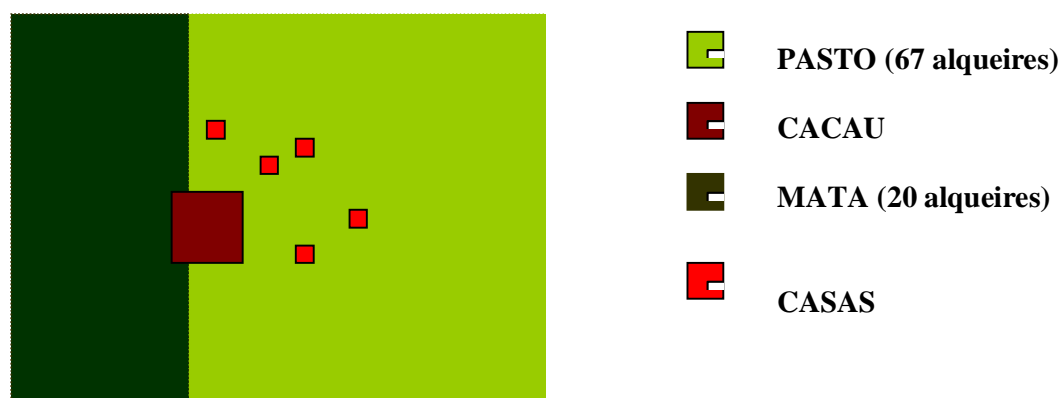
É comum também que no bojo do projeto que vão entregar ao banco para candidatarem-se ao crédito, utilizem quesitos que não serão usados diretamente para a atividade que estão requerendo. As despesas com mão-de-obra lançadas no projeto são sempre gastas com outras coisas do orçamento doméstico, já que procuram fazer as obras dentro da perspectiva do trabalho familiar.

Em outro caso um grupo familiar extenso, ao se candidatar para receber o benefício fez um projeto de crédito individual para cada família nuclear que compunha o grupo, construindo fronteiras imaginárias para a propriedade extensa que contava com cinco núcleos

⁴¹ Neste caso as trocas entre o capital simbólico e o capital material (BOURDIEU,) são bem equilibradas de modo que não se percebe que o sistema de relações nestas associações tenda a beneficiar relações autoritárias entre seus membros e diretoria, porque eles estão momentaneamente em equilíbrio no que diz respeito a balança econômica de seus diferentes tipos de capitais. Os que detém maior poder econômico (capital material) não detém o capital a mesma bagagem cultural que as lideranças formada pela igreja católica, de modo que os diálogos podem ser diálogo horizontais.

familiares (família de quatro irmãos e a família do pai). Cada irmão se cadastrou em um formulário e cada irmão concorreu a um projeto com uma área específica da propriedade que ainda não estava repartida em herança. O crédito foi aprovado e as cinco famílias que foram contempladas resolveram colocar numa única extensão as áreas de cacau relativas ao pedido de cada associado. As moradias foram construídas uma ao lado das outras, perto do plantio extenso de cacau, formando uma espécie de pequena vila. As áreas de pasto também foram consorciadas e não fragmentadas como no projeto oficial (cf. desenho), de modo à formar uma propriedade de fato familiar, onde os membros da família se encarregavam de fazer um trabalho coletivo dentro do sistema de produção, apesar de serem unidades familiares distintas. Com a quantia que seria destinada a mão de obra eles compraram mais gado para ampliar significativamente o rebanho.

Figura 5: Área familiar feita através do crédito



É comum também que os casais que não estabeleceram uniões formais, possam pedir a linha de crédito para os homens e para as mulheres em nome da mesma propriedade. O Banco atualmente faz a fiscalização deste tipo de caso, mas no passado foram inúmeras as famílias que conseguiram financiamento duplo usando este tipo de estratégia.

O crédito pode possibilitar que grupos familiares melhorem a situação de seus sistemas produtivos. De acordo com a posição econômica e com as estratégias que estes grupos vão assumir para conseguí-lo e mantê-lo esta ascensão pode ser rápida. Os projetos que contemplam uma família extensa tem mais chance de vir a dar certo. Estes projetos só são possíveis porque os próprios camponeses conseguem vislumbrar caminhos que burlam as regras do Banco.

De uma maneira geral, são comuns Associações integradas por parentela. Um equívoco grave que as agências financiadoras estão cometendo é de não aceitar mais projetos provindo de Associações onde grande quantidade de sócios são parentes cosanguíneos. O gerente do BASA na reunião que fora feita com todos os presidentes de Associações deixou bem claro que a Banco tinha rejeitado projetos desta natureza. Esta atitude parece contraditória para uma linha de crédito que procura beneficiar a agricultura familiar. A família tem que ser considerada a partir de suas redes e extensões e não como unidade independente.

4.5 - Gente grande e gente pequena: um sistema de classificação e identificação.

É através do universo das identidades que compreendemos as classificações que os vários indivíduos e os grupos sociais aos quais estão ligados utilizam como forma de orientação em seu espaço social (SOUZA SANTOS, 1982). A situação de conflito e de extrema desigualdade social encontrada em São Felix do Xingú se traduz nas formas de identificação/categorização dos indivíduos observadas neste universo local.

A população que vive neste pequeno espaço da localidade (interior) se vê muitas vezes através dos “olhos dos outros”. Vêm-se tendo referências as suas experiências e leituras na realidade da fronteira. A situação de minoria social, não necessariamente demográfica, reflete desde logo, uma certa auto estigmatização, relativamente variável, tornando nítida a posição do grupo no horizonte social da sociedade inclusiva: o grupo torna-se visível “a olho nu”, o que significa que seus contornos aparecem no próprio modelo nativo (WARD, 1965).

As categorias locais de auto-identificação e identificação do outro, espelham as motivações, os anseios e a própria visão do mundo destes grupos que estão à margem de um Estado que não os ampara e os deixa a mercê de sua própria sorte, num universo hostil e em formação.

Existem dois eixos de categorias que amparam a classificação dos indivíduos entre si, e os posiciona no cenário de São Felix do Xingú. Neste cenário os indivíduos se referenciam à localidade como o *interior* (*aqui dentro, aqui no interior*) e o “*exterior*” (*lá fora, na rua*) e o mundo extra São Felix, o mundo do *alto*. As primeiras categorias sociais de referência neste “mundos” são o *Grande e o Pequeno*. Estas duas categorias podem refletir, não a situação demográfica dos grupos, mas a situação da grande problemática do conflito que aflora nas relações sociais neste espaço: o acesso a terra.

“Colonos tem mais, tem bem mais. Só que as áreas dos fazendeiros se torna maior do que os dos colonos. São muitos mais as áreas deles são pequenas. O grande as vezes ele abrange uma área bem grande, as vezes um só abrange de uma vez só de 50 a 100 colonos de uma vez, tamanho do espaço. Bem ali vizinho meu tem uma que dava pra implantar mais ou menos umas 20 famílias, né? eles dominam a área, já tá toda em baixo de pastagem” (Senhor Edmar, junho 2000)”

Os grandes são sempre os fazendeiros e latifundiários, não porque estejam em maior quantidade populacional, mas porque sempre estão de posse das maiores extensões de terra das localidades. Eles são provindos *do alto*, como muitos dizem, não porque estão próximos ao céu, mais porque sempre estão conectados com as esferas do poder longínquo, *Do alto*, perto do Estado, perto dos centros do poder. Este mesmo grupo de gente são sempre os *Fortes*, pois suas situações econômicas é sempre mais propícia já que são eles que podem contratar a força de trabalho.

Em contraposição, os indivíduos que moram nas localidades, sempre se referem a eles mesmo como *Pequenos*, pois se situam nas menores áreas dentro da imensidão de terra que a Amazônia abarca. São eles sempre gente de baixo, pois estão abaixo de todas as esferas sociais. São eles sempre os *fracos e fraquinhos* ou em poucas quantidades os *mais ou menos*, pois suas situações econômicas não serão, se quer, parecidas como as das gentes *do alto*.

A situação econômica, neste caso, é um fator que se sobressai neste sistema de classificação. Em situações reais do cotidiano, os indivíduos estão sempre armando manobras para passar de um mundo a outro.

GENTE GRANDE	GENTE PEQUENA
DO ALTO	DE BAIXO
EXTERIOR	INTERIOR
FORTES	FRACOS
RICOS	POBRES
FAZENDEIROS E LATIFUNDIÁRIOS	TRABALHADORES/AGRICULTORES

4.5.1 - Fraquinhos, fracos, mais-ou-menos e fortes: classificação econômica local

As identidades locais e as distinções sociais que mais se sobressaem no discurso das pessoas neste cenário, são expressas por elementos que estão ligados ao status e a situação econômica a qual estão inseridas estas pessoas. A qualidade, forma e tamanho de suas propriedades, bem como o grau de evolução de seus sistemas produtivos, são características importantes para se referendar as identidades que são publicadas, quando colocadas em contrastes no quadro das percepções dos atores. Existem pessoas que se qualificam como *fraquinhas*, outras como *fracas* e outras *mais ou menos*. Estas classificações vão ao encontro da percepção que estas pessoas têm da sua atual situação de vida econômica. Os agricultores que se classificam como *fraquinhos*, são os que possuem poucas áreas de pastagem, são praticantes e imensamente dependentes da agricultura de subsistência, ou mesmo são aqueles que não possuem ainda terra no local. Não mantém relação com qualquer tipo de Associação e estão à margem do sistema social que se molda neste espaço. Seu poder em relação ao grupo social da localidade como um todo, é quase nulo e são marginalizados dentro dos sistemas das relações sociais, implementados na localidade. Uma agricultora que se identifica como *fraquinha*, foi abandonada pelo marido, com sete filhos menores para criar. Na época da pesquisa ela tinha acabado de vender uma parte de sua propriedade para o vizinho *mais-ou-menos* que precisava da terra para expansão de seu rebanho. Essas pessoas não se acham aptas a se organizarem politicamente e nem se acham aptas para participarem da Associação, já que seu prestígio é baixo e não conseguem vislumbrar alternativa real de modificarem sua situação de vida. Além do mais, não podem pagar a taxa de adesão para sócio, bem como, acham que não possuem condições para se inscrever e receber o crédito. Estes são agricultores que permanecem sem conexão com o mundo do desenvolvimento, pois não compactuam, e mesmo, não entendem a linguagem que é necessária para adentrar neste mundo.

Os agricultores que se identificam como *fracos*, sempre estão se contrapondo aos outros que conseguem implementar seus sistemas produtivos de maneira diferenciada. Agricultores *fracos* estão presentes no seio das Associações na área. Seus sistemas produtivos são a base da lavoura temporária para subsistência e poucas áreas de pastagem. Eventualmente, podem ser proprietários de lavouras permanentes em estados iniciais. É importante ressaltar aqui que a construção destas identidades se dá por contraste ao universo que circula os atores. Este universo é o universo das desigualdades e dos entrelaces espaciais de atores que vivem situações econômicas díspares. Como foi referido, a região se caracteriza por ser invadida por grandes fazendas de criação extensiva de gado de corte.

Agricultores que são classificados como *mais-ou-menos*, são os que implementam seu sistema de produção intensificando a criação do rebanho e, portanto, já possuem uma efetiva

atividade lucrativa em torno das manipulações de venda do rebanho para os frequentes interessados em comprar novilhas ou bezerros. Portanto, sua renda já conta com capital constante proveniente da venda deste rebanho. As situações de moradia das diferentes categorias são diversificadas. Os agricultores que se qualificam como *fraquinhos* moram em casas abertas e muito simples, sem coberturas de telhas. Os agricultores *fracos* tendem a ter casas de madeira, e em muitos casos, com telhas compradas na cidade. Muitos agricultores que se referendam como *mais-ou-menos*, possuem casas de alvenaria e certa facilidade de comprar produtos da cidade; podemos ver casas de agricultores que se identificaram como *mais-ou-menos*, com antenas parabólicas e alguns com veículo motorizado.

Os agricultores *fraquinhos* prestam serviços esporádicos, de empreita ou diária para os agricultores *fracos*. Os agricultores *fracos* prestam serviços esporádicos para os agricultores *mais-ou-menos*. A pessoa que agiliza a empreitada, dependendo de sua posição neste sistema de classificação, vai requerer como contratante uma pessoa que se disponha a trabalhar por menos dinheiro. Assim os agricultores *fracos*, sempre mobilizam a força de trabalho dos agricultores *fraquinhos*.

Foi normal observar situações de agregado, onde agricultores *fraquinhos*, ainda nem tinham terra de moradia e se agregavam a propriedades de agricultores *fracos*. Uma família *fraca* alojava em sua propriedade, como agregados, uma família *fraquinha* que não possuía terra e já tinha tentando se estabelecer no acampamento do INCRA. Esta família detinha o conhecimento sobre o cultivo de hortaliça, em troca do uso do terreno, eles forneciam legumes para a família que os alojava e vendiam a produção na feira da cidade, já que a propriedade ficava à 5 Km de Porto Nazaré, sendo o deslocamento mais viável aos fins de semana, dia de feira na cidade. Em outros casos, os agricultores *fraquinhos* ajudavam na produção de farinha e de queijo de uma família de *fracos* que possuía um ponto de venda destes produtos na cidade de SFX.

Em certa ocasião, pode-se presenciar o descontentamento dos *fraquinhos* ao trabalharem para os *fracos*. Uma senhora se mostrava triste e chorando encostada em uma das várias cercas de arame farpado que cortam as propriedades. Perguntei se ela estava com algum problema. Ela estava se sentindo “injurizada” pela situação de estar trabalhando para pessoas *fracas* que não podiam pagar decentemente pelo seu trabalho. Ela era de Conceição do Araguaia e recentemente tinha se unido a um rapaz que lhe trouxera para São Felix do Xingú a fim de conseguirem emprego em uma das diversas fazendas da região. Sua intenção era trabalhar para os *fortes* e não para os *fracos* que não podiam pagar. Estava há mais de um mês sem mandar dinheiro para sua filha que ficara em Conceição do Araguaia. Ela, porém,

tivera sabido de uma amiga, que tinha ido trabalhar num fazenda como cozinheira e podia mandar 100 reais por mês para a filha que também deixara na responsabilidade dos avós.

As transações com o mundo envolvente ao qual almejam se conectar também dão vazão a categorias de reconhecimento que passam a fazer parte do universo dos agricultores, de forma que eles manipulam constantemente estas identidades, a fim de garantir que seus interesses sejam alcançados.

O crédito é uma outra via do campesinato se conectar com os processos produtivos da sociedade envolvendo, ou como podem falar alguns, uma via de subordinação ao capital. No entanto, esta subordinação pressupõe mudanças no padrão produtivo, bem como mudanças nas bases que estruturam este campesinato na fronteira. É a partir das chamadas de crédito que os camponeses passaram a se denominar, *agricultores familiares*. É o próprio governo que imputa uma identidade aos agricultores que a usam dentro de certo contexto circunstancial. No domínio das atividades econômicas os camponeses se falam *agricultores familiares* para conseguirem ter acesso aos recursos que lhes está faltando. No domínio das atividades políticas eles se identificam como *trabalhadores rurais*, pois sua “luta” é armada em oposição ao seu grupo de confronto que são os fazendeiros.

É com base dos modelos conflitivos que se fundam as relações sociais nesta área. O movimento dos agentes, de uma maneira geral, está pautado nesta interpretação variante do universo. Mesmo dentro do universo local da Associação, os atores guiam suas relações e ações no sentido de se reconhecerem, como que, em oposição.

O sistema econômico dirige, desta forma, as relações sociais que estamos analisando. Este sistema põem em evidência as desigualdades existentes, no que diz respeito a divisão dos recursos públicos ou privados, gerando, decididamente, sistemas de exclusões contundentes e caleidoscópios, pois na margem de um grupo excluído do acesso a determinados benefícios estão outros grupos, que se subordinam pelo trabalho a outros e assim sucessivamente.

O jogo político que é armado entre diversos tipos de atores, tenta garantir que cada grupo tenha o acesso aos benefícios imputados pelo sistema de políticas públicas. Cada grupo tentará correr atrás, da maneira que bem sabe, de assegurar sua parte que lhe é de direito ou não.

As categorias liminares como, *mais-ou-menos*, deixa transparecer a possibilidade de mobilidade de um indivíduo de um universo econômico a outro. Esta possibilidade de ascensão somente pode acontecer pelas peculiaridades do sistema econômico local. Na mesma intensidade, também, que o indivíduo pode ascender economicamente ele pode decair,

pois o que vai garantir a mobilidade é a força das estratégias que conseguem colocar em prática para poderem alcançar seus objetivos.

4.6 - Estratégias camponesas: multiespacialidade e multiatividade

As freqüentes transações econômicas são de grande importância para manter as relações sociais na localidade. São elas que catalisam as redes de reciprocidades neste espaço. O campesinato que surge aí é margeado por uma multiplicidade de fontes de ganho, de distribuição de ganhos e de acumulação familiar de patrimônio. A multiespacialidade e a multitemporalidade (MARTINS, 2002) são características importantes para se explicar o processo de mobilidade social intenso observado neste local.

4.6.1 - Circuito da empreita⁴²

O trabalho por empreitada é muito requisitado pela época do verão. Este agiliza a movimentação dos homens no circuito econômico e no circuito espacial da área. Mesmo os meninos são requisitados para trabalhar nas empreitadas, e todos os chefes de famílias já fizeram ou fazem serviços deste tipo. A abundância e freqüência dos serviços de empreita se faz por conta de dois fatores: 1) as diversas fazendas que estão adjacente as propriedades das famílias camponesas sempre precisam crescer suas áreas ou de constante manutenção dos pastos . 2) a relação do número de pessoas aptas ao trabalho com a grande quantidade de terra para produção. As famílias que estão se estabelecendo no local estão ainda em formação com um pequeno número de mão-de-obra disponível para fazer as tarefas necessárias para o funcionamento do seu sistema de produção. Desta forma, os chefes de estabelecimento sempre precisam de mão-de-obra extra para implementar seu sistema de produção, e esta mão-de-obra é muitas vezes comprada.

A intercalação de atividades intensas extras sistema produtivo, com atividades de dentro do sistema produtivo das famílias da área, tem causado prejuízo para produtividade das atividades agrícolas da localidade. Ao se deslocarem para executar empreitadas em grandes fazendas, os chefes de família deixam de trabalhar junto aos seus sistemas produtivos, ou na maioria das vezes, eles tentam executar suas tarefas após o término da empreitada, o que defasa o calendário de plantio, ocorrendo muitas das vezes a perda da produtividade ou mesmo

a perda da produção inteira da família. Eles dificilmente abdicam do trabalho de empreita, já que o pagamento é em dinheiro e é daí que sai o dinheiro que circula na localidade. Podemos muito bem observar isso analisando o funcionamento do sistema produtivo de muitas famílias que se estabelecem no local. Muitas delas estão a mais de dois anos sem plantar, pois o chefe da família prefere aderir ao trabalho de empreita e comprar sua mercadoria na cidade. Em uma família com a qual fiquei hospedada, até o arroz era comprado na cidade, já não plantavam há mais de dois anos.

Os produtos domésticos que são consumidos são as hortaliças e frutas muito comuns nas propriedades, pois sua produção é geralmente de domínio administrativo das mulheres e crianças, que não fazem trabalho de empreitas e, portanto são elas que cuidam das atividades do sistema produtivo da maneira que podem. Muitas famílias ainda têm filhos muito pequenos e a mulher não pode se desdobrar entre o cuidado da criança e a atuação no sistema produtivo. Não possuem ajuda de mães ou mesmo de irmãs.

Em outra área de fronteira antiga no Pará as mulheres estão assumindo grande parte do sistema produtivo agrícola. Existe uma tendência de poli-atividade do campesinato local que se desdobra atualmente entre a pesca e extração de caranguejo e produção agrícola. Na divisão social do trabalho os homens dedicam praticamente todo seu tempo para a pesca e a extração de crustáceo. As mulheres acabaram por se especializar nas atividades agrícolas de plantio da mandioca por sistema de leiras, já que os homens vão se encarregar de contribuir na economia doméstica de outra forma. Neste caso o tipo de situação é diferenciado, pois a área de que dispõem este núcleo populacional é pequena comparada com a da área de estudo. As roças de mandioca são plantadas bem junto às residências, e a situação de parentesco e afinidade da localidade é bastante próxima, “todos são parente” e podem se ajudar e criar reciprocidades mais adensadas que possibilita as mulheres participar intensamente do sistema produtivo (KAHWAGE et al, 2000). Na área de estudo as distâncias entre as áreas produtivas são consideráveis e as mulheres realmente não podem manter o sistema agrícola funcionando sozinhas, não existindo uma especialização para o trabalho, já que os seus filhos ainda são pequenos para ajudar nas tarefas.

As despesas com a propriedade ultrapassam a quantia quase nula de capital recebida pela venda da produção doméstica, além do que, os produtos consumidos em casa de cunho não domésticos são de grande quantidade, o que denota que o dinheiro conseguido através de empreitas é o que supri a família de bens de consumo externos.

Empreitada: Obra por conta de outrem, mediante retribuição previamente ajustada; tarefa. Trabalho ajustado para pagamento global e não a dias (DICIONÁRIO AURELIO)

As empreitas são atividades onde os vínculos sociais entre os homens são armados e hoje em dia o que introduz os meninos no campo das relações adultas. MOURA (1978) ao pesquisar situação de camponeses tradicionais em Minas Gerais pôde observar que os meninos, que geralmente já se sociabilizavam participando do sistema de divisão do trabalho para implementação dos sistemas produtivos, passam a ser considerados e aceitos como fazendo parte de outra categoria social dentro do grupo, quando adquiram sua própria área de plantio. No caso da área em estudo, os meninos que passam a receber dinheiro pelos trabalhos de empreita adquirem um novo status social, pois agora são realmente aptos ao trabalho duro e recebem seu próprio dinheiro que irá contribuir no orçamento doméstico.

Geralmente uma pessoa articula a empreita, de acordo com suas relações com os donos das fazendas. Esta pessoa fica encarregada de mobilizar mão-de-obra para o serviço. Como a mão-de-obra é escassa, mesmo os chefes de famílias que estão chegando ao local, sem vínculo de aliança ou parentesco, conseguem entrar no circuito das empreitas e no circuito das relações sociais; o caso das famílias da Vila exemplifica esta situação.

Tem-se que a empreita é um dos fatores que possibilita a mobilidade social, pelo acúmulo de capital que ela pode trazer para a família. Se nos concentrarmos na análise dos sistemas produtivos da área, podemos ver que existe a combinação clássica de culturas temporárias (arroz, feijão e milho), culturas permanentes (cacau, banana) e rebanho bovino. O que diferencia uma propriedade da outra é justamente a área que é dedicada para cada atividade. Os agricultores que tem maior quantidade de área de pastagem, são os que geralmente possuem mais gado e tem mais vantagens econômicas, já que a agricultura na região não possui muitos mercados. Os agricultores dão preferência ao rebanho, que se torna desta maneira a atividade de maior viabilidade econômica. Se formos analisar a trajetória de vida das pessoas, tal qual como elas próprias contam, não poderíamos explicar a ascendência de algumas famílias que possuem hoje em dia certo acúmulo de bens materiais e que tiveram uma rápida ascensão econômica.

Foi o caso do senhor Nivaldo que veio para região depois de trabalhar em garimpo sem nenhum recurso econômico, além daquele que comprou a terra. Hoje ele possui 150 cabeças de gado e uma propriedade, onde mais de 70% de sua área é ocupada por pastagens; possui trator, o qual hoje em dia aluga e com isso consegue mais capital.

Nivaldo através de suas aliança com algumas pessoas da prefeitura conseguiu ser eleito o empreiteiro geral da obra de construção da estrada que corta a Colônia. Esta atividade

lhe possibilitou o acesso a mais cabeças de gado, bem como a compra do trator.⁴³ Hoje em dia ele aumenta sua capacidade reprodutiva do rebanho e começa expandir sua propriedade comprando áreas adjacentes a sua, de agricultores mais *fracos*. A empreita neste caso foi o que possibilitou sua ascensão econômica, bem como sua já difundida mobilidade social, já que os moradores das adjacências, bem como os membros da Associação da qual ele faz parte, já o consideram fora da categoria, não mais o reconhecendo como *agricultor familiar* ou mesmo *trabalhador rural*, uma vez que hoje em dia ele mais contrata do que trabalha por conta própria.⁴⁴

Outro caso, não tão extremo, pode também exemplificar como a empreita contribui para auxiliar na mobilidade social das famílias. Um agricultor que sabe construir casas pode empreitar diversas obras no âmbito das propriedades de fazendeiros, estábulos, celeiros e casas de moradias para os encarregados das fazendas, uma vez que os fazendeiros dificilmente moram nas propriedades. Nesta área, nenhuma grande fazenda tem seu dono residindo no local. Este agricultor pode poupar uma quantia de dinheiro, com a qual comprou um ponto na feira da cidade. Hoje em dia este também é um empregador e possui uma família agregada a sua propriedade que lhe presta serviços. Sua atividade principal é a produção de farinha de mandioca e produção de queijo, e o recolhimento pelas redondezas de produtos que possa vender na feira.

Tabela 6: Atividades e preços de empreitas

Atividades de empreita	Preço
Derruba e corte (broca) de floresta	R\$ 700, 00 o alqueire.
Construção de Casas	R\$ 500, 00 Casa: dimensão 6x8 m2.
Limpar área de cacau	R\$ 300 reais o alqueire
Limpar pasto	R\$ 500 reais o alqueire

⁴³ Ele ainda conseguiu via associação ser beneficiado do FNO-Especial, ganhando financiamento para rebanho e plantio de cacau.

⁴⁴ Sua família extensa, contando com um grande número de filhos, mas, no entanto a maioria deles está em idade apta ao trabalho dentro do seu sistema de produção, está estudando na cidade de SFX e sendo mantida pelo pai e portanto não podem auxiliar no trabalho da propriedade.

4.6.2 - Extração e coleta de produtos florestais

A extração de madeira das reservas de floresta das propriedades é também uma atividade que ampara a manutenção econômica das famílias camponesas desta área. A venda de madeira arma uma rede de relações com os pequenos madeireiros que sempre estão a rondar a área. Normalmente as famílias já fazem o inventário de espécies madeireiras de sua área de reserva e quando por ocasião de necessidade vendem as espécies que são requisitadas no mercado. Contudo, este investimento não é muito seguro, já que os madeireiros sempre tratam de fazer suas transações de maneira a se aproveitar das famílias em necessidade, e algumas vezes as árvores são derrubadas por um preço combinado antecipadamente, no entanto, os madeireiros tardam a buscar a madeira derrubada que se não for vendida por um preço mais barato acaba por apodrecer na floresta. Desta forma, as famílias ficam sujeitas as vontades dos madeireiros atravessadores, uma vez que não possuem condições de transportar o produto. A venda de madeira no lote não é bem aceita perante o grupo social da localidade, pois a pessoa que faz a venda expõem sua situação de necessidade econômica.

A coleta de produtos florestais como Castanha do Para (*Bertholetia excelsa*), açai (*Euterpe oleracea*) e folhas de Jaborandi (*Pilocarpus jaborandis*) são fontes periódicas de renda para as famílias que vivem no local. Pela época das safras dos referidos produtos existe a mobilização dos membros da família para a coleta e para o posterior transporte para a cidade, onde irão se encarregar da venda, geralmente em feiras e para os atravessadores do comércio local.

4.6.3 - Circuito do gado

As transações feitas com gado e pastagens, também são atividades que mobilizam uma certa rede de relações econômicas que dão contorno a vida social e cultural da área. Existe uma grande procura pelo aluguel de pasto, bem como pela implementação do sistema de meia para “gadaria”, sendo a última atividade de implementação mais comum.

O sistema de meia é feito por grande parte das famílias. Consiste em se aceitar a criação de determinada quantidade de cabeça de gados provenientes de fazendas adjacentes,

fazenda longínqua ou mesmo de parentes ou afins que não tem condições de criar seus rebanhos. O *meeiro* tem direito de ficar com metade da produção durante o tempo de contrato, sendo a administração de vacinas e remédios de sua responsabilidade, bem como, se o animal vier a morrer o mesmo tem que ressarcir o prejuízo ao dono do rebanho. O gado, normalmente circula entre os pastos das famílias que tem parentela no local e mesmo para parentes o sistema de meia vigora.

O que se pode notar é que existe um rebanho local que ultrapassa as possibilidades de criação da área. Existe uma grande demanda para as pastagens, já que o rebanho é abundante, sempre circula-se gado de outras regiões e outras localidades. As pastagens, desta forma, são recursos preciosos e sua posse pode possibilitar a entrada em certo circuito econômico de trocas.

Quando existe possibilidade de casamentos entre as famílias vizinhas existe a possibilidade também de circulação de animais. O gado circula na medida em que os pouco e rápidos casamentos vão acontecendo. Geralmente casam-se pessoas bastante novas, já que os casamentos precisam acontecer, e a média de idade da população local não é muito alta. O casamento entre famílias desconhecidas e conhecidas, geralmente possibilita que o gado de uma família com situação de maior rebanho e menos pastagem seja remanejado para a família de menos gado e mais pastagem. Coincidência ou não, das poucas uniões observadas, a situação de circulação exposta acima, acontece geralmente, no sentido de que o gado sempre vai para as pastagens da mãe ou do pai da noiva e não para as pastagens do genro, isto é, a família com menos gado é a família das noivas. Neste caso as alianças são induzidas⁴⁵, no sentido de possibilitar a fluência dos bens do circuito, pastagem e o gado em troca das filhas de famílias sem recursos, que vão manter residência ou na casa dos pais do noivo ou na propriedade do noivo, quando é o caso.

Existe a preocupação de certas famílias de não deixarem as filhas irem para a cidade estudar, já que a cidade representa ainda o perigo da desonra reduzindo a possibilidade de um bom casamento, já que os bons casamentos são sempre bem vindos.

Os fazendeiros estão sempre à procura de terra para expansão do rebanho, ou até mesmo, pessoas que estejam dispostas a fazerem o sistema de meia. O “fazendeiro sem fazenda” é um especulador que surge em função deste sistema de circulação de gado. São pessoas que distribuem o gado do rebanho do município, para os pequenos camponeses que se encarregam de criá-lo a um custo nulo para o especulador, pois este não é responsável por

⁴⁵ Diz-se aqui induzidas, pois os cônjuges podem ser ambos bastante novos, mas também acontece das mulheres serem bastante novas (15, 16 anos) e os noivos já estão em outra faixa etária (32, 36)

nenhuma etapa do manejo do animal. Geralmente esta pessoa não negocia diretamente com os camponeses, mais sim através de uma rede de pessoas que vão oferecendo o gado para seus parentes e afins.

A implementação do sistema de aluguel bem como o sistema de meia, não é uma atividade que permita dar status aos indivíduos, como a posse e propriedade do gado o dá. Pelo contrário, ele denigre a imagem do empreendedor perante a sociedade local, pois a aceitação da meia ou do aluguel denota uma situação de precisão e carência da parte do empreendedor. Percebe-se que a honra e o status são importantes neste cenário, e estes estão associados a situação de poder econômico que é relacionada a posse de rebanho de gado. Muitas vezes existia certa resistência ao tratarmos da questão do aluguel de pasto e da meia do rebanho, numa situação que sempre demonstrava o constrangimento por parte do empreendedor, que sempre tratava de dar uma desculpa do tipo “*na precisão a gente tem que fazer tudo*”. “*Vida de pobre é assim mesmo*”. De outro lado muitos expressavam seu descontentamento com a situação de mudança de sistema de valores que a nova situação expõem:

“Não alugo de jeito nenhuma, se paga mixaria do dinheiro. O bicho acaba com o pasto, você tem mais que concertar cerca. De meia dá despesa demais e o lucro é pouco. Eles querem derrubar tudo!! Minha opinião mesmo é diferente da dos outros, a minha vivência é igual a que eu nasci. Eu quero Ter minha realidade, se eu tenho que mudar eu tenho, eu tenho que acompanhar tudo, eu tenho que mudar tudo” (Seu Pedro, morador da colônia, out 2001)

A convivência com o rebanho bovino passa a ser a situação peculiar. O implemento da agricultura, desta forma, passa a ser atividade econômica secundária que fica ao nível mínimo de subsistência das famílias e dos grupos domésticos do local. Todos os caminhos de acesso às moradias do local são entrecortados por cercas de arame farpado e em todos os locais em que circulam pessoas circulam também gado. Na maioria dos casos, as áreas de fazendas são as áreas que estão rentes a estrada principal e as propriedades das famílias estão situadas por de trás das fazendas, de modo que a expansão da pecuária condensa sempre o campesinato, quer o empurrando para trás, mais longe das cidades, quer o empurrando para os lados, para longe das estradas. Esta expansão também força a convivência e a proximidade das pessoas com o animal; muitas vezes os rebanhos são grandes e tem-se que sempre correr por entre os caminhos para não ser atacado pelo gado que circulam no espaço físico, econômico e imaginário da localidade.

4.7. Mobilidade social no âmbito da Associação.

Existe uma grande facilidade para ascensão e decadência econômica e social, relacionada com a qualidade e quantidades das atividades produtivas que existem neste local. Os indivíduos de acordo com as estratégias, redes econômicas que podem armar com outros espaços, podem aumentar suas rendas e irem potencialmente investindo em seus sistemas produtivos, isto significa dizer que eles vão dar preferência à expansão de seus rebanhos. Outros indivíduos por não articularem as mesmas redes e implementarem estratégias diferenciadas podem deixar de investir em seus sistemas produtivos e até mesmo abandoná-los, partindo para outro estabelecimento, deixando a terra para aqueles que estão em fase de ascensão. De qualquer forma, a possibilidade de multiatividades na área, mais o acesso ao crédito, possibilitou que alguns indivíduos pudessem executar estas trajetórias.

Isto significa dizer que a mobilidade social neste cenário é considerável, o que dificulta a formação de identidades fixas por longos prazos. O indivíduo que está em trâmites de passagem de uma categoria econômica/social a outra, na expressão dos locais, os *mais-ou-menos*, começa a executar estratégias diferenciadas das que fazia antes e começa também a se posicionar em outro nível de relações. A tendência é que todos queiram *subir* para perto do “do mundo” *do alto*. Esta proximidade com o mundo *do alto* lhes abre passagem para novos tipos de relações sociais, pois eles vão começar a comprar a mão-de-obra de seus adjacentes. No ínterim do espaço da associação a propensão para mobilidade social, observada nesta área, interfere na coordenação e coesão do grupo de sócios, justamente porque o indivíduo passa a se identificar e passa a ser identificado diferentemente, contribuindo para criar uma situação de “conflito” no interior da associação. O indivíduo que consegue ascender economicamente, passa a se identificar de outra forma, passa também a implementar estratégias diferenciadas do grupo associativo, o mesmo acontecendo para aquele que descende economicamente. Tanto auto-identificação como identificação do grupo para com a pessoa, mudam, o que cria conflitos no interior da associação. De outro lado a multiatividade observada na área, também é um fator que dificulta a organização, já que o tempo para situações de organização se torna escasso, o que também desmobiliza a organização do grupo.

DISCUSSÃO

Estratégia e Identidade: os caminhos da descoordenação

A etnografia que procuramos desenvolver neste trabalho teve como objetivo principal doar elementos para compreender e enunciar alguns fatores que levam a não coordenação das ações políticas e econômicas das organizações camponesas numa zona de fronteira. Uma vez que é de consenso que os movimentos sociais camponeses conseguiram inicialmente uma boa gama de mobilização, que inseriu definitivamente o segmento na arena político-institucional do Estado. Num segundo momento, o desenvolver das atividades políticas deste movimento é recuado, de forma que a organização e a coesão dos objetivos desta categoria são rarefeitas e as atividades econômicas e projetos coletivos são dificultados a nível local. O problema não é tanto o de fazer as pessoas participarem, mas o de fazer com que pessoas já envolvidas em diversos grupos e organizações sustentem uma ação continuada visando um objetivo comum.

A multiplicação do número de Associações de agricultores no município poderia ser um indicador de que o movimento em si tem grande capacidade de expansão e coordenação, já que fica aparentemente explícito que existem iniciativas e vontades em prol da organização da categoria. No entanto, este fenômeno associado a estas iniciativas, expõem em si, facetas importantes que podem esclarecer sobre as falhas da coordenação dos processos de organização dos camponeses no local.

A qualidade da ação política do movimento social camponês no município de São Felix do Xingú se explica em primeira ordem pelo aparecimento de atores estratégicos que deram impulso para que o movimento se iniciasse. Estes atores surgem em meio a uma estrutura de conflito peculiar a zonas de fronteira. Os líderes do movimento em São Felix do Xingú surgem a partir da experiência comum de um grupo de pessoas que, no contexto de uma crise estrutural, acreditaram "que as coisas poderiam ser diferentes". Assim, os fundadores deste movimento nascem da antiga ordem como portadores da aspiração de uma nova ordem e, nesse sentido, a experiência compartilhada, que constitui o grupo como tal, não

se dá em um vácuo, mas nasce no interior de uma ordem estruturalmente definida e em conflito com ela (ALBERONI, 1984).

Estes atores estratégicos são imprescindíveis perante a esfera político-institucional, são eles que conduzem o coletivo para a instalação desta nova ordem (MUNCK, 1997). São eles os responsáveis pela organização e mobilização dos camponeses no município.

A estrutura do conflito presente no cenário é de fundamental importância para explicar o surgimento e a própria identidade dos atores (TOURAINÉ, 1977, STEINMETZ, 1994) do movimento social em São Felix do Xingú. A sociedade que se estabelece neste espaço está imersa neste lugar contraditório que é a fronteira amazônica. Onde os conflitos e as linhas de fraturas da própria sociedade brasileira, freqüentemente, são desenvolvidos e são mais aparentes devido à fraca influência do sistema de controle das instituições (LÈNA, 1986).

A ação conjunta de representantes da Igreja Católica e de um representante da Secretaria de Agricultura do Estado, inicialmente, teve um papel fundamental, no sentido de direcionar os indivíduos para um tipo interpretação de mundo onde puderam tomar consciência desta estrutura de conflitos tão marcantes nesta área.

Foi através do contato com os membros da Igreja que as lideranças formaram sua identidade/ideologia⁴⁶, fato que os posicionou de uma forma diferenciada, no universo social da fronteira. ALBERONI (1991) afirma que o processo de formação do ator é essencialmente "pré-político" e TOURAINÉ (1977) mostra que os movimentos sociais somente nascem dentro de um campo de relações sociais que tenha uma dinâmica própria e seja autônomo em relação à esfera político-institucional.

Os movimentos sociais constituem-se, então, no interior da sociedade civil. Estamos diante de uma sociedade civil fragmentada e desamparada, com um duro quadro de desigualdades sociais. A formação das identidades dos atores estratégicos em São Felix do Xingú se deu pela ativação de uma ideologia⁴⁷ contrastiva/antagônica base (apoiada em uma teoria específica) da atuação desses indivíduos no cenário de conflito.

⁴⁶ A identidade social, ela própria é uma ideologia e uma forma de representação coletiva (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976)

⁴⁷ Para GEERTZ (1997) é através da construção de ideologias, de imagens esquemáticas da ordem social, que o homem faz de si mesmo, para o bem ou para o mal, um animal político.

Este grupo que se forma, orienta suas ações iniciais no âmbito do movimento pela *luta* que podem travar com seus supostos opositores (*fortes, do alto, ricos, latifundiários e fazendeiros*). “O que eles pensam que estão fazendo” (GEERTZ, 1997) é lutando constantemente. O problema aí é que nem todos camponeses que estão a sua volta têm a consciência ativada por esta ‘ideologia do ataque’. Em determinado momento, esse grupo de lideranças consegue mobilizar uma massa de indivíduos, pois, supostamente, estes têm outros interesses que não os ideológicos para que possam se mobilizar. É o caso de quando estas lideranças conseguem convencer e mobilizar pessoas para os diversos atos públicos contestativos que aconteceram na história do município.

A ideologia/identidade surge em resposta a confluência de tensões sócio-psicológicas e ausência de recursos culturais, através do quais essa tensão possa fazer sentido, uma exacerbando a outra. “Por sua vez é a tentativa das ideologias de dar sentido às situações de tensão social, de outra forma incompreensíveis, a atuação propositada dentro delas, que dá conta tanto da natureza altamente figurativa das ideologias, como da intensidade que são mantidas, uma vez aceitas” (GEERTZ, 1997). No caso deste grupo que não expressa uma ideologia contrastiva/antagônica, os recursos culturais, aos quais se fazem atrelados, dão sentido à situação em que vivem e o conflito é “percebido” de formas diferenciadas entre os grupos. Os tipos e as figuras das relações patriarcais e clientelísticas tradicionais, neste caso, são uma sorte de recursos culturais que fazem o sentido e suportam, de alguma forma, o equilíbrio, do universo destes grupos.

Para TARROW (1991), o problema da coordenação dos movimentos sociais, de uma maneira geral, é justamente a dificuldade de se agregar às categorias, de modo que elas possam constituir uma identidade coletiva no meio da estrutura de conflitos a qual estão imersos. Os atores estratégicos (lideranças), apesar de agirem na esfera político institucional, não representam os camponeses como um todo. Eles não representam os anseios da maioria, que fica estagnada sem prognósticos para aspirar “novas realidades”, isto é, que a dificuldade primeira está na ativação duma identidade/ideologia (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976) que abranja o todo, e que possa constituir um tipo de ação coletiva que aspira à mudança (TARROW, 1994).

De forma que, um movimento social somente pode induzir a mudança se afirma a natureza inegociável de sua identidade e se recua onde seus integrantes se recusam a agir meramente como um ator estratégico. Os interesses deste grupo de indivíduos, que afirmam veementemente uma identidade contrastiva, e que estão agindo coletivamente, mesmo que acionados por interesses individuais, se distinguem dos outros indivíduos que participam do

movimento, mas possuem somente os interesses individuais. A ideologia desta forma, a “consciência da realidade” é matéria essencial neste caso para impulsionar as aspirações de mudança. A perspectiva do conhecimento da “realidade” , como os líderes se referiram, foi que mudou o foco de suas estratégias, que passaram a ser também estratégias que vão de encontro ao coletivo.

Nesta primeira dificuldade de coordenação do processo coletivo de organização de política desses camponeses, ocorre um rompimento do vínculo entre identidade e estratégia dos atores, pois os aspectos estratégicos se tornam mais importantes do que a identidade e a desvirtuam. Os camponeses que foram levados a participar do movimento social e que não tiveram contato com a agência mediadora, não formam, em si, grupos coesos com uma forte identidade coletiva, uma vez que não tiveram a base de reflexão do grupo de lideranças. Eles, depois que conseguem o que querem, abandonam a direção do movimento.

A dificuldade de ativação desta identidade coletiva está relacionada também com a dinâmica sócio-econômica da área, que dá a garantia de uma facilitada mobilidade social entre as famílias, inclusive pelo acesso ao crédito (FNO - Especial). Cada indivíduo que ascende ou descende econômica e socialmente passa a executar estratégias diferenciadas para conseguir que seus interesses sejam realizados, o que dificulta a coesão e a formação de sentimentos de pertencimentos, bem como gera um campo de subordinação entre os que ascendem e os que descendem.

Por outro lado, a fragmentação das categorias, referentes ao segmento rurais imposta pelas agências do governo, também não facilita a construção dessa identidade. Os termos: *agricultor familiar, produtor rural, trabalhador rural, pequeno e mini produtor etc.* muito mais atrapalham do que contribuem para a construção de movimentos sociais na área, pois facilita a fragmentação das identidades, já desarranjado pela dinâmica de mobilidade social da área.

“Esta é uma variante do perigo que Roberto Unger define como o" problema demoníaco da política: a tendência de os meios criarem seus próprios fins, ou a dificuldade de alcançar [...] fins escolhidos a não ser pelo recurso a meios que produzem resultados [indesejáveis]”(MUCK *apud* UNGER, 1987).

Depois de se ter conseguido os resultados esperados, os fins, o movimento se descoordena, pois não há a formação de uma identidade coletiva. Cada qual procurará seguir seu caminho.

“Antes⁴⁸ ainda dava pra gente participar, ainda dava pra fazer uma conversa, antes eu até trabalhava na empreita. Agora tem que tomar cuidado do que é da gente, tá com um compromisso sério com o banco...” (Elias, sócio da CAPPRO, out 2001).

Em uma situação dessas o movimento social fracassa porque em vez de transformar seu contexto é transformado por ele. Ao invés das mudanças e conquistas feitas pelo movimento alterarem a qualidade da organização política dos camponeses na cidade, as organizações políticas, bem como o quadro de indivíduos que as constituem, foram transformados por elas, viu-se aí, a emergência de outro tipo de liderança no quadro de atuação política deste segmento. O que acontece desta forma, é que a aspiração de mudança, identidade inegociável do movimento, perde-se, à medida que o movimento vai se tornando parte do sistema que originalmente havia se proposto a modificar, e, desse modo, deixa de encarnar o compromisso com uma nova forma de fazer política, isto é, o movimento social se transforma meramente em organização que passa a ser subordinada às Agências do Estado e seus representantes, aos quais se propuseram, um dia, a enfrentar.

O significativo crescimento do número de Associações no município é, justamente, resultado do uso descoordenado das *estratégias sem fins* e individuais. Os indivíduos partem de um universo fragmentado e desigual, sem acesso aos bens essenciais, cada qual trata de escolher a estratégia que mais lhe convém. É por isso que as associações abertas tem poder de atuação ampliado atualmente, mas a qualidade de suas ações políticas e econômicas enfraquecidas.

Na perspectiva do grupo das lideranças formadas pela Igreja, o vínculo entre identidade e estratégia é também rompido, pois as considerações estratégicas são relegadas em nome da identidade. Nessa situação, as lideranças reagem à tendência de predomínio da estratégia a custa da orientação para a mudança e, abandonando a ação estratégica, recuam para uma atividade que expressa unicamente sua identidade. O grupo de frente do movimento na cidade se fecha na questão da identidade, quando cria regulamentos rígidos e às vezes burocráticos para aceitarem sócios, e abandonam a possibilidade de estratégias políticas. Começam a agir no sentido de afirmar terminantemente suas identidades contrativas e armam o palco da *luta* constante, fato este que não garante o diálogo estratégico importante, no momento de segurar as alianças e redes com outros atores que fazem parte do conflito.

O problema de comprometer-se com o meio político-institucional e a necessidade de promover mudanças são simplesmente ignorados. Assim, em ambos os casos, embora por

razões diferentes, o problema da estratégia não é enfrentado, pois a busca dos meios adequados à identidade e objetivos do movimento são abandonados. Incapaz de tornar realidade sua orientação para a mudança, o progresso do movimento fica prejudicado, bem como a emancipação da categoria, enquanto entidade capaz de decidir seus próprios desígnios no palco do desenvolvimento regional.

A ação dos grupos mediadores, portanto, possuiu paradoxalmente um papel fundamental na gênese do processo atual de descoordenação dos movimentos sociais e das formas de organização dos camponeses na cidade, pois são eles que abrem espaço para a erupção do que MARTINS (1999) denominou de “ideologias petrificadas”, que se corporificam num extenso antagonismo maniqueísta, que revela a desconexão entre a prática atual e a teoria que as suportam, pois os grupos formados pelos mediadores, ao privilegiarem a “petrificação” de suas ideologia à ação estratégica, entram numa espécie representação simplificada entre o bem (trabalhadores, pobres, de baixo) e o mal (fazendeiros, ricos, de cima) que os impossibilita de participarem da dinâmica histórica de negociação na qual estão imersos.

A não adesão a uma identidade coletiva e conseqüente desenvolvimento de estratégias sem objetivos, faz também com que as possibilidades lançadas pelas novas políticas públicas, para que os grupos participem das administrações locais a fim de se tornarem gestores e guardiões das questões relativas ao bem comum (MARTINS, 1999), possam ser confiscadas indiretamente pelos grupos políticos de tradição oligárquica. Uma vez que são estes grupos que controlam atualmente as lideranças emergentes que estão à frente das Associações que hoje em dia tem o maior número de adeptos.

O grande desafio a ser enfrentado agora, pela organização camponesa do município é gestão de um equilíbrio entre identidade e estratégia política. Montar a base para um sistema que possa dar vazão para que os indivíduos formem uma identidade coletiva e continuem a desenvolver estratégias políticas que estejam de acordo com as aspirações do coletivo. No entanto, a superação deste desafio é bloqueada atualmente pela própria dinâmica e contornos do sistema econômico local que facilita a mobilidade social, e até mesmo pela própria situação social de áreas de fronteira.

A estrutura perversa de desigualdade social propicia a subordinação dos grupos políticos ao mordaz sistema de dependência pessoal aos grupos que controlam atualmente às atividades econômicas e conseqüentemente as atividades políticas do município.

Enquanto as condições estruturais que são à base das relações paternalistas, clientelistas e patrimoniais que causam a subordinação, política inclusive, dos grupos de

camponeses às elites locais. A atitude política dos camponeses neste lugar poderá estar fadada a este ciclo vicioso de repetição, onde a serpente devora sua própria cauda.

Estas elites dominantes são hoje em dia muito mais capazes de manipular elementos simbólicos que fazem parte do sistema de senso dessas populações, do que os próprios grupos mediadores, que se empenham em repetir sua constante falácia. No fundo, são os anseios e projetos de uma população ainda excluída que estão nas entrelinhas desta história.

BIBLIOGRAFIA

ALBERONI, Francesco - *Movement and Institution*, Nova Iorque, Columbia University Press, 1984.

ALMEIDA, Alfredo Wagner de - *Universalização e localismo: movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia*, in *A Amazônia e a crise da modernidade*, Maria Ângela D’Incau e Isolda Maciel (org), Belém, MPEG, 1992.

BALANDIER, Georges - *Antropologia Política*, São Paulo, Difusão Européia do Livro. Editora da Universidade de São Paulo, 1969.

BARTH, Fredril. *Grupos Étnicos e suas Fronteiras*. In. *Teorias da Etnicidade*, Philippe Poutignat & Jolyce Streiff-Fenart, Fundação Editora UNESP, 1998.

BECKER, B. K. *Amazônia*, São Paulo, Editora Ática. 1998.

BEZERRA, 1999

CASTELS, M. *Cidade, Democracia e Socialismo*.- Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1989

COSTA, Francisco de Assis - *Formação Agropecuária da Amazônia: Os desafios do Desenvolvimento Sustentável*, Belém, UFPa, NAEA, 2000.

D’INCAU, M. & ROY, G - *Nós cidadãos, aprendendo e ensinando a democracia*. Paz e Terra, São Paulo, 1995.

D’INCAU, Maria da Conceição - *Clientelismo e Democracia nas organizações dos agricultores familiares da Micro-região de Marabá. A Associação dos Pequenos Agricultores da Consulta*. Agricultura Familiar: pesquisa, formação e desenvolvimento, Vol. 2, Belém, 2000.

DE SARDAN,

DUMONT, Louis - *Homo Hierarchicus. O Sistema das castas e suas Implicações*, São Paulo, EDUSP, 1996.

FAULHABER, P. - *A Fronteira na Antropologia Social: as Diferentes Faces de um Problema*. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, Nº 51, São Paulo, Edusc, 2001.

FAULHABER. P - *O Lago dos Espelhos. Etnografia sobre a fronteira em Tefé Amazônia*, Campinas, tese de doutorado, UNICAMP, 1994.

- GARCIA JR, Afrânio - *O Sul: caminho do Roçado. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. Brasília, Editora Universidade de Brasília: MCT-Cnpq, 1989.
- GEERTZ, Cliffor - *Centros, reis e carisma: reflexões sobre o simbolismo do poder*. Saber Local: novos ensaios de antropologia interpretativa, Petrópolis, Vozes, 1997.
- GEERTZ, Cliffor - *The Interpretation of Cultures*, New York, Basic Books, INC, Publishers, 1973.
- GODELIER, Maurice - *Linguagem e Poder. Antropologia: paisagens /sábios e /selvagens*. Porto Editora. 1982.
- GREFFRAY, C - *Le modèle de l'exploitation paternaliste. L'oppression paternaliste au Brésil*, Paris, Lusitopie: Karthala, 1996.
- HANNERZ, Ulf - *Fluxo, fronteiras, Híbridos: Palavras-chave da antropologia transnacional*, MANA 3(1): 7-39, 1997.
- HÉBETTE, Jean - *Os grandes projetos e o despertar popular da consciência ambiental. Perspectivas para a Universidade*. Inédito, Apresentado na "Xª General Conference for Federation of Social Science Organizations", promovida por IFCSO/FLACSO/ANPOCS, com apoio do CNPq, Brasília, 1991.
- HEBETTE, Jean & MOREIRA, Edma Silva. *Situação Social Das Áreas Rurais Amazônicas*. Cadernos de Estudo Sociais. Recife. V.12. n 2. Ujul/dez 1996.
- HÉBETTE, Jean (org.) - *O Cerco Está se Fechando*, Petrópolis, Vozes, 1991.
- HEREDIA, Beatriz & GARCIA JR, Afrânio. Trabalho Familiar e Campesinato. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de Ciências sociais. Cadeira de Antropologia. Texto Mimeo. 1974.
- IANNI, O - *A Luta pela Terra. História Social da Terra e da Luta pela Terra numa Área da Amazônia*, Petrópolis, Vozes, 1978.
- IANNI, O - *Dialética e Capitalismo. Ensaios sobre o pensamento de Marx*, Petrópolis, Vozes, 1982.
- KAHWAGE, Claudia. *Tempos e Espaços de um Lote na Região de Uruará. Transamazônica*. Monografia de Especialização em Teoria Antropológica. Universidade Federal do Pará. Departamento de Antropologia. 1998.
- LÈNA, Philippe - *Aspects de la frontière Amazonienne*, Cah. Sci. Hum. 22 (3-4) 1986: 319-343.
- LENÁ, Philippe - *Les rapports de dépendance personnelle au Brésil: permanences et transformations*. L'oppression paternaliste au Brésil, Paris, Lusitopie: Karthala, 1996.
- LENÁ, Philippe & OLIVEIRA, Adélia E. *Notas sobre a expansão de fronteiras e desenvolvimento na Amazônia*. in *Amazônia, a fronteira agrícola 20 anos depois*, Belém, MPEG/CEJUP, 1992.

- LOMNITZ, Larissa Adler - *Redes Sociales, Cultura y Poder: ensayos de antropologia latino Americana*, México, Facultas Latinoamericada de Ciências Sociales, FLACSO, 1998.
- LOPEZ, Marcia Helena. A Conquista Da Terra No Município De São Félix Do Xingu. Considerações Sobre O Status Jurídico Da Terra. Trabalho Final na disciplina “Direito Constitucional II. Universidade de Goias. Curso de Mestrado em Direito Agrário. Set 2001.
- MARTINS, José de Souza - *A chegada do estranho*, In *O Cerco Está se Fechando*, Jean Hébette (org.), Petrópolis, Vozes,1991.
- MARTINS, José de Souza - *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*, São Paulo, Ática, 1997.
- MARTINS, José de Souza - *Os camponeses e a Política no Brasil. As lutas Sociais no campo e seu lugar no Processo político*, Petrópolis, Vozes, 1985.
- MARTINS, José de Souza - *Reforma Agrária: o impossível diálogo sobre a história possível. Tempo Social*, in *Revista da USP, Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Vol. 11, nº 2*, São Paulo, USP, FFLCH, 2000.
- MARTINS, José de Souza Martins. Impasses Sociais e Políticos em Relação a Reforma Agrária e A Agricultura Familiar no Brasil. www.rlc.fao.org/portugues/default.htm - 17k - 26 Ago 2002.
- MARTINS, José de Souza. *Frente Pioneira: contribuição para uma caracterização sociológica*. In *Capitalismo e Tradicionalismo: Estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo. Pioneira, 1975.
- MARTINS, José de Souza.. *O tempo da Fronteira: retorno á controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira*. *Tempo Social; Revista de Sociologia USP*, (8): 25-7-, maio de 1996
- MOURA, Margarida Maria - *Os Herdeiros da Terra*, São Paulo, HUCITEC, 1978.
- MUCHAGATA, Marcia. *O papel das organizações de agricultores nas transformações recentes do uso do espaço em região de fronteira amazônica: o caso da região de Marabá*. Paper 1 Jornada Amazônica, CDS/CIRAD. Brasília, junho 2002.
- MUNCK, Geraldo - *Formação de Atores, Coordenação Social e Estratégias Políticas: problemas Conceituais do Estudo dos Movimentos Sociais, Dados vol. 40. No. 1*, Rio de Janeiro, 1997.
- NEVES, Delma Pessanha - *Lavradores e Pequenos Produtores de Cana: Estudo das formas de subordinação dos pequenos produtores agrícolas ao Capital*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de - *Identidade e Estrutura Social. Enigmas e Soluções: exercícios de etnologia e de Crítica*- Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará, 1983.

- OLIVEIRA, Roberto Cardoso. *Identidade Etnia e Estrutura Social*. São Paulo Livraria Pioneira Editora: Universidade de Brasília. 1976.
- PACHECO, Maria Emília Lisboa - *Em defesa da agricultura familiar sustentável com igualdade de gênero*, <http://www.abrarefaormagraria.org.br/artigo125.doc>.
- PEIXOTO, Rodrigo - *A cultura Política na fronteira do Sul do Pará*. L'opression paternaliste au Brésil, Paris, Lusotopie, 1996.
- PESSOA, Jadir - *A Revanche Camponesa*, Goiânia, Editora da UFG, 1999.
- REYNAL, V; MUCHAGATA, M; TOPALL; HEBETTE, J. - *Agriculturas Familiares e Desenvolvimento em frente pioneira amazônica*. GRET< LASAT/CAT./DAT/UAG. 1995.
- RICCI, Rudá - *Terra de ninguém: representação sindical rural no Brasil*, Campinas, SP: Ed da Unicamp, 1999.
- RICOUER - *O Conflito das Interpretações*. Imago Editora- Rio de Janeiro. 1978.
- SCHMINK, Marianne & WOOD, Charles - *Contested Frontiers in Amazônia*, Columbia University Press, 1992 .
- SOUZA SANTOS. Antônio Maria. *Etnia e Urbanização No Alto Rio Negro*. Dissertação de mestrado. Curso de Antropologia Social. universidade Federal do Rio Grande do Sul. 1982.
- STEINMETZ, George - *Regulation Theory, Post-Marxism and the New Social Movements*, in *Comparative Studies in Society and History*, vol. 36, nº 1, pp. 176-212, 1994.
- TARROW, Sidney - *Comparing Social Movements Participation in Western Europe and the United States: Problems, Uses, and a Proposal for Synthesis*, in *Research on Social Movements: The State of the Art in Western Europe and the USA*, D. Rucht (ed.), Boulder, Col., Westview Press, pp. 392-420, 1991.
- TOURAINÉ, Alain - *The Self-Reproduction of Society*, Chicago, University of Chicago Press, 1977.
- TURA, Leticia Rangel & COSTA, Francisco de Assis (org.) - *Atores sociais e o suporte institucional dos projetos do FNO-Especial*, Brasília, Brasília Jurídica: FASE, 2000.
- VEIGA et al. - *A pecuária na fronteira da Amazônia: o caso do município de Uruará (PA), na região da Transamazônica*, Belém, EMBRAPA-CPATU, 1996.
- VELHO, O . G - *Frentes de Expansão e Estrutura Agrária: Estudo do Processo de Penetração numa área da Transamazônica*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1972.
- WARREN-SCHERRER, Ilse - *Redes de Movimentos Sociais*, São Paulo, Edições Loyola, 1993.

ANEXOS